



Foto: Eduardo Teixeira

# PARTICIPAÇÃO

A Nova República e a agricultura  
A Assembléia Nacional Constituinte  
O Programa da Reforma Agrária

*REFLORESTAMENTO*

**Muito pouco mato  
tem sido repostado**

Páginas 12 e 13 Página

*INVERNO*

**A lavoura de trigo  
cresceu 14 por cento**

Página 6



**COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.**



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111 Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400

Telex: 0552199  
CGC ICM 065/0007700  
Inscr. INCRA N° 248/73  
CGC MF 90.726.506/0001-75

**ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA**

**Presidente:**  
Oswaldo Olimiro Meotti  
**Vice-presidente/Pioneira:**  
Celso Bolivar Sperotto  
**Superintendente/Pioneira:**  
Antoninho Boiarski Lopes  
**Vice-presidente/Dom Pedrito:**  
Tânio José Bandeira  
**Superintendente/Dom Pedrito:**  
Valter José Pötter  
**Vice/MS:**  
Nedy Rodrigues Borges  
**Superintendente/MS:**  
Lotário Beckert

**Conselho de Administração (Efetivos):**  
Luiz Neri Berschorner, Oscar Otto Hoerle, Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira, Ido Max Weiller, Paulino Ângelo Rosa, Irani dos Santos Amaral, João Santos da Luz, Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn Wielemaker, Ivo Vicente Basso, Paulino Stragliotto, Wagner Monteiro Sá, Oscar Vicente Silva, Suleiman Guimarães Hias e Ademar Luiz Comin.

**Suplentes:**  
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto, Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge Alberto Sperotto, Protasio Lottermann, Álvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnaldo Hermann, João Eberhardt, Mário Alberto Krüger, Cláudio Pradela, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Florício Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido de Godoi Dias.

**Conselho Fiscal (Efetivos):**  
Antenor Vione, Frederico Antônio Stefanelli e Ruy Adelino Raguzzoni.

**Suplentes:**  
Valter Luiz Driemeyer, Darci Aléssio e Antônio Cândido da Silva Neto.

**Diretores contratados:**  
Rui Polidoro Pinto, Renato Borges de Medeiros, Romeu Orlando Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus e Vilmar Hendges.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbu	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracaju - Sede	65.000 t
Maracaju - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Gualba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t

**COTRIJORNAL**

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob número 9. Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 número 022.775 de 13.11.73 e figurativa M/C11 número 022.776, de 13.11.73.

**REDAÇÃO:**

Dáris C. Lemos de Brum Lucchese  
Moisés Mendes

Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

**AO LEITOR**

O instrumento legal para implantação de uma Reforma Agrária no Brasil existe desde 1964. É o Estatuto da Terra, que pode até ser moderado, mas prevê desapropriações e o uso da propriedade rural sempre a partir do conceito de que ele deve ter um fim social. É claro que o Estatuto nunca foi levado em conta, desde sua criação, e que a luta pela terra não sensibilizou os governos das últimas duas décadas. Agora, o Estatuto está de volta e serve de base para o Primeiro Programa de Reforma Agrária da Nova República, que vem sendo debatido em todo o país desde o final de maio. O plano é uma proposta, considerada controvertida pelos proprietários de grandes extensões de terra, e um pequeno avanço no entendimento dos sem-terra. É claro que o programa não iria agradar a todos os que, de alguma forma, estão envolvidos na lida com a agricultura e a pecuária, ou os que aguardam sua vez de ter um pedaço de chão. Essas manifestações contrárias ou favoráveis ao plano estão no caderno especial encartado nesta edição do Cotrijornal, com dados sobre a concentração da terra no Brasil e suas conseqüências, uma síntese das propostas do governo e muitas indagações ainda sem resposta.

Senadores e deputados a serem eleitos em novembro do próximo ano terão uma dupla tarefa, a partir de 1987. Eles serão, ao mesmo tempo, integrantes da Câmara e do Senado e da Assembléia Nacional Constituinte. Esta assembléia irá elaborar, finalmente, a Nova Constituição do país, reclamada há quase 10 anos. É assim que o Brasil poderá se reorganizar política, econômica e socialmente, com novas leis, substituindo as tantas emendas que desfiguram a constituição. Este assunto pode parecer coisa apenas para entendidos. Mas não é bem assim. A constituinte interessa a todos, e é disso que falamos nas páginas 9 e 10.

Poucos dias depois da instalação do novo governo federal, o Ministério da Agricultura conseguiu uma importante vitória. Garantiu recursos para a comercialização da safra, num momento em que, pela primeira vez na história do ciclo da soja, os preços do produto no mercado ficaram abaixo do preço mínimo. O Ministério depende de decisões dos outros ministros que cuidam da área financeira, para que possa levar adiante seus planos. Mas, depois da primeira conquista de recursos para comercializar a safra, nada garante que o ministro Pedro Simon terá tanta força como se previa, no governo da Nova República. Esta dúvida, alimentada

também por algumas certezas, levou produtores gaúchos e de outros Estados às ruas, a partir do dia 13 de junho. A luta agora é pelo fortalecimento do Ministério numa hora em que se fala em financiamentos ainda mais caros e recursos escassos para o setor primário. Página 8.

Menos solo vai ficar descoberto nesse inverno na Região Pioneira da Cotrijuí. Embora seja necessário levar em conta que nem todas as lavouras foram plantadas, a área total com culturas de inverno já teve um aumento, em relação ao ano passado, de 11,5 por cento, crescendo dos 114 mil hectares para 129 mil. As forrageiras — principalmente as aveias e o azevém — continuam crescendo como alternativas para o inverno, embora, seja bom lembrar, que nesse ano a exemplo do que já havia ocorrido no anterior, elas estejam sendo encaradas pelo produtor muito mais como uma forma de recuperar o solo — rotação de culturas e cobertura verde — do que simplesmente para a produção de alimento para o gado. A lavoura de trigo volta a estabilizar em torno dos 80 mil hectares, como prova, segundo o Renato Borges de Medeiros, diretor do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí, de maturidade por parte dos produtores, que hoje estão deixando de plantar tanto trigo, até como forma de aproveitar os meses de inverno para cuidar melhor do solo. Tanto isso é verdade, que o Programa de Conservação de Solos de Ijuí, muito discutido entre os produtores da região desde o início do ano, só tomou formas mais práticas mesmo depois que a lavoura de soja foi colhida. Hoje, o trabalho de Conservação de Solos já atinge por volta dos 800 hectares. Tudo sobre a lavoura de inverno, o programa de Conservação de Solos e construção de terraços nas páginas 4, 5 e 6.

Quase todos os anos, nessa mesma época, o setor de custos de produção do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí elabora um estudo onde procura mostrar direitinho todos os gastos que o produtor tem ao usar as máquinas no preparo da terra, plantio da semente e colheita das lavouras de inverno. Mesmo que o trabalho esteja saindo um pouco atrasado, vale a pena o produtor conferir o que já gastou nas operações de preparo e plantio e ficar de olho no que poderá gastar na época da colheita. Última página.

**Correção:** Na matéria sobre o recebimento de soja pela Cotrijuí no Mato Grosso, da edição passada, houve um erro gráfico. Na verdade a Cotrijuí recebeu 313 mil toneladas de soja, em vez das 313 toneladas, como saiu na matéria.

**Recado à Nova República**

Josué Bogado da Rosa

Todos nós brasileiros sabemos que um governo democrático só governa bem com o apoio do povo. Mas isto não está acontecendo, pois nós, os pequenos agricultores brasileiros, estamos descapitalizados e sem recursos. Vamos sendo massacrados por uma moléstia mortal, que são os juros e a correção monetária. A tal de ORTN é um verme canceroso, que se junta a esta política agrícola que vai desacreditar o governo da Nova República. O que vemos é um continuísmo da Velha República que ora se findou.

Concordo que devemos diversificar a lavoura, e até buscarmos uma nova tecnologia que seja nossa, produzida pelo produtor, pois chega de pacotes tecnológicos. Mas não podemos esquecer que o colono há cinco anos vem trabalhando com uma roupinha comum, e comendo muito mal, além de ficar muitas vezes doente para poder pagar o banco. E quando pensa em melhorar a situação, cada vez piora mais. Se o governo da Nova República pensa em fixar o homem no campo e acabar com o êxodo rural, fazendo com que a agricultura volte a produzir alimentos, deve tomar medidas para aliviar os juros e a correção monetária que incidem sobre a produção.

Dentro disso, entra a minha preocu-

pação com a diversificação. Nas reuniões que participo, sobre comercialização e mercado da soja, fica claro que não podemos nos envolver somente com a soja, mas sim diversificar a lavoura. Ainda mais que somos pequenos produtores e precisamos produzir alimentos, porque a fome mata muito mais que a bomba atômica e os projetos de armas nucleares, como a "Guerra nas Estrelas", dos Estados Unidos, e outros da União Soviética.

Sou sindicalista autêntico, e aposto firme nas cooperativas. Devemos lutar para conscientizar os brasileiros de que através da união, da informação, da participação em nossas entidades é que vamos romper este círculo de miséria e desconsideração que este importante setor da economia brasileira mais uma vez enfrenta. Acreditamos numa maior consideração com o setor agrícola, na medida em que a sociedade brasileira e em especial a agricultura participe da Nova República ora em construção. Participação esta que não seja cantada em verso e prosa e não fique no discurso, mas sim seja de fato aplicada no dia a dia.

Entendo que numa democracia podemos questionar e temos o direito de discordar dos caminhos que a administração pública está tomando. Temos o direi-

to de questionar e exigir o fim das mordomias, porque não se admitem os privilégios para uma pequena elite e o sofrimento e sacrifício para a maioria da população. Isso não pode acontecer num regime democrático e voltado para os interesses do povo.

Portanto, a Nova República que buscamos construir deve valorizar o agricultor, principalmente o pequeno, que é o motor de partida do progresso da nação brasileira. Somos 80 por cento de pequenos agricultores e pretendemos ficar no campo, fazendo com que a população rural viabilize a urbana, e não a urbana viabilize a população rural. Este é o meu desabafo.



Josué Bogado da Rosa é proprietário de 15 hectares na Vila São Pedro, localidade de Coronel Bicaco.



## Debates com toda família

Produtores e esposas e filhos de associados de cooperativas da 6a. Região da Fecotrijo, que abrange Ijuí e outros municípios ao redor, terão três encontros, a partir do final de julho, para trocar idéias em torno de muitos assuntos. No dia 30 de julho, a reunião será em Três de Maio, e terá a participação de esposas de produtores. No dia 7 de agosto será a vez dos jovens se reunirem em Ijuí. E nos dias 14 e 15 de agosto, os produtores e suas famílias participam de um encontro em Santo Ângelo. Os temas se referem às questões específicas de interesse das mulheres e dos jovens, e outros que se relacionam com o cooperativismo e a produção. Dirigentes da Fecotrijo, da Fetag, das cooperativas e de sindicatos, além de convidados, vão analisar o momento brasileiro e a situação do setor dentro deste contexto. A Cotrijuí vai participar dessas reuniões, sob a coordenação do Departamento de Comunicação e Educação e representantes, e já prepara também os debates que acontecerão nos núcleos, a partir de agosto, pensando no Encontro Integrado deste ano. O Encontro será realizado em Tenente Portela, no dia 11 de dezembro, com a participação de esposas e filhas de associados, como acontece anualmente na Região Pioneira.

## Pestanense: novos serviços

A Cooperativa de Crédito Rural Pestanense Ltda, criada em 1925, está voltando a seus velhos tempos, quando a maioria dos associados, que hoje somam 940, trabalhavam normalmente com a Cooperativa. Depois de fechar o exercício de 84 com apenas 180 associados ativos, a Credipel conseguiu nesses primeiros cinco meses do ano elevar esse número para 350 e isso, segundo o gerente da Cooperativa, o Milton Schmidt, graças aos novos tipos de serviços que a Cooperativa passou a oferecer a seu quadro social. "A Credipel hoje está oferecendo ao seu quadro social todos os serviços de uma agência bancária", disse Schmidt. Entre os novos serviços prestados pela Cooperativa e implantados a partir de 8 de abril, o associado pode contar com compensação de cheques de qualquer agência bancária, aplicações financeiras e empréstimos. Segundo Schmidt, o número de aplicações financeiras junto a Credipel tem se elevado em função das boas taxas conseguidas no mercado financeiro. A Credipel também vem mantendo uma média muito boa de depósitos à vista. No ano passado, por exemplo, a Credipel chegou ao final do exercício com uma média de Cr\$ 30 milhões. Atualmente essa média se elevou para Cr\$ 90 milhões. Na intenção de continuar melhorando a prestação de serviços a seu quadro social a Pestanense terá em breve um balcão de aplicações em CDB, RDB e Letras de Câmbio.

## Um produtor é o gerente

Mais um produtor está assumindo um cargo executivo na Cotrijuí. É Zeno Foletto, que desde o dia 13 de junho ocupa a gerência da unidade de Ijuí, em substituição a Clóvis Rorato de Jesus, atual diretor de Comercialização e Operações da Regional Pioneira. Foletto é proprietário de 58 hectares em Doutor Bozano, e vinha atuando como representante da localidade, eleito pelos associados. Ele também já integrou o Conselho Fiscal da Cooperativa, por um período, e o Conselho de Administração, em três gestões, e foi ainda dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, no fim da década de 70. Zeno Foletto foi convidado pe-



**Zeno Foletto** la direção para assumir a gerência, e a indicação teve o apoio dos representantes de Ijuí. "A responsabilidade é grande, mas a reação favorável do associado, pela presença de um produtor na gerência, já é um incentivo", afirma ele. Esta é sua primeira experiência numa função executiva dentro da Cotrijuí.

## Simon e Ruben no Estado

O ministro Pedro Simon e o secretário geral do Ministério da Agricultura, Ruben Ilgenfritz da Silva, participam dia 5 de julho, em Porto Alegre, de um encontro com dirigentes cooperativistas do Estado. A iniciativa é da Ocergs (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul), para assinalar o Dia Internacional do Cooperativismo, que transcorre a 5 de julho. O encontro será no Parque Harmonia e deve se transformar em mais

uma oportunidade para que se faça um balanço das intenções do governo para a agricultura e o cooperativismo. Outro assunto em pauta: uma tomada de posição do setor quanto à Assembleia Nacional Constituinte. Até agora, as lideranças do setor não entraram neste debate, que mobiliza as mais variadas áreas de atividades do país. Na próxima edição, o Cotrijournal terá a cobertura deste encontro.

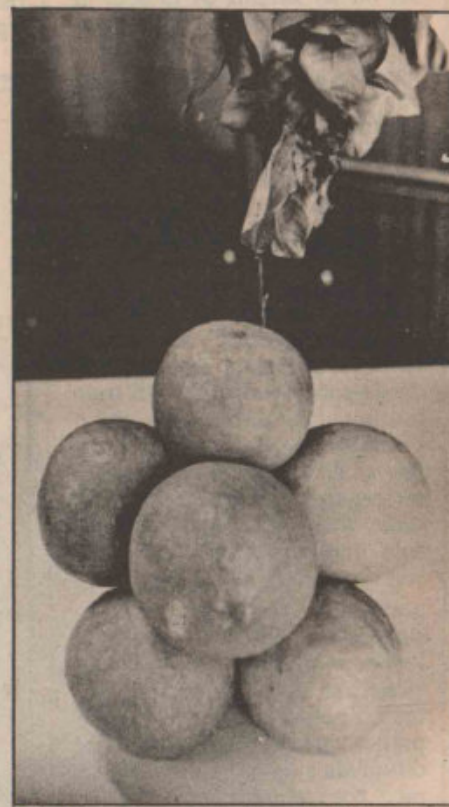
## Duas raridades

As oito batatas doces da foto abaixo são de um pé da propriedade do agricultor Antonio Costa Beber, de Santa Lúcia, Ijuí, onde há muitas outras do mesmo tamanho. As oito pesaram 20 quilos e 300 gramas, e a maior, 6 quilos e 100 gramas. A explicação para as batatas gigantes pode estar na qualidade do solo, mantido durante cinco anos com pastagem perene (capim pânico), que assegurou um bom nível de matéria

orgânica, pela presença de animais. A penca de também oito limas persas (foto a direita) foi colhida na propriedade de Evaldo Pommer, na Linha Maurício Cardoso, em Chiapetta. Na foto, aparecem apenas seis, mas as outras duas estão escondidas, do outro lado. Um pé de lima persa, que é coisa rara na região, sempre carrega bastante, mas de qualquer forma esta penca de oito não é coisa muito comum.



As batatas doces pesaram 20 quilos e 300 gramas. Todas são do mesmo pé



Oito limas dependuradas num único galho

## O ministro da Reforma

Nelson Figueiredo Ribeiro, advogado de 54 anos, paraense, era figura conhecida apenas em seu Estado, até ser escolhido por Tancredo Neves para o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Hoje, ele é o ministro que mais polémicas tem provocado no país, desde o lançamento do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Ribeiro, que apoiou os militares em 1964, quase ficou de fora do Ministério. Setores mais avançados da oposição queriam no cargo o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Bernardo Cabral, que teria idéias mais progressistas. Mas Ribeiro está surpreendendo o pessoal envolvido nos movimentos dos sem-terra, pela firmeza

com que vem defendendo o plano do governo. A imprensa já contou várias vezes que em 1981, logo depois de receber mil hectares de herança do pai, no Pará, ele distribuiu a terra a seis famílias. Ribeiro é católico praticante e simpatiza com a Teologia da Libertação, que tantas controvérsias tem provocado no Brasil por assumir uma linha bem definida em favor dos pobres. Além do ministro, outro nome tem se destacado desde o lançamento do programa: o do paulista José Gomes da Silva, presidente do INCRA. Ele foi um dos que elaboraram, em 1964, o Estatuto da Terra. É agrônomo e proprietário de mais de mil hectares, em São Paulo, e

muita gente duvidou que assumisse de fato, como fazendeiro, as desapropriações que o governo promete fazer. As suas declarações em defesa do programa provocaram reações tão fortes entre os grandes proprietários, que a imprensa anunciou, no final de junho, seu provável afastamento do cargo para daqui a pouco.



Nelson Ribeiro



# O trabalho já atinge 800 ha

Nem bem o Programa de Conservação de Solos de Ijuí, um dos trabalhos mais importantes do Movimento pela Retomada do Desenvolvimento do município, safa a campo e ganhava a simpatia dos produtores, já se notava de longe as primeiras mudanças na fisionomia de algumas lavouras da região. "Desde logo, diz o Leó Goi, agrônomo e representante da Cotrijuf na Comissão Técnica responsável pela implantação e andamento do Programa, "o produtor aderiu as propostas e tratou de dispensar mais atenção aos problemas com o solo".

O Programa de Conservação de Solos, (executado pela Cotrijuf) em discussão pelos produtores desde o início deste ano e colocado em prática tão logo a lavoura de soja foi colhida, vem atingindo propriedades em quase todos os pontos do município, numa área, que segundo o Leó Goi deve andar por perto dos 800 hectares. Os propósitos do Programa são bastante amplos e não se resumem apenas à substituição do terraço convencional pelo de base larga em nível ou ao sistema de rotação de culturas. O trabalho todo envolve uma preocupação com o preparo correto do solo, com a adoção de cultivo mínimo, plantio direto, cobertura verde durante os meses de inverno, diversificação, reflorestamento das áreas improdutivas, além do uso racional de agrotóxicos, com ênfase especial para o controle biológico das pragas. Ele lembra ainda que práticas isoladas, "embora bem intencionadas", não vão resolver o problema da erosão ou da degradação do solo. "É todo um conjunto de medidas que o produtor precisa adotar e trabalhá-las de forma coletiva, desconhecendo os limites da propriedade, mas vendo a questão do solo com um todo".

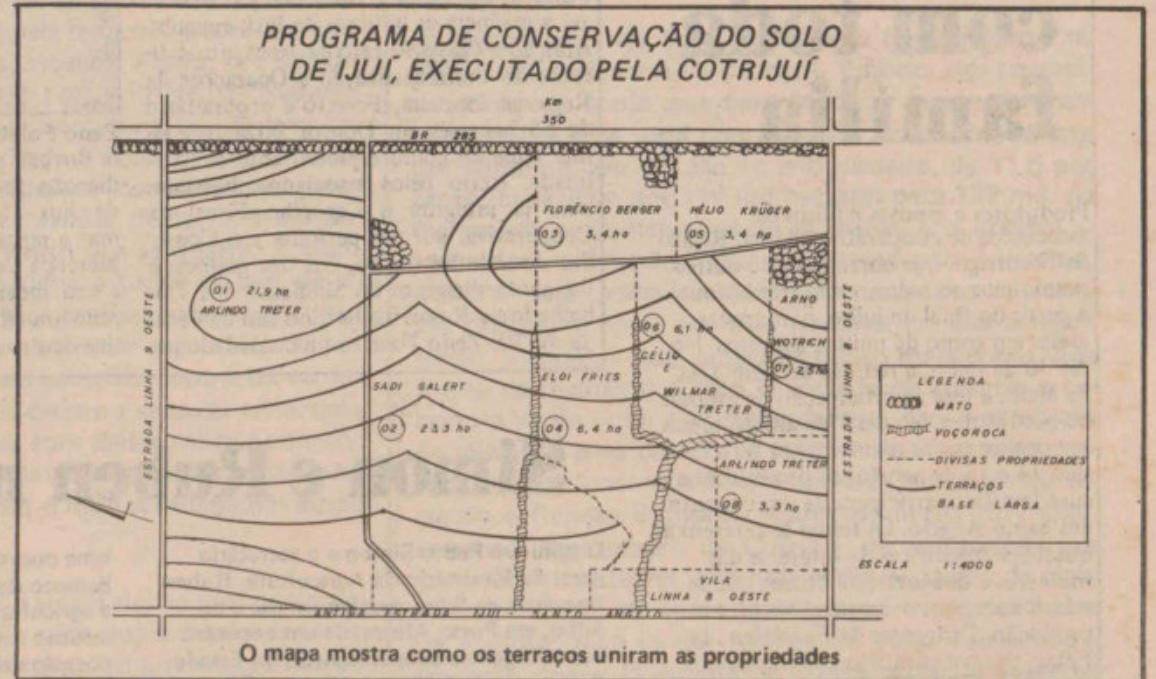
Uma resposta imediata da aceitação do Programa está no simples fato, de que já neste inverno, o produtor procurou racionalizar o uso dos implementos no preparo da lavoura. Outra prática que vem sendo bastante difundida é a substituição do terraço convencional em desnível, pelo de base larga em nível, mais econômico (ver matéria na página ao lado) e capaz de permitir uma maior retenção da água das chuvas na lavoura.

## COMUNITÁRIO

A preocupação com o estado em que se encontra o solo

não é uma coisa nova para alguns produtores da região. Só que até agora todo o trabalho envolvendo recuperação do solo vinha sendo feito de forma isolada. Essa preocupação tomou outras características a partir da divulgação e discussão do Programa de Conservação de Solos. Produtores vizinhos se reuniram para combater, de forma conjunta, a erosão ou as causas que levavam toda a terra das lavouras para o meio das estradas e para dentro dos rios.

Os primeiros terraços de base larga em nível começaram a ser construídos na Linha 8 Oeste, nas propriedades de dois agricultores lindeiros, o seu Arlindo Treter e o seu Sardi Galert. Implantada essa primeira área demonstrativa, foi um pulo para que o trabalho se propagasse pelo resto da vizinhança. Hoje já existe, apenas na Linha 8 Oeste, em torno de 200 hectares de lavouras com terraço de base larga, envolvendo 14 produtores, "num trabalho contínuo e comunitário", assegura o Pedro Pittol, técnico agrícola responsável pela assistência técnica aos produtores daquela região. Os terraços de base lar-



O mapa mostra como os terraços uniram as propriedades

ga passam de uma propriedade para outra (ver o mapa ao lado) — ignorando as divisas e preenchendo os espaços entre as bacias hidrográficas.

O Pedro Pittol reconhece que de início o trabalho não foi fácil, mas diz que hoje é até sur-

preendente a forma como o próprio produtor vem se conscientizando e procurando caminhar por conta própria. Eles mesmos estão se reunindo, discutindo e decidindo como construir os terraços. "É um trabalho que não vai trazer benefícios apenas para

um produtor e sua propriedade, mas para toda a comunidade. Será menos enxurrada descendo a ladeira ou entulhando o leito dos rios".

Na Vila Santo Antônio já foi feito terraceamento de base larga em 10 hectares, envolvendo duas propriedades, a do seu Pedro Dalla Rosa e a dos irmãos Moresco — o Dacir, o Dacilo e o Roberto. O seu Pedro Dalla Rosa já tinha na sua propriedade um terraço de base larga, só que em desnível, construído há uns dois anos atrás. Esse ano, aproveitou a boa intenção dos seus vizinhos, trocou o sistema de terraceamento e ainda ampliou o trabalho. Segundo o Ilário Gasparin, agrônomo, mais dois proprietários lindeiros, o seu Valdir Ferrari e Dante Boniatti, estão querendo se integrar ao trabalho do seu Pedro e dos irmãos Moresco. Para simplificar esse trabalho o Ilário conta que até foi feita uma modificação na estrada, para facilitar a ligação entre as propriedades.

Mas o trabalho de conservação de Solos, envolvendo também outras práticas além da adoção do sistema de terraceamento de base larga, não está restrito apenas às localidades de Linha 8 Oeste ou Vila Santo Antônio. Produtores das localidades de Faxinal, Linha 7 Leste, Linhas 4, 5, 8, 10 e 11 Oeste, Salto, Santa Lúcia e Rincão das Figueiras, também já estão se articulando, trocando idéias para dar início a um trabalho em conjunto de recuperação do solo.



A construção de terraços de base larga em nível é apenas um dos propósitos do Programa de Conservação de Solos de Ijuí

# NADA SUBSTITUI A FORÇA DA UNIÃO





# Quanto custa um terraço

O que o produtor vai gastar para construir um quilômetro de terraço de base larga na sua propriedade? Qualquer coisa em torno de Cr\$ 320 mil, diz o técnico agrícola Pedro Luiz Maboni. Mas todo esse gasto o produtor poderá tirar com o aumento da área de lavoura na substituição do terraço convencional pelo de base larga. O Pedro Maboni trabalha no Centro de Treinamento da Cotrijuí e para chegar ao custo total de um quilômetro de terraço, andou acompanhando de perto os trabalhos de terracamento feitos na propriedade do seu Arlindo Treter, agricultor da Linha 8 Oeste, em Ijuí, e por onde iniciou todo o trabalho de implantação do 1º Programa de Conservação de Solos do Município.

Nos trabalhos de construção do terraço de base larga foram utilizados um trator Ford 6.600 e um arado reversível marca "Jarbas", hidráulico, com três discos e 26 polegadas. Em todo o terracamento foram gastos 13 horas de trabalho do trator. Uma hora de trabalho de um trator, esclarece o Maboni, tem apenas 50 minutos, já que o movimento do motor varia entre 1.600 a 1.800 rotações por minutos. Ele ainda lembra, que para efeito de cálculos, tanto o trator como o arado foram considerados como máquinas novas. Sendo assim, considerando-se todo o trabalho das duas máquinas — trator e arado — chegou-se a um custo por quilômetro de terraço construído, de Cr\$ 203.781. A mão-de-obra do tratorista teve um custo de Cr\$ 21.199, enquanto que o custo do combustível chegou a Cr\$ 80.438. Também entrou na soma do custo total o trabalho do topógrafo responsável pela locação do terraço, que ficou em Cr\$ 14.700. Somando todos esses custos — das máquinas, do combustível, da mão-de-obra, do tratorista e do topógrafo —, o Pedro Maboni chegou a um custo total de Cr\$ 320 mil por um quilômetro de terraço de base larga. O uso do trator e do arado é o que mais pesa na construção do terraço, representando 64 por cento do custo total. Em seguida aparece o combustível, representando 25 por cento.

#### CUSTO MENOR

O que ficou comprovado em toda a operação, segundo o Pedro Maboni, é que o trator associado ao arado reversível de discos, realmente é o melhor conjunto de equipamentos que existe de momento e que trabalha de forma eficiente na construção de terraços de base larga. Mas o produtor que dispõe das máquinas

na propriedade — trator e arado — tem a chance de construir um quilômetro de terraço com um custo bem menor. "Se o produtor tem as máquinas, explica o técnico, ele gastaria pouco mais do que Cr\$ 101.000 entre mão-

de-obra do tratorista e combustível, para fazer o mesmo um quilômetro de terraço".

Com um quilômetro de terraço de base larga, normalmente o produtor pode cobrir até três hectares de lavoura, então, deixando de lado o custo do uso das máquinas, ele gastaria pouca coisa além do que Cr\$ . . .

34.000 por hectare. O produtor pode tranquilamente cobrir esse custo, segundo o Pedro Maboni, no momento em que substituir o terraço convencional pelo de base larga. Ele mostra que um terraço convencional, desses que a maioria dos produtores têm na lavoura, ocupa, em apenas um hectare, em torno de oito a 10 por cento dessa área. Considerando que é possível colher 30 sacos de soja por hectare, o produtor estaria perdendo entre dois a três sacos de soja apenas nessa área ocupada pelo terraço tipo convencional. Com o terraço de base larga, além do produtor ganhar mais um pedaço de área para a lavoura, ele teria uma receita suficiente para cobrir os custos de investimento na ado-

ção da nova prática.

#### A MAIOR VANTAGEM

Uma das grandes vantagens, segundo o Pedro Maboni, é que o produtor pode utilizar a área do terraço com cultivo mecanizado, com melhor aproveitamento do solo. Mas ele faz um alerta e lembra que a grande vantagem na construção de um terraço de base larga em nível não está apenas na viabilidade econômica de se substituir um tipo de terraço por outro, mas no conjunto de outras práticas, como rotação de culturas, manejo do solo, cobertura vegetal, entre outras, que envolvem esse trabalho. "Essa é a meta principal do Departamento Técnico da Cotrijuí em termos de conservação de solo," diz o técnico.



Pedro Maboni: a vantagem não é só econômica

#### CUSTO TOTAL POR QUILOMETRO DE TERRAÇO

Máquinas	Custo Máquinas	Custo m. obra	Custo Combustível	Custo total
Trator Ford 6600	175.113	21.199	80.438	276.750
Arado 3 discos	28.668	—	—	28.669
Marcação	—	14.700	—	14.700
<b>Total</b>	<b>203.781</b>	<b>35.899</b>	<b>80.438</b>	<b>320.135</b>

Fonte: CTC — Cotrijuí/85

## FIQUE LIGADO NA NOVA CONTA TELEFÔNICA.



## ATÉ O DIA DEZ VOCÊ PAGA SEM MULTA.

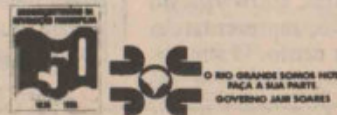
Agora você recebe sua conta telefônica pelo correio, com antecipação.

É mais um serviço da CRT pra facilitar a sua vida. Você tem mais tempo para se programar, sabendo quando e quanto é o pagamento.

Retribua isso com sua pontualidade, a melhor garantia para que a CRT possa continuar a lhe oferecer os bons serviços de sempre.

Lembre-se que até o dia 10 de cada mês, você paga sem multa, em qualquer banco.

**CRT** COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES  
Vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações





# A lavoura de trigo voltou a crescer

A área total de trigo neste inverno voltou a crescer na Região Pioneira da Cotrijuí. Segundo os dados levantados pelo tecnólogo Ênio José Facco, do Departamento Agrotécnico da Cooperativa, e que ainda não são definitivos em razão de que nem todas as lavouras foram plantadas, a área de trigo já anda por volta dos 80.200 hectares, contra os 70.180 cultivados na safra 84. Esses 80.200 hectares plantados até momento estão representando um crescimento de 14,3 por cento em relação a safra anterior, que teve a menor área dos últimos anos. E segundo o Facco, se não fosse o problema de limitação de sementes, possivelmente se teria uma área maior de plantio de trigo.

No Rio Grande do Sul, a área de trigo até agora plantada já alcança os 850 mil hectares, apresentando um crescimento de 18 por cento em relação a safra anterior. O trigo ocupou, em todo o Estado, no ano passado, pouco mais de 720 mil hectares. Com uma área maior de trigo, o país já se prepara para colher no final da safra, se tudo correr bem para a planta e o rendimento médio ficar por volta de 1.000 quilos por hectare, 2,37 milhões de toneladas.

## MATURIDADE

Para o Renato Borges de Medeiros, diretor do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí, a estabilização da área de trigo na Regional Pioneira em torno dos 80 mil hectares é mais uma demonstração de maturidade por parte dos produtores associados da Cotrijuí. "Partindo de suas próprias experiências, eles chegaram a conclusão de que essa é a área ideal de trigo para se realizar uma boa lavoura", assegura. O Renato diz ainda que as tendências de crescimento de áreas com pastagens e o próprio clima, confirma de que realmente o inverno tem muito mais vocação para produzir massa verde, do que para a produção de grãos. Mas na verdade a rotação de culturas entre gramíneas e leguminosas no inverno, que também entram em rotação com algumas plantas de verão, permite dizer que o inverno é a oportunidade que o produtor tem de tratar da recuperação das condições físicas do solo, para poder realizar uma boa lavoura de verão. Aliás, a questão da recuperação do solo, principalmente nos meses de inverno, e da rotação de culturas, foi um assunto bastante discutido nos Seminários sobre culturas de inverno, realizados durante o mês de maio.

## CRESCIMENTO

Na Região Pioneira houve um crescimento da área total de inverno, passando de pouco mais de 114 mil hectares plantados em 84 para 129.300 nesse ano. O aumento da área coberta com culturas nesse inverno foi de 11,5 por cento. O levantamento realizado pelo Ênio Facco também mostra que nesse inverno houve um aumento significativo na área de plantio com forrageiras, principalmente do azevém e da aveia. A área com forrageiras cresceu de 21.747 hectares, cultivados no ano anterior, para 32.736, representando um acréscimo de 50 por cento. O aumento da área plantada com forrageiras, de

83 para 84 foi de 96,2 por cento.

A aveia já teve maior incremento na região, mas foi ficando desinteressante aos poucos, em função da falta de variedades que se adaptassem as condições climáticas. A partir de 84 os produtores abandonam as variedades consideradas tradicionais, como a Suregrain e a Coronado e passam a cultivar a CTC-207 e a UPF-4. O crescimento da área nesse ano, passando dos 5.410 hectares plantados em 84, para 10.000, segundo o Renato tem como fatores responsáveis a disponibilidade de sementes dessas novas variedades e ainda o surgimento de uma outra variedade, a UPF-5. As experiências realizadas no CTC e em muitas propriedades têm demonstrado que essas novas variedades tem boas chances de atingir rendimentos médios superiores a 1.300 quilos por hectare.

## REDUÇÃO

A cevada, a linhaça e o alho, são culturas que vêm apresentando uma redução na sua área de cultivo. A cevada é uma cultura que tem encontrado sérios problemas com moléstias em função do clima. A qualidade do grão produzido na região, tem feito com que o produto encontre grande dificuldades de colocação nas maltarias. A área total com a cevada vem sofrendo uma redução de 6,9 por cento em relação aos 5.030 hectares cultivados em 84.

A linhaça também não teve sua área aumentada, embora no ano passado tivesse sido desencadeada uma campanha estadual para que o seu plantio fosse incrementado. A área deverá ficar ao redor dos 3.000 hectares, apresentando uma redução de 58 por cento em relação aos 7.130 hectares plantados no inverno passado. Ela chegou a ocupar 40 mil hectares em todo o estado, em 84, ocasionan-

O aumento da área de trigo, em relação a safra 84, já anda em 14 por cento.



AS LAVOURAS DE INVERNO DA COTRIJUI, NA REGIÃO PIONEIRA

CULTURAS	Área em hectare		
	1983	1984	Intenções de plantio em 85
Trigo	81.500	70.180	80.200
Aveia grão	8.930	5.410	10.000
Cevada	5.660	7.090	4.680
Linhaça	2.790	7.130	3.000
Colza	3.290	2.840	1.385
Alho	145	100	89
Aveia pastagem	7.170	10.090	13.500
Azevém	3.575	10.337	17.295
Ervilhaca	32	511	1.113
Alfafa	154	480	448
Centeio	25	48	92
Trevo	120	270	288
Lentilha	-	-	10

do uma oferta muito alta de produto em relação as necessidades de mercado. As perspectivas de mercado continuam ruins e a tendência é de que os preços não cheguem a cobrir os custos de produção. A colza é outra cultura que teve sua área bastante reduzida, mas apesar disso, segundo o Renato, ela continua sendo uma excelente planta para entrar em rotação com o trigo, a cevada, a aveia e outras forrageiras.

O alho está ocupando neste inverno pouco mais de 89 hectares. Para o Renato essa redução na área de plantio vem ocorrendo justamente em função das importações de alho de outros países como a Espanha, bem na época em que a produção nacional começa a entrar no mercado. "Mas temos certeza de que se o governo exercer um controle rigoroso sobre as importações, evitando que elas ocorram em épocas impróprias, permitindo que os preços internos sejam compensadores, a área na região voltará a crescer. A ervilhaca, ao

contrário do alho, teve sua área de plantio aumentada em 117,8 por cento em relação a safra anterior. Em cima da ervilhaca estão sendo realizados vários trabalhos no Centro de Treinamento, com a introdução de cultivares de outras regiões e países. O trabalho visa selecionar variedades que melhor se adaptem as condições climáticas e que apresentem sementes duras, permitindo assim a ressemeadura natural da planta. O azevém também cresceu de área, passando de 10.337 hectares para 17.295.

O aumento na área de forrageiras, se justifica, segundo o Ênio José Facco, muito mais pelo trabalho que vem se desenvolvendo na área de conservação de solos incluindo aí a rotação de culturas como uma das técnicas mais racionais adotadas pelos produtores do que para garantir alimento para o gado nos meses de inverno. "Vale lembrar que tanto o rebanho leiteiro como o de corte estão sofrendo uma acentuada diminuição".

## Em nome da rotação



Oldemar Dobrachinski e Leonir Becker

Os agricultores Leonir Becker e Oldemar Dobrachinski, proprietários de 172 hectares na localidade de Rincão do Tigre, em Ijuí, estão aumentando a área de trigo nesse inverno. No ano passado plantaram quatro hectares, "para o gasto e para não dizer que não plantaram nada", mas

já teve ano em que o trigo ocupou 130 hectares de lavoura na propriedade de Leonir e Oldemar. Com as frustrações e o aparecimento do mal-do-pé em algumas lavouras, eles foram aos poucos reduzindo a área, a tal ponto, que na safra passada, quase deixaram de plantar o trigo.

## ROTAÇÃO

Os dois agricultores, que além de sócios são cunhados, contam que nesse ano só ampliaram a área com trigo porque estão iniciando na propriedade um trabalho de rotação de culturas. "A nossa intenção, conta o Leonir, é dar um melhor trato ao solo, que anda judiando demais de tanto trigo". Ele acha que assim que derem uma melhor caprichada na lavoura — e para tanto estão apostando na rotação de culturas — o trigo vai

começar a produzir mais, porque o aparecimento das doenças também vai diminuir. Plantando uma média de 30 a 40 hectares por ano, o trigo só vai voltar a ocupar a mesma área daqui há três anos. "O produtor, diz ainda o Oldemar, precisa deixar de insistir tanto com o trigo sempre na mesma área. Isso só é prejudicial para a cultura, pois só provoca o surgimento de doenças".

Nesse inverno, além do trigo, eles plantaram aveia e ervilhaca. "É como estamos iniciando o trabalho de rotação de culturas", explicam. Na área de aveia, eles pretendem plantar a soja e o milho na de ervilhaca. "Queremos colocar sempre gramínea em cima de oleaginosa. Só gramínea em cima de gramínea, diz o Oldemar, vai esgotando demais o solo".

Eles também estão fazendo uma outra experiência. Pela primeira vez não plantaram o trigo no mês de maio, pois já notaram que toda a lavoura semeada nessa época, sofre demais com as geadas de setembro.



# A procura de uma agricultura permanente

"Temos que tirar vantagem da crise que ora vivemos para bucar uma agricultura mais permanente", disse o agrônomo e diretor do Departamento Agropecuário da Cotrijuí, Renato Borges de Medeiros na abertura do Seminário Produção Animal e Diversificação na Agropecuária, realizado em Santo Augusto, no dia 12 de junho. Mais de 120 produtores associados da Cotrijuí em Santo Augusto lotaram a Sala de Biblioteca da Escola Padre Anchieta, para assistir as palestras que trataram da diversificação na propriedade.

Analisando a situação criada pela monocultura, pela modernização da agricultura, pela dependência dos insumos, Renato disse que é hora do produtor partir para uma diversificação na sua propriedade, "um assunto que não é novo e que já vem sendo discutido pelo produtor há mais de 12 anos". A realização do Seminário, segundo o diretor agrônomo tinha a intenção de mostrar aos produtores alguns caminhos viáveis, embora em termos de receita não sejam tão atrativos quanto foi a soja nos seus primeiros anos de implantação. E na discussão, entrou a questão da suinocultura, do leite, da criação de aves, da ovinocultura e da própria soja. A viabilização da produção vai depender do próprio produtor, na sua eficiência e criatividade em reduzir custos.

Segundo o Renato a produção de grãos convive perfeitamente com os animais em qualquer parte do mundo, basta apenas que o tipo de animal seja ajustado à lavoura adequada. E falando em redução de custos na produção, disse que o ideal é produzir bovinos em cima de pastagens e não em confinamento, com altos custos. Se quisermos competir no mercado externo, teremos de produzir boi a campo, com menos custo", disse lembrando que o Brasil já foi um país exportador de carne bovina, mas que de repente se viu fora do mercado. Nos Estados Unidos, a produção de carne bovina está em torno de 2.500 dólares a tonelada e na França em 3.500 dólares. O Brasil tem condições de produzir carne a 1.800 dólares a tonelada, mas para isso, precisamos reduzir custos.

Reconhece que é difícil a diversificação avançar a um nível maior, pois para vender o produto é preciso que alguém os compre. "Sabemos que a situação é difícil, mas precisamos parar de adotar mode-

los de fora. De que adianta produzirmos suínos e aves, por exemplo, com um custo tão elevado? Segundo o agrônomo, o produtor precisa ficar alerta para o problema da soja". O grande milagre da soja, que entrou na carona do trigo, foi que permitiu que todos pudessem plantar e tirar algum lucro de início. Mas e se de repente ela se tornar seletiva, resumida apenas às grandes lavouras, como é que vai ficar a situação? Então, me parece que é neste momento de crise, a hora de se buscar novos caminhos e novas alternativas de produção".

## SUINOCULTURA: VIABILIZAR

Mais adiante o veterinário João Alves Teixeira, da Unidade de Santo Augusto, analisou os fatores que levaram a suinocultura a atravessar tão grande crise. "Temos que buscar alternativas que viabilizem a suinocultura", disse o João, considerando como fatores responsáveis pela desestabilização da atividade a evolução do padrão zootécnico das raças, o desestímulo a produção de alimentos, a queda do poder aquisitivo do consumidor; os problemas sanitários das raças brancas; a falta de assistência técnica e pesquisa e a substituição da banha pelo óleo.

Como alternativas ao alcance do produtor, o João sugeriu um aprimoramento nas técnicas de manejo e a utilização de alimentos existentes dentro da propriedade, fugindo um pouco das rações concentradas. Segundo ele, 80 por cento do custo total da produção de suínos, ficam com a alimentação. Para diminuir esses custos na alimentação, o João disse que o produtor pode muito bem utilizar o sorgo, que chega a substituir o milho em até 100 por cento, o farelo de arroz, a aveia, a mandioca, — que também pode ser fornecido sob a forma de silagem — a abóbora, a alfafa e até a beterraba açucareira.

Para o Otaliz de Vargas Montardo, veterinário da Cotrijuí, em Ijuí, também um dos palestrantes, o resultado de qualquer atividade sempre vai depender da competência do produtor em reduzir custos, sem prejuízo na produção. O Otaliz falou sobre alimentação para o gado leiteiro. Considera como ponto chave do processo de produção leiteira a alimentação, "responsável direto pela produção, pela reprodução e pela sanidade do animal. Para manter o gado alimentado, o Otaliz garante que basta o produtor produzir pastagens. "Por que vamos dar



O Seminário contou com a presença de 120 produtores

concentrados aos animais, se eles foram criados para consumir pastos?" Oferecendo pastagens para as vacas o Otaliz assegura que o produtor que está na atividade leiteira não estará apenas reduzindo custos, mas também proporcionando alimento eficiente.

## A EXPERIÊNCIA

O João Klohn, agrônomo, falou um pouco sobre o projeto de galinhas criadas em semi-confinamento e que vem sendo desenvolvido no Centro de Treinamento da Cotrijuí. A idéia de se multiplicar galinhas crioulas surgiu da necessidade de se tentar reduzir, pelo menos parte, a dependência criada pelas aves híbridas. Os produtores passaram a depender de galinhas híbridas, exigentes em alimentação, manejo e medicamentos, segundo o João Klohn, apenas por interesses de grandes grupos econômicos. "Já no CTC estamos produzindo galinhas crioulas — das raças Plymouth e Rock Barrada, mais conhecida como carijó e a New Hampshire — com custos baixos em todos os aspectos". A alimentação tem sido a base de pastagens — o quicuío no verão e aveia, aveia e trevos no inverno.

A utilização de pastagens na alimentação das galinhas vem promovendo, de acordo com o agrônomo, uma redução de 30 por cento no uso da ração, sem nenhum prejuízo na produção de ovos. Uma galinha de postura, em confinamento, necessita em torno de 120 gramas de ração por dia. Em épocas de pastagens essa mesma galinha tem recebido 70 gramas de ração caseira — milho, calcário e farinha de ostras — por dia. A pastagem nesse caso, permite uma redução acentuada nos custos.

A ovinocultura foi outro assunto muito discutido no Seminário. O João Carlos Schiffer, veterinário da unidade de Jóia contou um pouco da vivência dos produtores daquela região em ovinocultura. A atividade vem sendo incentivada com duplo propósito — produção de carne e lã. O rebanho anda por volta dos 17 mil animais, criado em conjunto com o gado bovino. A Cotrijuí hoje está recebendo, naquela unidade, em torno de 30 mil quilos de lã.

O João Carlos falou ainda dos problemas de esquila, que até pouco tempo atrás vinha sendo feito de forma manual — da melhor época para o encarneira-

mento, dos problemas com verminose e da comercialização da lã rosada. Uma das metas do Departamento Técnico daquela unidade, segundo o veterinário, é o de inculcar no produtor uma nova mentalidade em relação ao período de encarnearmento — reprodução. "Estamos tentando mudar o período de reprodução de janeiro para março, pois dessa forma, os nascimentos ocorreriam em setembro, quando já existe pastagem em abundância para os animais. O veterinário falou ainda sobre a preparação do pelego, que quando bem tratado, pode remunerar muito bem o produtor.

O Waldir Groff, veterinário de Ijuí, falou sobre terminação de terneiros no período de inverno, sugerindo que o produtor aproveite para tanto as áreas sem lavouras, para a implantação de pastagens. Aconselhou o produtor interessado a aproveitar a oportunidade e adquirir agora os animais para terminação, pois é uma época em que o preço do teineiro é mais baixo. José Luiz Costa Kessler, agrônomo, falou sobre manejo de pastagens. O melhor manejo para as plantas nem sempre é o melhor para os animais e isso é uma questão que o produtor precisa levar em conta. Uma prática aconselhada pelo José Luiz é ficar atento ao sombreamento das folhas, "Quando as folhas mais velhas estiverem sombreando as mais novas, é o momento exato do produtor soltar os animais para o pastejo".

# O interesse pela piscicultura

A piscicultura é mais uma atividade que começa a despertar o interesse dos produtores associados da Cotrijuí em Maracaju, no Mato Grosso. Esse interesse cresceu mais ainda a partir do momento em que a Cotrijuí firmou um convênio com o Inambi — Instituto Nacional de Preservação do Meio Ambiente, um órgão ligado a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso. De acordo com o convênio, o Inambi fica na responsabilidade de produzir os alevinos, enquanto que a Cotrijuí terá o encargo de fazer a distribuição entre os produtores e ainda

cuidar da implantação dos açudes.

Por enquanto, segundo o agrônomo e coordenador do Departamento Técnico da Unidade de Maracaju, o Antônio Reinaldo Schneid, todo o trabalho está concentrado em torno do cadastramento dos produtores interessados em receber alevinos, por já possuírem açudes ou simplesmente porque estejam querendo povoar os rios e riachos existentes dentro de suas propriedades. Cerca de 15 produtores da região já estão inscritos no programa, à espera da distribuição dos alevinos. O

objetivo desse convênio é proporcionar em primeiro lugar, mais uma opção de alimentação ao produtor. Só mais adiante, dependendo do avanço da atividade na região é que se poderá pensar na comercialização da produção excedente. Também é intenção do Departamento Técnico da Cotrijuí em Maracaju, montar uma estação de piscicultura na Unidade. Assim, explica o Antônio Reinaldo, repassaremos os alevinos quando já estiverem em fase mais adiantada de desenvolvimento, ficando sob a responsabilidade do produtor apenas a engorda do peixe.

## DIESEL SUJO NÃO!



Elimine a sujeira e a água do seu Diesel, e resolva os seus problemas de bombas e bicos injetores definitivamente. Instale na sua granja o filtro do tamanho da sua necessidade. Filterkit é compacto, eficiente, de baixo custo e garante seu lucro certo.

### Conheça nos nossos revendedores.

PALMEIRA DAS MISSÕES - Palmitrac - Palmeira das Missões Tratores Ltda.  
CARAZINHO - Bucholz & Cia. Ltda.  
ERECHIM - Citra Com. de Trat. Máq. e Implementos Agrícolas Ltda.  
SANTA ROSA - Bombas Injetoras Sul  
CRUZ ALTA - Com. e Repres. Selecta Ltda.  
SANTO ANGELO - Uggeri S/A (Entre Ijuí)  
SÃO LUIZ GONZAGA - Bombas Injetoras Sul  
TRÊS PASSOS - Bombas Injetoras Sul  
PASSO FUNDO - Tratorisa Tratores e Implementos Agrícolas Ltda.

Estamos selecionando representantes e revendedores em todo o Brasil.  
CONTATO - Porto Alegre (RS)  
Tel. (0512) 22-8855 - Tlx. (051) 2242



O ministro Pedro Simon pode não ter conseguido, em pouco mais de três meses de governo, convencer seus colegas da área econômica de que o Brasil depende da agricultura para sair da crise. Mas conseguiu, neste curto espaço de tempo, ser o primeiro integrante do ministério da Nova República a ganhar o apoio do setor a que representa de uma forma nunca vista antes. Milhares de produtores gaúchos e de outros Estados saíram às ruas, com suas máquinas, no dia 13 de julho, para que o Ministério da Agricultura seja finalmente fortalecido e faça valer seu desejo de mudar a feição da política agrícola no Brasil.



Os produtores na concentração do dia 13, na Praça da República, em Ijuí

# CHEGA DE ESPERAR

A luta agora é pelo fortalecimento do Ministério da Agricultura

A mobilização foi liderada, mais uma vez, pela Fecotrigo (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja), com o apoio de sindicatos, entidades do setor e de outras áreas. As dificuldades criadas pela comercialização da soja este ano puxaram as pastas, mas também desta vez o movimento dos produtores não se resume a questões imediatas. Eles querem que a Nova República assuma uma das principais heranças do presidente Tancredo Neves, que é a de fortalecer a agricultura.

Em outubro do ano passado, ao falar no Grito do Campo, para mais de 40 mil produtores, Tancredo Neves foi bem claro: a agricultura contaria com crédito abundante e subsidiado e teria sua produção voltada com prioridade ao mercado interno. Estes dois pontos importantes do compromisso — entre muitos outros — correm agora o risco de não serem atendidos, mesmo que o ministro Pedro Simon defenda a mesma posição. A área econômica do governo, que controla as finanças, já acena em outra direção, com crédito caro e escasso. Há também muita indiferença diante dos apelos de Simon, para que se de-

finam prioridades e, enfim, seja logo traçada a nova política para o setor primário.

“Se o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, continuar dando palpites e deixando de acatar as sugestões apresentadas pelo Ministério da Agricultura, não chegaremos a lugar algum”, disse o presidente da Fecotrigo, na véspera do protesto do dia 13. Esta observação de Jarbas deixou evidente que as manifestações não eram dirigidas a Pedro Simon. Mas mesmo assim, no dia do protesto não faltaram os que decidiram cobrar, em seus discursos, a derrubada do ministro, por não ter conseguido, em 90 dias, resolver problemas encaçados há 20 anos numa pasta sem qualquer autonomia, onde a burocracia, a incompetência e a corrupção passeavam lado a lado.

### GASTOU MUITO

Mesmo assim, ele conseguiu algumas vitórias. Convenceu seus colegas de que seriam necessários mais de 10 trilhões de cruzeiros para financiar a comercialização da safra deste ano, num momento em que, pela primeira vez na história do ciclo da soja, este produto esteve com preços de mercado abaixo do mínimo. Depois, conseguiu

também — pela pressão dos agricultores — a concessão de 100 por cento da EGF (Empréstimos do Governo Federal), e a prorrogação por 60 dias do vencimento dos financiamentos de custeio. Mas até o final de junho não havia convencido o governo de que o produtor precisava de outras medidas de apoio com urgência.

No dia 25 de junho, Simon foi ao ministro Dornelles solicitar a liberação de recursos antecipados como AGF (Aquisição do Governo Federal), na proporção de 10 sacos por hectare, que seriam pagos em três anos com produtos básicos. O governo já teria gasto muito com a safra, e precisaria de 4 trilhões e meio para atender a reivindicação, segundo Dornelles. O pedido dos agricultores não foi atendido, e não havia tampouco, até o final de junho, nenhuma manifestação no sentido de que a próxima safra de verão contará com efetivo apoio oficial, no que se refere a crédito.

### POLÍTICA ECONÔMICA

O Ministério da Agricultura está, dessa forma, paralisado diante do não atendimento de reivindicações imediatas, e das indefinições para medidas com efeito a mé-

dio e longo prazos. Tudo depende, além de quem controla os cofres da Nova República, e isso está claro para os produtores. No dia 13 de junho, muitos deles, que vieram a Brasília, puderam ouvir de Pedro Simon a promessa de que será intensificado o debate, dentro do governo, para que se definam prioridades. O ministro foi ao encontro dos agricultores, que estacionaram caminhões defronte o Ministério, e recebeu seu apoio aos apelos do setor. Num momento em que o primeiro escalão do governo havia adotado tal comportamento, num dia de protesto contra o próprio governo.

O movimento, que se manteve durante todo o mês de junho, com máquinas em cidades e estradas de vários Estados, não irá longe. A política agrícola da Nova República será definida dentro do conjunto da política econômica, e nada será alterado se não houver disposição para a recuperação da economia, o fortalecimento de empresas, a ampliação do mercado de trabalho e a recuperação do poder aquisitivo da população. E nisso tudo depende, ao mesmo tempo, do tratamento a ser dado à dívida interna e à dívida externa.

### EM VIGILIA

A atenção dos produtores se volta para Brasília e assume definitivamente uma postura política, em defesa de um programa estável para a agricultura. Essa vigilância não se limita à participação em protestos, mas cresce no dia a dia, na rotina dos que lidam com a terra. Só na Região Pioneira da Cotrijui, por exemplo, mais de 8 mil 500 produtores e esposas e filhos de associados participaram de alguma forma de debate. Cumprindo um programa de seminários, reuniões de núcleos, cursos, dias de campo e outros encontros, de março a junho.

Nesses encontros, a orientação técnica convive com a troca de idéias em torno de crédito, juros, diversificação, política agrícola, preços e outros assuntos que começam a fazer parte das discussões entre os produtores, como a Assembléia Nacional Constituinte. É a evolução de um trabalho iniciado há vários anos, como observa Roberto Rohde coordenador de Comunicação e Educação da Região Pioneira. Se não fosse assim, é possível até que os agricultores se dispusessem a acompanhar protestos como os iniciados dia 13 de junho. Mas certamente nem todos saberiam contra o quê estavam protestando.

## Novos custos de produção

Os custos financeiros, que se transformaram na grande ameaça à produção nos últimos anos, terão um peso ainda maior na próxima lavoura de soja. A Fecotrigo divulgou no final de junho, os levantamentos dos custos de produção para as safras de verão, e mostra que, no caso da soja, as despesas financeiras terão uma participação de 51,07 por cento do total. Na safra deste ano, estas despesas haviam ficado em 47,95 por cento. Mas vale lembrar que esta participação pode ser ainda maior, se for decidido, como se especula, um encarecimento nos financiamentos, com taxas de juros ainda mais altas.

Segundo a Fecotrigo, o custo de um hectare de lavoura de soja da próxima safra será de Cr\$ 4 milhões e 601 mil, considerando-se uma produtividade média de 25 sacas por hectare. Este custo representa um aumento de 225 por cento sobre o anterior, que havia ficado em Cr\$ 1 milhão e 415 mil. O valor de Cr\$ 4 milhões e 601 mil foi projetado para a época de formação da lavoura, considerando-se a evolução da inflação, e indica que a saca de soja terá um custo de Cr\$ 184 mil e 59 cruzeiros em abril de 86.

O VBC (Valor Básico de Custeio) para a lavoura de soja deveria ser de Cr\$ 1 milhão e 570 mil, para que as despesas possam ser cobertas. Isso representaria um rea-

juste de 416,55 por cento sobre o VBC da safra colhida este ano, e que foi de Cr\$ 304 mil. O VBC solicitado se baseia numa faixa de produtividade de 1.251 a 1.500 quilos por hectare.

### MILHO E TRIGO

A Fecotrigo também calculou os custos para a lavoura de milho, sorgo e feijão, e o preço mínimo necessário para o trigo em outubro e novembro. O milho terá um custo de Cr\$ 5 milhões e 659 mil por hectare, e os VBCs solicitados são de Cr\$ 1 milhão e 284 mil, para a faixa de 1.701 a 2 mil quilos, e de Cr\$ 1 milhão e 932 mil para a faixa de 3.001 a 3.500 quilos por hectare. O aumento de VBC, na segunda faixa, seria de 376,07 em relação ao anterior.

O feijão deve contar com um VBC de Cr\$ 1 milhão e 127 mil, para a faixa de 601 a 800 quilos por hectare, num reajuste de 226,79 por cento em relação ao anterior. O sorgo precisaria de VBC de Cr\$ 1 milhão e 491 mil, para faixa de 2.001 a 2.500 quilos, num aumento de 452,42 por cento. O trigo deve ter, segundo cálculos da Fecotrigo, preço mínimo corrigido para Cr\$ 143.981 em outubro (saca de 60 quilos), e para Cr\$ 158.379 para novembro. A projeção do preço oficial para novembro indica que ele ficará em Cr\$ 130.419, ou seja, 21,44 por cento abaixo do necessário.

## Produtor quer ter segurança

Teobaldo Rott é agricultor na localidade de Alto da União, em Ijuí, onde planta em 25 hectares em parceria com o pai, Orgênio Rott. É representante eleito pelos associados e tem participação ativa no debate de assuntos que envolvem a Cotrijui e o setor primário. Abaixo, seu depoimento sobre os protestos iniciados dia 13 de junho:

“O produtor sabe muito bem o que pode produzir, e só precisa mesmo é de segurança na hora de comercializar sua produção. Eu entendo que os protestos são válidos, mas acho que não deveriam ter ficado muito em cima do problema da soja. Quando o movimento se iniciou, a maior parte da safra já havia sido vendida. Eu lamento também que a iniciativa tenha sido tomada um pouco de cima para baixo. Isso fez com que muita gente não tenha entendido muito bem o objeti-



Teobaldo: falta um pouco de motivação

vo da mobilização. A falta de uma maior participação, notada em algumas regiões, se deve também à própria falta de motivação do produtor e uma certa descrença com relação aos resultados que os protestos têm conseguido. Faltou ainda um pouco de organização. O agricultor deve hoje lutar por uma mudança na política agrícola, para que tenha maior segurança. Tanto faz: plantar trigo ou soja, ou produzir leite, porque nenhuma dessas atividades é compensadora. O produtor não tem segurança nos preços. É claro que o país atravessa uma situação difícil, e depois de tantos anos com problemas não há como dar uma virada repentina. É preciso dar um tempo, para que a recuperação aconteça, mas este tempo não pode ser muito longo. Todos os setores estão exigindo mudanças, e também nós precisamos de definições para a produção agrícola”.



# Novas leis para o país

Deputados e senadores a serem eleitos em 86 vão elaborar a Constituição

O Brasil terá, no próximo ano, uma nova Constituição. Ela será elaborada pelos deputados e senadores que estarão sendo eleitos em novembro de 1986, e que integrarão a Câmara e o Senado e a Assembléia Nacional Constituinte. Quase todos os setores da sociedade brasileira desejavam que a Constituinte fosse eleita, pelo voto do povo, sem vinculações com o Congresso. Assim, ele seria independente e não contaria com os integrantes da Câmara e do Senado, mas com pessoas eleitas somente para fazer a Constituição. Mas o projeto do governo enviado ao Congresso, convocando a Constituinte, no final de junho, prevê a vinculação que não era desejada.

Só que muita gente ainda não tem clareza do assunto, e muito menos de detalhes como este, da eleição de deputados e senadores como constituintes. Aos poucos é que a grande maioria da população poderá medir a importância da Constituinte, que interessa a todos, e não só aos políticos. O assunto é tão importante que no dia 13 de junho o departamento Agrotécnico da Cotrijuí convidou dois entendidos neste debate, para que falassem ao pessoal do setor, em palestras no CTC.

## UM ESTATUTO

O professor Argemiro Jacó Brum, que leciona Estudos de Problemas Brasileiros na Universidade de Ijuí, e o secretário da executiva do PMDB no Estado, Waldir Walter, conversaram durante uma tarde com os técnicos. Primeiro, eles esclareceram o que é, afinal, uma Constituição, da qual tanto se fala e pouco se conhece. A Constituição é uma lei que está acima de todas as outras leis do país. É ela que traça as normas gerais a serem obedecidas pela sociedade, abrangendo os aspectos políticos, econômicos e sociais. Waldir Walter compara a Constituição a um estatuto, para dizer que esta é então o estatuto maior de um país, no qual se baseiam todas as outras leis.

A Constituinte, que irá elaborar a Constituição, é uma Assembléia eleita pelo povo para este fim. No caso do Brasil, como prevê o projeto do governo, a Constituinte será então integrada pelos deputados e senadores a serem eleitos em novembro de 86. Eles é que irão elaborar as leis, que darão um novo ordenamento político, eco-



Waldir Walter: momento é histórico

nômico e social ao país. A Constituinte deve ser soberana e agir com total liberdade. Isso quer dizer, em síntese, que todas as suas decisões não podem ser contestadas. Nem mesmo o governo federal, o executivo, pode interferir nos trabalhos da Constituinte ou rejeitar depois suas leis.

## UMA "COLCHA"

Mas por que, afinal, se decidiu agora que o Brasil deve ter uma nova Constituição? Este assunto não é tão novo como parece, pois desde 1977 muitos setores defendem novas leis para o país. Acontece que a Constituição brasileira transformou-se numa verdadeira "colcha de retalhos", com muitas emendas decididas por conta do governo, nos últimos 20 anos. Agora, com a abertura política, que possibilitou o fim do regime militar, chegou a hora de se deixar para trás todos estes remendos, e elaborar uma Constituição que reflita a nova situação do país.

A Constituinte irá definir, por exemplo, que tipo de governo o Brasil terá, se presidencialista (como atualmente) ou parlamentarista. Irá decidir também sobre as eleições para presidência da República, o papel das Forças Armadas, a presença das empresas estrangeiras, a questão agrária, as relações capital-trabalho (a organização sindical, a lei de greve), a educação (o ensino gratuito) e muitos outros temas. Também será a partir daí que certamente acontecerá uma maior participação da mulher na vida do país, com novas conquistas há tanto tempo reclamadas.



Argemiro: pelo fim dos remendos

## JOGO DE FORÇAS

Esta será a oitava Constituição do Brasil, e poderá ser a mais representativa, se a população estiver organizada para que assim ela seja. Das Constituições anteriores, somente a de 1946 (veja na página 10) foi de fato democrática, mesmo que não tenha resultado em muitos avanços para a grande maioria do povo. Depois disso, a Constituição foi tratada ao gosto dos governos militares, principalmente a partir de 1968, quando a ditadura manda e desmanda. "Nesta época — relembra Argemiro Brum — baixa-se o silêncio sobre a nação, e levantam-se os fuzis e as baionetas".

O que o Brasil quer agora é se ver livre de tudo o que foi feito pela força do autoritarismo. Mas somente conseguirá uma nova ordem, se a Constituinte for livre, representativa, democrática e soberana. O começo para que isso aconteça está na organização popular, pois as elites econômicas do país já estão há muito tempo montando esquemas para ocupar este espaço (veja matéria abaixo). Afinal, a nova ordem política, econômica e social poderá alterar o jogo de forças entre o capital e o trabalho, por exemplo, ferindo interesses que o peso do dinheiro conseguiu nos últimos anos.

## ORGANIZAÇÃO

"A Constituinte — afirma Argemiro Brum — será o reflexo daquilo que acontecer antes dela". Esta frase resume muito bem a necessidade da organização, para que as leis a serem elaboradas não expressem

apenas a vontade de minorias bem estruturadas. O professor ressalta que "através da mobilização é que a população avançará politicamente". É por isso que a Constituinte não pode ser vista como tema que interessa apenas às pessoas iluminadas, aos juristas que entendem de leis ou aos políticos de carreira.

A Constituinte interessa a toda a nação, como enfatizou Waldir Walter, afirmando: "Devemos entender a importância do momento histórico que estamos vivendo". Walter, que foi prefeito de Santo Augusto e deputado federal pelo antigo MDB, vem falando sobre Constituinte há quase 10 anos, e em 1977 distribuiu uma cartilha abordando o assunto. Para ele, "uma nação politicamente organizada deve ter uma Constituição nascida da vontade de seu povo". E a vontade do povo pode ser manifestada pelo voto, como acontecerá em novembro de 1986.

## PESO DUPLO

O voto terá, desta vez, um peso duplo, pois elegerá deputados e senadores que atuarão como parlamentares e, ao mesmo tempo, como membros da Assembléia Nacional Constituinte. Dentro de pouco tempo, os candidatos sairão à cata do apoio da população, e os agricultores, como sempre, terão muitos "defensores" das suas causas. Será a época dos discursos bonitos, dos "salvadores" da colheita. O produtor, esgalado por conversas que não resultaram em nada, terá a oportunidade de escolher nomes realmente comprometidos com os que trabalham na terra.

O debate em torno da Constituinte será esclarecedor, porque também irá afastar da discussão os que continuam a dizer que a política nada resolve. Este lero-lero é antigo, e esteve sempre a serviço dos que se beneficiaram da situação vivida pelo país nos últimos anos. A mobilização já envolve advogados, bancários, professores e tantos outros trabalhadores, e vem reforçando inclusive as organizações que tratam das questões do negro e do índio no Brasil. Aos poucos, ela irá contar também com os agricultores.



tempo. Hoje, o Congresso tenta recuperar seu prestígio, pois as grandes decisões nacionais terão que passar pelo parlamento. E é ali que os grandes grupos querem estar bem representados. O poder econômico, que terá de mudar seu comportamento para continuar influenciando, deseja que os constituintes, que também serão deputados e senadores, defendam seus interesses. O agricultor, o trabalhador da cidade, o pequeno comerciante, enfim, todos os segmentos da sociedade podem e devem impedir que este espaço seja totalmente tomado pelos que não irão falar em seu nome. Afinal, a grande maioria da população pode não ter "caixinhas", mas tem o peso do seu voto.

## Grupos têm até "caixinha"

Muita gente ainda questiona a importância da Constituinte, argumentando que ela não irá resolver os problemas do país. É verdade que não será apenas com uma Nova Constituição que o Brasil poderá solucionar os problemas da dívida externa, do desemprego, do esvaziamento dos municípios. Mas será a partir daí que estará aberto o caminho para a reorganização da sociedade. E uma sociedade organizada, que respeite sua constituição, poderá finalmente participar das decisões que, até agora, vinham sendo tomadas por grupos.

Para os que ainda duvidam da importância da Constituinte, basta o exemplo dado pelos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Estes grupos formaram uma "caixinha", ou seja, uma espécie de cofre para juntar contribuições e assim patrocinar campanhas e garantir a eleição de seus representantes. A "caixinha" já estaria com mais de 4 milhões de cruzeiros, segundo o deputado Márcio Lima, do PMDB de Pernambuco. Os empresários pretendem eleger, no mínimo, 300 representantes, ocupando mais da metade de um to-

tal de pouco mais de 500 cadeiras da Constituinte.

## UMA REPETIÇÃO

O plano é ambicioso, mas quem garante que ele não dará certo, se outros setores da sociedade também não se organizarem? Os grupos financeiros, os industriais e o grande empresariado em geral estão tentando ocupar espaços, para que prevaleçam seus pontos de vista na hora de se elaborar a nova Constituição do país. Isso já aconteceu em 1946 (veja na página 10), e pode se repetir no próximo ano.

Acontece que os interesses dos grandes grupos estão em jogo neste momento. É a partir da Constituição que eles irão se recomodar dentro de todo o contexto político, econômico e social do Brasil. O empresariado está preocupado com questões como a participação do Estado (do governo) na economia, com as relações trabalhistas (lei de greve, por exemplo) e com muitos outros aspectos que podem decidir seu futuro. A Constituinte também deverá tratar, entre outros assuntos, da participação do capital estrangeiro na economia bra-

sileira, e isso interessa às multinacionais.

A preocupação dos grandes grupos não é nova, mas agora deixa de ser tratada às escondidas. Nas duas últimas décadas, eles conseguiram fazer valer sua influência de forma muito simples. Agiam dentro do governo, sem depender muito do Congresso (Câmara Federal e Senado). Afinal, o executivo decidia quase tudo, e poucas vezes contrariou os interesses da elite econômica. O Congresso, sem autonomia, foi uma instituição esvaziada, sem poder para rejeitar as leis ditadas pelo governo.

## O PESO DO VOTO

Essa situação terminou comprometendo os políticos, pois não são poucos os casos de total obediência ao governo, de favorecimentos e de corrupção denunciados mas nem sempre punidos. Deputados e senadores que mantiveram a dignidade como integrantes do Congresso também foram prejudicados. Desgastou-se a imagem do parlamentar no país, e a atividade política passou a ser vista como coisa dispensável. Foi assim também que se promoveu o esvaziamento dos partidos durante um bom



# Será a oitava Constituição

O Brasil já teve sete Constituições, mas em apenas três oportunidades as leis foram elaboradas por Assembleias Constituintes. Isso aconteceu em 1890, em 1934 e 1946, mas não quer dizer que nessas três vezes as Constituintes tenham tido ampla participação popular na indicação de seus integrantes, e tampouco que tenham trabalhado com total liberdade. O exemplo de que as Constituintes não são muito soberanas vem desde o Império, quando em 1824 surge a primeira Constituição brasileira, outorgada por Dom Pedro I, logo após a proclamação da Independência.

Esta primeira Constituição deveria ser elaborada por constituintes, mas eles foram substituídos, por ordem do Imperador, por 10 juristas. Em 1890, formase a primeira Constituinte após a proclamação da República. Com o fim do Império, o país precisava de novas leis, que entram em vigor em 1891. Esta Constituição acaba proibindo o voto dos analfabetos, para impedir que os escravos, então considerados livres, participem da escola de seus governantes. O povo pouco influenciou na sua elaboração.

## VOTO SECRETO

Em 1933, reuniu-se a segunda Assembleia Constituinte, desta vez para legalizar a revolução de 1930, e a Constituição entra em vigor no ano seguinte. Foi em 1933 que passou a se assegurar o voto da mulher e surgiu o voto secreto, criando-se ainda a Justiça Eleitoral. Mas a Constituição dura apenas até 1937, quando se implanta o Estado Novo. O presidente Getúlio Vargas passa a ter amplos poderes, com autonomia inclusive para aposentar ou reformar funcionários civis e



Em 1981, o senador Quêrcia queria a Constituinte, mas ficou sozinho

militares que estivesse incomodando o governo.

Em 1946, o país tem a sua terceira Constituinte, com a queda do Estado Novo. Foi aí que se elaborou a Constituição considerada mais democrática do Brasil. Havia terminado a Segunda Grande Guerra, com a derrota do nazismo e do fascismo, e os brasileiros entenderam que deveriam ter novas leis. A Constituinte foi formada por pessoas indicadas pelo voto popular. Mas a Constituição não deixou de ser conservadora, pois o poder econômico dominou a Constituinte.

Foi em 1946 que se assegurou o direito de greve, que se definiram as liberdades individuais, a participação dos empregados nos lucros das empresas, a estabilidade no emprego (trocada depois pelo Fundo de Garantia), a jornada de trabalho de 8 horas. A Constituição previa inclusive a reforma agrária, mas estabelecia que as terras desapropriadas deveriam ser antes indenizadas. Isso dificultava a ação do governo, caso se pensasse numa nova estrutura fundiária para o país.

## ESTRANGEIROS

A Constituinte não conseguiu, co-

mo muitos queriam, limitar a participação dos grupos estrangeiros na economia brasileira. Ela deixou aberta a possibilidade de investimentos de fora no país, e para isso deve ter pesado muito a presença de delegações americanas e de outras nações. As comitivas vieram "acompanhar" os trabalhos, e exerceram pressões para que não fosse proibida, por exemplo, a participação de companhias estrangeiras na exploração do petróleo. Elas conseguiram o que queriam.

Em 1964, quando os militares tomaram o poder, a Constituição de 1946 deixou de se respeitada. Em 1967, o país teria uma nova Constituição, elaborada pelo governo e aprovada pelo Congresso. Foi uma Constituição imposta, pois o povo dela não participou. E o Congresso teve de aprovar as novas leis em obediência aos militares, que já haviam cassado muitos dos integrantes do parlamento. Contase que na época até o relógio da Câmara foi parado, para que assim o projeto da nova Constituição fosse aprovado dentro do prazo, numa reunião em que a matéria corria o risco de ficar fora de pauta. "Pa-

rou-se" o tempo e a ordem do governo prevaleceu.

Em 1969, o Brasil teria mais uma Constituição, que é a que vigora até hoje. O presidente Costa e Silva havia adoecido, e os militares decidiram que seu vice, Pedro Aleixo, não deveria assumir. Ela é, na verdade, uma emenda constitucional, que contou durante um bom tempo - até 1978 - com o ato institucional número 5, o AI-5, que dava amplos poderes ao presidente. Com o AI-5 o governo cassou mandatos, fechou o Congresso e tomou decisões sem consultar nem mesmo o Poder Judiciário, igualmente esvaziado.

## SALVAGUARDAS

Em 1978, extinguiu-se o AI-5, mas surgiram as salvaguardas, que também asseguram poderes ao governo, como a implantação das medidas de emergência usadas em Brasília quando da votação da emenda das eleições diretas no ano passado. As salvaguardas surgiram por uma emenda à Constituição, em 1978, quando o presidente Ernesto Geisel toma medidas liberalizantes e, por pressão da sociedade, inicia a abertura política.

Em 1981, o senador Orestes Quêrcia, do PMDB de São Paulo, chegou a apresentar a convocação da Constituinte, no Senado, mas a emenda não foi aprovada. O senador ficou sozinho no plenário, sem o apoio inclusive das oposições. Agora, o presidente Sarney decidiu propor a convocação da Constituinte, que deve ser instalada a 31 de janeiro de 1987, sendo integrada por deputados e senadores eleitos em novembro de 1986. A nova Constituição deverá ficar pronta em menos de seis meses.

# O JEITO CERTO DE MULTIPLICAR A SUA SAFRA.



Na hora de colher lucros, escolha a Poupança BAMERINDUS

A sua safra rendeu. E não poderia ser diferente, com todos os cuidados que você dedicou a ela.

Os resultados estão aí. Agora só falta multiplicar. Assim como você cuidou bem da sua safra, do plantio à comercialização, o Bamerindus cuida do seu dinheiro.

Separe o que você não vai gastar e abra uma Caderneta de Poupança no Bamerindus.

E deixe o seu capital crescendo, com juros, correção monetária e a segurança do 3.º maior grupo financeiro do país.

Não esqueça. Na hora de colher, escolha a Poupança Bamerindus.

O jeito certo de multiplicar os lucros da safra.

Caderneta de Poupança  
**Bamerindus**  
Bom tempo todo dia.





# Crise na superprodução de alimentos

— Argemiro Luís Brum — Montpellier — France

Entre 1950 e 1980 as palavras de ordem na França agrícola foram: "produzir e modernizar".

Após 1980, a crise econômica, que já há mais tempo vinha atingindo países como o Brasil, a Argentina e México por exemplo, chega também na França e hoje atinge inclusive a própria agropecuária dos Estados Unidos.

Pois a partir de 1980 a França agrícola passou a enfrentar problemas que hoje são o estopim de uma forte crítica dos agricultores sobre o modelo agrícola imposto. Após cinco anos de vacas magras algumas expressões recolhidas em diversas entrevistas e pesquisas por várias regiões da França dão uma idéia do problema hoje vivido aqui mas que também acaba sendo um problema geral da Comunidade Econômica Européia—CEE. Problemas estes que atingem os outros países, quer seja impedindo maiores exportações (caso do farelo de soja brasileiro) ou aumentando a concorrência no mercado internacional (caso da carne, do leite ou do trigo).

Em resumo o que se ouve, se lê, se discute e realmente existe é o seguinte:

a) **crise de superprodução de alimentos** que custam caro a serem estocados e também a serem exportados já que a CEE dá uma subvenção (metade do custo de produção) para o produto tornar-se competitivo no exterior. Isto porque o custo de produção é muito alto na Europa.

b) Esta crise é agravada pela **baixa do poder de compra** dos franceses em geral nestes últimos anos. Isto provoca a diminuição das despesas em alimentos. O índice familiar de consumo alimentar caiu de 25 em 1970 para 20 em 1983.

c) Para solucionar o **problema financeiro (crise do orçamento da CEE na medida em que os estoques aumentam)** o setor agrícola da Comunidade Econômica decidiu impor as **quotas leiteiras** a partir de 01/04/84 visando frear o aumento na produção do leite. E este ano aplicou um **quase congelamento total nos preços agrícolas** estabelecidos para a safra 1985/86. O objetivo é desestimular um pouco a produção.

d) O problema é que se estas medidas podem resolver a questão por um lado, criam outras dificuldades pelo outro lado. A aplicação das quotas leiteiras es-



A colza vem crescendo como substituto do farelo de soja

pecialmente, mas também o congelamento dos preços **impedem que os produtores e criadores paguem suas dívidas e custos de produção** que hoje aumentam em média acima da taxa anual da inflação. Este fenômeno atinge principalmente os jovens que desejam se instalar em propriedades rurais. Em outras palavras, as medidas tomadas são seletivas, dando continuidade ao processo iniciado em 1950, que deixa somente os melhores financeiramente, normalmente os grandes produtores.

e) Entretanto, hoje existe um novo problema que surgiu especialmente a partir de 1980: o **desemprego**. Isto é, os produtores rurais que estão deixando a produção devido as quotas ou pelos baixos preços recebidos pela produção em relação as dívidas a pagar, não encontram mais empregos nas cidades. Este problema atinge mais uma vez os jovens de forma mais intensa.

f) Enfim, acima desta problemática francesa está a **crise política no interior da CEE** com reflexos importantes nas decisões da Política Agrícola Comum-PAC. A cada ano, os países membros encontram enormes dificuldades para estabelecerem os preços agrícolas. Neste 1985, após 5 reuniões os preços dos cereais ainda não foram estabelecidos. Com a entrada de Portugal e Espanha na CEE, agora definitivamente confirmado para

janeiro de 1986, o problema tende a se agravar.

Este conjunto de problemas ligados entre si fornecem um quadro de transição no momento. A França agrícola está em processo de reestruturação e ninguém por aqui sabe o que vai acontecer nos próximos anos em função das medidas que vêm sendo postas em prática para enfrentar a crise.

É por isto que o farelo de soja vem tendo seu consumo estagnado, pois uma das medidas imediatas adotadas pelos criadores em geral e em especial os produtores de leite, foi a de diminuir a participação da soja na ração (é ela que faz aumentar a quantidade de leite por vaca) e também o plantel. Somando isto a boa produção a nível mundial e outros fatores sempre presentes, como a instabilidade do dólar, temos um quadro favorável a baixos preços à soja.

## A BUSCA PELA INDEPENDÊNCIA

Dentro de todo este contexto a França vem buscando se independizar o máximo possível das importações da matéria-prima mais cara para alimentar os seus rebanhos: o farelo de soja.

A colza e o girassol são as culturas que despontam neste domínio. A primeira atingiu em 1984, 1,3 milhões de toneladas contra 587 mil em 1970 e a segunda chegou a 900 mil toneladas no ano

passado contra 50 mil apenas em 1970.

Apesar deste sucesso na produção dos grãos, muita coisa está em jogo. Entre eles o fato de que o consumo de farelo de soja caiu em 1984 para 3,7 milhões de toneladas contra 4 milhões em 1983, o consumo dos outros farelos também caiu, inclusive colza e girassol. A nível do total de farelos, ricos em proteínas, consumidos na França, a queda entre 1983 e 1984 é de 8 por cento (4,7 milhões de toneladas em 1983 contra 4,3 milhões no ano passado). Isto mostra que nenhum farelo substituiu o da soja no conjunto e que a queda no consumo de proteínas acontece em função da crise econômica geral que vem atingindo com força o setor rural europeu em geral e o francês em especial.

## QUESTÕES QUE FICAM PARA DEBATE

Diversas perguntas estão no ar hoje sobre esta realidade que parece estar forçando uma mudança estrutural no conjunto da agricultura francesa. Entre elas destacamos as que parecem mais importantes e decisivas:

— Quais são as ligações deste processo com a tentativa de produção de proteínas na França (inclusive a soja)?

— Quais são as relações com o processo de produção leiteira e de carnes (os dois principais setores consumidores de farelos)?

— Que consequências esta realidade terá sobre o mercado da carne a nível internacional?

— A que nível a crise econômica também está provocando uma mudança nos hábitos de consumo da população francesa fazendo baixar o consumo de carnes?

— Que reflexos este conjunto de problemas e medidas que vem ocorrendo a partir do início do ano passado na Europa terá sobre a produção brasileira de soja e de carne bovina (dois importantes produtos de exportação e sustentadores da economia de diversas regiões do país entre elas o noroeste do Rio Grande do Sul, o sul do Mato Grosso e a campanha gaúcha)?

A resposta para estas questões poderá nos dar a indicação quanto ao futuro de nossas atividades agropecuárias em função do mercado europeu.

# VEM AÍ O HERBICIDA COM O MAIS AMPLO ESPECTRO. E O MAIS SEGURO PARA SUA SOJA.



ICI Brasil S.A.





# A falta que faz o mato

Nos últimos 80 anos o Rio Grande do Sul viu serem derrubadas 84 por cento de suas matas nativas, para que essas áreas fossem, sem mais nem menos, transformadas em lavouras de soja. Um trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF, em conjunto com a Universidade Federal de Santa Maria, mostra que o Estado ocupa atualmente o último lugar em termos de cobertura vegetal, se comparado com os demais estados brasileiros. Esse trabalho mostra que hoje o Rio Grande do Sul tem em torno de 6,85 por cento de cobertura vegetal, dos quais 5,9 por cento são de matas nativas e apenas 0,95 por cento de matas plantadas pelo homem. Em seguida aparece o estado do Paraná com apenas 8 por cento e o de Santa Catarina com 10 por cento de cobertura vegetal. O trabalho mostra também que o Rio Grande do Sul está entre as piores regiões do mundo quando se fala em desmatamento.

Na área de ação da Cotrijuí, Região Pioneira, a situação não é menos crítica. De uma área total de 545 mil hectares, cerca de 80 por cento, ou seja, 480 mil hectares tinham cobertura vegetal original. Atualmente, segundo o Ilário Gasparin, agrônomo da Cotrijuí, na Unidade de Ijuí, a área total com cobertura vegetal não deve chegar aos 50 mil hectares, "tal foi o desmatamento que aconteceu na região". E para tanto, considera-se as matas existentes desde Jóia até Tenente Portela, onde se sabe que existem duas reservas florestais, a do Turvo e da Guarita. Agravando ainda mais a situação, o Ilário lembra que em muitas dessas matas que ainda resistem aos abates, foram feitas derrubadas internas.

## SUBSTITUIÇÃO

Todo esse desmatamento desenfreado trouxe uma mudança muito grande na paisagem da região, que de repente viu grandes matas nativas sendo transformadas em extensas lavouras. Mas segundo o Ilário, o aumento das derrubadas nas matas que ainda sobraram está muito mais para o problema de aumento dos combustíveis do que para uma expansão na lavoura de soja. Ele lembra que apenas no ano passado, dos 18 milhões de metros cúbicos

de madeira produzidos no Estado, cerca de 80 por cento desse total foram gastos como lenha, "basicamente na substituição do óleo. A lenha voltou a ser a opção mais barata", diz.

O consumo anual de lenha na região anda em torno de 200 mil metros cúbicos, o que significa, numa comparação, a derrubada de 800 hectares de mato. Apenas o consumo de lenha na Cotrijuí, Região Pioneira — ela é usada nos secadores e caldeiras — é de 10 mil metros cúbicos por ano. Em 1983 foi observado que apenas 50 por cento das florestas derrubadas e consumidas foram repostas. "Isso quer dizer, lamenta o Ilário, que em bem pouco tempo, o Rio Grande do Sul estará enfrentando sérios problemas pela falta de madeira, isso sem falar no aspecto relacionado ao meio ambiente, que já é gravíssimo".

## O QUE PLANTAR

Os problemas relacionados com o solo, com a qualidade da água, com o clima, além da falta de lenha, estão aí. "Se tivéssemos mais áreas com matas, teríamos menos catástrofes climáticas e menos disseminação de doenças nas culturas", diz o Ilário, lembrando que hoje a maioria das doenças fúngicas do trigo são carregadas pelo vento. As matas tanto servem de abrigos para os animais e quebra-ventos, como

contribuem para o controle da erosão, enriquecendo as camadas superficiais do solo e melhorando as suas propriedades físicas.

Onde reflorestar e que espécies utilizar? Segundo o Ilário a escolha da espécie é fundamental. O produtor deve dar preferência às espécies bem adaptadas à região, que sejam rústicas, de crescimento rápido e folhagens densas. Mas antes disso, o Ilário alerta para um outro ponto importante e que deve ser levado em conta pelo produtor: a escolha do local para o plantio das árvores. Aconselha o aproveitamento de áreas impróprias para o cultivo de culturas anuais e a instalação de forrageiras, voçorocas, áreas sujeitas a inundações periódicas e barrancas de rios e riachos.

Se a intenção do produtor é produzir lenha, aconselha o plantio de espécies exóticas como o eucalipto, pelo seu rápido crescimento e por apresentar rebrote logo após o corte. Se está pensando em preencher barrancas de rios, riachos, açudes, beiras de estradas, ladeiras pedregosas e áreas úmidas demais para a instalação de lavouras, o ideal é fazer o plantio de espécies nativas. O produtor só terá que escolher as espécies e procurar adequá-las ao tipo de solo que melhor se desenvolvem. Uma área de solo profundo e bem drena-

do, que não está sendo utilizado para a agricultura, pode ser aproveitado com o plantio de ervamate, canafístula, canjerana, bracinga, ipê, timbaúva, cambotã. São árvores nativas que também servem para a produção de madeiras, lenha e de proteção ao solo contra a erosão. Qualquer uma delas pode ser plantada junto as cercas, entradas de propriedades e perto das instalações de animais fazendo sobreamento.

Em solo pedregoso e de pouca profundidade, o produtor pode plantar o angico, a guajuvira, a canela-de-veado, pois suas raízes profundas penetram entre as fendas das pedras. Nas beiras dos rios, riachos e sangas, plantar espécies frutíferas como o araticum, a guabiroba, a uvaia, a pitangueira, a cerejeira, goiabeira, entre tantas outras. Essas espécies, além de segurarem as barrancas dos rios e riachos, alimentam os peixes e pássaros. O timbó, a bracinga e a aroeira são as espécies que melhor resistem aos solos pobres e secos.

## ÉPOCA PARA O PLANTIO

A melhor época de plantio situa-se entre abril e setembro, sendo que a partir de junho — quando as lavouras de inverno já estão prontas — o produtor tem condições de trabalhar mais tranquilo no plantio das mudas. Um cuidado essencial é com as for-

migas cortadeiras, principalmente em áreas a serem reflorestadas com o eucalipto. As covas são abertas no momento do plantio, de preferência em dias chuvosos, evitando-se assim, que a muda venha sofrer pela seca logo no início do seu estabelecimento. O espaçamento deve ser de quatro metros de distância entre uma muda e outra.

O plantio de espécies nativas deve ser realizado, de preferência, em áreas que já possuem alguma vegetação primária, como a vassoura e o timbó. Como a maioria das espécies nativas são sensíveis a insolação direta do sol nos primeiros anos, essa vegetação serviria de proteção as mudas. Recomenda em primeiro plano o plantio da bracinga, a acácia negra, por serem plantas melhoradoras do solo e que possibilitaria o plantio de outras espécies nativas através da abertura de picadas dentro da mata.

A adubação é importante para o desenvolvimento da planta, quando o plantio for feito através de mudas. O produtor pode utilizar, de preferência adubo existente na propriedade, como esterco e restos de culturas. Segundo o Ilário, também pode ser usado adubo químico, sendo que a quantidade terá ser de acordo com a espécie e a qualidade do solo.

# O que plantar

Escolhido o local para o plantio das mudas ou das sementes, resta ao produtor dar início ao trabalho de reflorestamento. A seguir, algumas sugestões de espécies a serem plantadas.

● **Eucalipto** — Essência florestal muito conhecida no Estado. Por ser uma árvore de fácil adaptação às variações do solo e do clima, tem sido uma espécie bastante utilizada no reflorestamento de áreas impróprias para a lavoura. É uma árvore bem rústica, de crescimento rápido e que

apresenta rebrote logo após o corte. O espaçamento na hora do plantio varia entre dois a um metro entre plantas e dois metros entre filas. O controle da formiga cortadeira tem que ser feito de forma contínua principalmente nos primeiros anos de plantio da muda. Para facilitar o

controle da formiga cortadeira, o Ilário recomenda, no primeiro ano, o plantio de culturas intercaladas, como o milho, o feijão e

a soja. O eucalipto vem sendo plantado na região não apenas para fins energéticos como também

para o aproveitamento de palanques, tramas, madeiras e toras. Além destas características, o eu-

calipto tem ainda a vantagem — em função de suas flores serem ricas em néctar e pólen —



O angico é uma espécie encontrada em quase todo o Estado



ser bastante procurado pelas abelhas. A muda é simples de ser feita. Basta apenas que o produtor semeie umas 150 gramas de semente numa sementeira e depois faça o replante, podendo tirar dessa quantia, até umas cinco mil mudas e reflorestar em torno de dois hectares de área improdutiva para a lavoura. O primeiro corte da árvore pode ocorrer no oitavo ano após o plantio, tomando o cuidado de deixar apenas dois rebrotos. As espécies mais recomendadas para a região são o **Eucalipto Rostrata**; o **Eucalipto Saligna**; o **Eucalipto Botryides**, variedades mais resistentes às geadas e ao frio e o **Eucalipto Robusto** — que se adapta perfeitamente em áreas excessivamente úmidas.

● **Acácia-negra** — É uma espécie que apresenta grande resistência à seca e ao frio, desde que a umidade não seja excessiva. Gosta de solos arenosos e argilosos. Sua madeira produz lenha de excelente qualidade e a casca vem sendo aproveitada pela indústria do tanino.

● **Uva-do-Japão ou Carambola** — Espécie exótica encontrada espalhada por todo o Estado. Desenvolve-se em solos rasos e secos, tolerando também solos úmidos. É uma árvore considerada percursora, de crescimento rápido e tronco rugoso. O plantio tanto pode ser feito de forma direta, através de sementeira, como por mudas.

● **Canafístula** — É uma espécie que apresenta madeira de excelente qualidade, tanto para uso na construção civil como para a fabricação de postes, e tramas. Se adapta praticamente em todos os tipos de solo, desde que não sejam excessivamente úmidos.

● **Cedro** — Não é exigente em termos de solo, embora apresente melhor desenvolvimento em solos drenados e profundos, com boa fertilidade. As sementes não toleram armazenamento longo. A sementeira deverá ser feita em linhas espaçadas de 50 a 60 centímetros.

● **Pinheiro brasileiro** — Espécie de ocorrência natural, mas limitada no Estado. Gosta de solos profundos e de boa fertilidade. O plantio deve ser feito logo após a colheita da semente, pois a perda do poder germinativo é grande e muito rápida. A germinação ocorre entre três a 40 dias. O plantio também pode ser feito através de mudas. Após a germinação é preciso tomar cuidado com as formigas cortadeiras. Sempre que germinar mais de um pinhão por cada cova, fazer imediatamente o desbaste da planta, deixando sempre o melhor broto.

● **Bracatinga** — Espécie nativa, de rápido crescimento. É considerada uma árvore percursora, porque cria condições para o estabelecimento de outras espécies nativas que virão mais tarde. Não é exigente em termos de solo, tolerando áreas fracas e exóticas. O primeiro corte pode ser dado aos seis anos após o plantio. A bracatinga pode ser utilizada como quebra-ventos, na conservação e enriquecimento de solos. Pode ser semeada a lanço.

● **Açoita-cavalo** — Árvore de grande porte, muito comum na margem dos rios, terrenos íngremes, pedregosos e em coxi-

lhas de solos profundos. Sua madeira tem grande aceitação na construção de móveis e de casas. É uma espécie muito recomendada para ser plantada em áreas de preservação permanente, como nas encostas íngremes e margens de rios, porque serve de abrigo a animais e pássaros.

● **Angico** — As espécies mais encontradas no Estado são o angico vermelho e o angico branco. Prefere lugares úmidos sendo comum em várzeas, margens de rios e em matas, onde se impõe pela sua altura. O floresci-

mento ocorre entre novembro e dezembro e o amadurecimento dos frutos por volta de julho, ocasião em que as sementes devem ser coletadas.

● **Grápia** — Essência florestal nativa do Estado. Árvore de grande porte e que chega a alcançar de 30 a 40 metros de altura. Produz excelentes toras para serrarias. Prefere solos enxutos das encostas e chapadas. Nos primeiros anos de vida, não suporta sol forte e direto e nem locais desabrigados.

● **Pitangueira** — É uma das

frutíferas nativas mais comum. Encontra-se em solos úmidos das matas e capoeiras, margens de rios, riachos e lagos. É uma árvore de porte médio, cujo tronco pode chegar a 30 centímetros de diâmetro e a altura a 10 metros. As suas flores são muito visitadas pelas abelhas e outros insetos. É uma ótima opção para fixação das barrancas dos rios e para marcação de olhos d'água.

● **Timbó** — Espécie percursora sempre presente nas matas do Estado. Suas sementes

são disseminadas pelo vento, germinando com muita facilidade. O desenvolvimento do timbó é bastante rápido, em comparação às demais espécies nativas. Assim como a bracatinga, cria ambiente favorável ao desenvolvimento de outras espécies, como a canela, cedros, louros, cangeranas.

Além destas espécies o produtor que quiser fazer um reflorestamento bem diversificado pode plantar ainda o guabiju, goiabeira, uvaia, amoreira, louro, cerejeira, figueira, entre outras.

# De duas, uma:

A melhor maneira de combater as doenças do trigo é usar **BENLATE®** e **MANZATE®**. **MANZATE®** é o mais econômico e tem amplo espectro para doenças foliares (ferrugens, helmintosporiose e septorioses). **BENLATE®** é mais eficiente para doenças da espiga. Todo o mundo sabe. **BENLATE®** e **MANZATE®**

juntos controlam a giberela e a septoriose da gluma, mesmo nos anos com condições climáticas favoráveis a maior ocorrência destas doenças. Proteja o seu trigo e lucre mais com **BENLATE®** e **MANZATE®** da DU PONT.

A melhor maneira de combater as doenças do trigo é usar **DELSENE®** e **MANZATE®**. **MANZATE®** é para as doenças foliares (ferrugens, helmintosporiose e septorioses) e **DELSENE®** é para as doenças da espiga. **DELSENE®** é novo. É tão eficiente quanto o **BENLATE®**. **DELSENE®** e **MANZATE®**

juntos controlam a giberela e a septoriose da gluma, mesmo nos anos com condições climáticas favoráveis a maior ocorrência destas doenças. Proteja o seu trigo e lucre mais com **DELSENE®** e **MANZATE®** da DU PONT.



A DU PONT oferece mais um fungicida, tão eficiente quanto **BENLATE®**, **DELSENE** Com **DELSENE®** ou **BENLATE®**, você ganha sempre.

ou você ganha,

ou você ganha.

**DELSENE® BENLATE® MANZATE®**



LEIA E SIGA CORRETAMENTE AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO.



# O sentido da prática cooperativa

Walter Frantz

A história do cooperativismo é uma história já muito antiga. Ela revela uma faceta das dificuldades e lutas que os homens encontraram e travaram no dia-a-dia do processo de produção dos bens materiais que necessitavam para viver. É uma história, portanto, diretamente ligada à economia daqueles que cooperam, isto é, está ligada à produção e à distribuição daquilo que necessitam ou desejam para viver. Sob esse ponto de vista, o cooperativismo aparece como uma atividade humana bem concreta, que leva a marca histórica de cada época em que ela ocorre. Por isso, pode-se falar de diferentes práticas cooperativas ao longo da história da humanidade.

Para se compreender bem o sentido dessas práticas cooperativas, faz-se necessário compreender bem o sentido e o modo de produção de cada época. É preciso saber de como cada indivíduo ou grupo social participava ou participa do processo de produção e de distribuição dos bens ou das riquezas obtidas.

## RACIONALIDADE ECONÔMICA

No caso dos produtores rurais, concretamente, é preciso levar em conta o sentido da racionalidade econômica da atividade de cada um ou de cada categoria de produtor. Assim, a racionalidade econômica do pequeno proprietário, isto é, daquele que trabalha na sua propriedade, essencialmente com a mão-de-obra, está mais voltado a manutenção da condição de produtor independente e proprietário de seu pedaço de terra, enquanto garantia de um espaço de vida para si e para sua família. A pequena área de terra para cultivo desses pequenos produtores acabam por dificultar e limitar o acesso à mecanização e outros fatores modernos de produção, como capital financeiro, fertilizantes químicos, sementes selecionadas. Enquanto isso a racionalidade econômica do empresário agrícola, isto é, daquele que investe grandes somas de dinheiro na atividade agrícola com o objetivo de fazê-las retornar de forma ampliada e, para tanto, emprega

mão-de-obra de técnicos, está mais voltada ao lucro da empresa agrícola, à remuneração do capital investido. O que define o sentido da prática cooperativa, portanto, é o sentido da produção, da economia de cada produtor, isto é, a sua racionalidade econômica a nível de produtor (razão pela qual é produtor rural).

Como produtores rurais, fazem parte de um sistema econômico cujas regras de jogo estão, fundamentalmente, embasadas na competição, na concorrência das unidades econômicas entre si. É através da concorrência entre si que os indivíduos ou unidades econômicas procuram se viabilizar enquanto tais. Essa viabilização se efetiva na medida em que os resultados econômicos são positivos e a margem desses resultados positivos são suficientemente grandes para continuar no processo de competição.

Quando a margem desses resultados não ocorre, o produtor perde em competitividade e passa a ocupar um espaço marginal na economia ou é eliminado (empobrecimento do produtor, êxodo rural, etc).

Diante dessa realidade, a organização cooperativa dos produtores rurais, em nosso meio, sob o ponto de vista econômico toma, fundamentalmente, dois sentidos práticos. Primeiro, o produtor como indivíduo econômico (economia individual) sente-se fraco para a competição, segundo as regras de jogo do conjunto da economia nacional. A sua organização em cooperativa, isto é, a cooperativa com outros produtores em idêntica situação, com a finalidade de constituir uma empresa comum, está imediatamente ligada à fraqueza econômica do produtor para competir, individualmente, com as demais forças sociais e internas econômicas que se encontram no mercado. Assume, assim, a organização cooperativa um sentido de defesa de uma força econômica mais fraca em competição com outras forças econômicas mais fortes.

## A ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA

Ao estruturar esse instrumento econômico para competir, (a empresa coope-

rativa), acende-se no cooperado a esperança de manter-se como produtor independente e proprietário dos meios de produção (a terra, as máquinas, etc) com sua economia individual independente. Eventualmente, pode até alimentar a esperança de poder alterar as regras de jogo do contexto econômico maior, via cooperativa, como consequência de uma concepção idealizada e utópica do movimento cooperativo. Mas, via de regra, a sua adesão à organização cooperativa está fundamentada na esperança de poder integrar-se no contexto econômico maior, via cooperativa, sem ser eliminado pela concorrência como produtor independente, isto é, como proprietário de sua terra e de seus instrumentos de trabalho. Essa é a racionalidade econômica de grande porte, eu diria até da maioria dos associados da Cotrijuí. Os associados, via associação cooperativa, procuram manter-se como produtores independentes, apesar de sua integração a um processo competitivo onde desfrutam de uma posição individual de força econômica inferiorizada. A organização cooperativa, enquanto empresa estruturada a serviço dos produtores associados, caberia compensar essa posição inferiorizada no processo competitivo do mercado, garantindo-lhes a existência não só econômica, mas também como grupo social que busca no campo um espaço de vida.

A ação cooperativa não tem por objetivo a eliminação da competição. A cooperação não é uma proposta de inversão da ordem competitiva, mas uma nova estratégia de competição. Sob esse ponto de vista, a cooperação busca a competição. A organização cooperativa dos produtores individuais expressa o esforço pela retomada da capacidade competitiva, agora alicerçada em princípios associativos, através dos quais cada um necessita orientar seu novo comportamento de associado.

Sendo assim, a cooperativa precisa buscar os melhores resultados para os cooperados, via competição. Porém, a competição no mercado pode levá-la a nem sempre obter esses resultados e, se essa situação perdurar, poderá ocorrer o esvaziamento do processo cooperativo, enquanto mecanismo de defesa, de viabilização da condição de produtor independente, fundamental para garantir, antes de mais nada, de um espaço de vida para si e sua família.

## ESTRATÉGIA DE COMPETIÇÃO

Portanto, a organização cooperativa enquanto estratégia de competição confe-

re o segundo sentido à prática cooperativa em nosso meio. A cooperativa passa a ser concebida não mais como sendo apenas uma extensão da propriedade de cada associado com o caráter de defesa de sua condição de produtor independente e incapaz de sobreviver economicamente enquanto tal, em meio a um ambiente sócio-econômico fortemente competitivo. Ela passa a ser vista como uma estratégia de competição com o objetivo de maximizar os resultados da ação econômica individual de cada produtor, cuja racionalidade econômica agora é a remuneração do capital investido na atividade primária, isto é, o lucro. Nesse caso, o produtor não aplica os recursos apenas para acompanhar o nível tecnológico e, assim, viabilizar-se economicamente como produtor independente, porém os recursos são aplicados como investimentos de capital. Os resultados são avaliados em função do lucro que os investimentos geram. Sob esse aspecto, a cooperação não aparece como uma necessidade vital para o produtor, a fim de viabilizar a sua sobrevivência como produtor, mas a cooperação se dá na medida em que consegue garantir uma maior taxa de retorno ao capital investido, quer seja pela redução dos custos de produção, pelo uso dos serviços de infra-estrutura, pela comercialização ou pela transformação da matéria-prima, etc.

O caráter da cooperativa como estratégia de competição, embora tenha esta um sentido diferenciado, de acordo com a racionalidade econômica de cada associado, conforme temos visto até aqui, fundamenta a aliança entre os grupos sociais heterogêneos que compõem o quadro social das cooperativas do setor agropecuário. Essa aliança se reforça na medida em que os cooperados enfrentam situações adversas ao nível da política econômica nacional (exemplo: política agrícola do governo, transferência de renda de setor, etc). De outro lado, a aliança passa a ser abalada na medida em que a viabilização da racionalidade econômica de um ou outro grupo for ameaçada ou simplesmente impossibilitada. A estabilidade da aliança e, conseqüentemente, também da empresa cooperativa depende, portanto, dentre outros aspectos igualmente relevantes, da capacidade do empreendimento comum em corresponder à racionalidade econômica de cada associado.

\*Walter Frantz é assessor de Comunicação e Educação e de Desenvolvimento em Recursos Humanos na Região Pioneira da Cotrijuí.

# Treinamento para lideranças

O que é ser um líder? Como surge um líder? Qual deve ser o comportamento de um líder? O que é liderança? O que é relacionamento humano? Que fatores influem nesse relacionamento? Todas estas questões foram amplamente discutidas pelas esposas e filhas de associados dos núcleos cooperativos da Cotrijuí na Regional Pioneira, durante a primeira etapa do treinamento com lideranças. Os treinamentos - um dia em cada uma das oito Unidades - tiveram a coordenação da Noemi Huth, do Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijuí e a organização a cargo da comunicadora da Unidade. Cerca de 180 líderes de núcleos estiveram presentes nos treinamentos. A segunda etapa do treinamento vai caracterizar-se pelo conhecimento detalhado, por parte das líderes, do funcionamento de cada setor da Cooperativa.

Segundo a Noemi Huth este é o momento exato de reflexão e ação, pois só assim, as mulheres terão condições de ocupar os espaços que estão se abrindo na sociedade. "É para tanto, diz a comunicadora, temos motivos de sobra para refletir muito sobre a questão da liderança, dos problemas de relacionamento humano e da própria organização da mulher

que hoje mais do que nunca, vem participando ativamente no processo de produção de alimentos". Considerando que cada pessoa tem o seu papel dentro de um grupo, a Noemi diz que é preciso compreender o comportamento de cada um, com suas características.

Justamente quando se fala em organização das mulheres do quadro social da Cotrijuí, principalmente neste ano em que se comemora a década da mulher, a Noemi garante que maior também se torna a necessidade de união com as lideranças femininas. "Essa união se faz necessário para que nossas companheiras venham cada vez mais somar forças junto ao seus núcleos, Cooperativa, Sindicato e demais segmentos da sociedade".

## A QUESTÃO DA LIDERANÇA

A questão da liderança, do surgimento de um líder entre um grupo foi outro assunto que as esposas e filhas de associados muito ouviram falar durante os treinamentos. "Liderança, segundo destacou a Noemi, é a função de um líder. É a influência exercida em um grupo de pessoas em determinado momento. É dirigida através do processo de comunicação humana, para se alcançar objetivos co-



O treinamento reuniu líderes de núcleos de toda Regional Pioneira

mun, ou de determinadas situações. Também ouviram falar das situações que levam ao surgimento de um líder e dos tipos de líderes e suas influências.

Além do treinamento, ainda foram tratados outros assuntos durante os encontros, como a organização do V

Encontro Integração da Cotrijuí a ser realizado mais para o final do ano; a participação da mulher em reuniões da VI Região da Fecotriço; a escolha de coordenadoras das lideranças e outros assuntos específicos de cada Unidade onde foi realizado o treinamento.



# LAVOURA DO MÊS

As folhas secas das árvores são ótimo material para obtenção de adubo orgânico para a horta. É só juntá-las, deixar apodrecer e depois usar.

ta, sendo que normalmente isto reduz o ciclo das cultivares, resultando em produto de menor tamanho e qualidade.

O período é favorável para a semeadura de muitas espécies, recomendando-se: repolho, couve, rabanete, rúcula e alface.

Os dias chuvosos seguidos de ventos e sol resultam na formação de uma crosta superficial que é muito prejudicial às hortaliças, por isso, frequentemente se deve revolver a terra com a enxada para melhorar as condições de arejamento para as raízes das plantas.

Durante o inverno, com a queda das folhas das árvores, é período bom para início da formação de compostos orgânicos que servirão como excelente adubo depois de bem curtido.

se repete todos os anos e quando os danos forem mais severos, podem afetar seriamente a produção. O tratamento químico contra doenças de folhas em cebola normalmente não é eficiente, pelo que não é recomendado.

A utilização de uréia em cobertura nos canteiros de cebola é uma prática recomendada, porém tomando-se cuidado com a diluição para não queimar as folhas. As capinas também são importantes para a limpeza da área e para melhorar o arejamento do solo.

de falta de nutriente na safra anterior, como queda de frutos, etc, devem agora ser adubados, recomendando-se o uso de uma fórmula comum à soja, (0-28-20) na razão de 0,5 kg/planta adulta, aplicado na projeção da copa e incorporado.

Aos produtores que estão plantando mudas neste período, lembra-se que nas covas deve ser usada matéria orgânica e Fosfato natural (Fostac-100, Hiperfosfato) para dar melhores condições de desenvolvimento às plantas.

tamanho, peso e melhores condições de conservação.

O período atual é favorável ao surgimento de trips, pelo que o produtor deve estar atento para efetuar o seu controle antes que haja prejuízo na planta.

As perspectivas do alho para esta safra são animadoras. É o que se concluiu da participação no VII Encontro Nacional de Produção e Abastecimento de Alho. É claro que não se pode ter uma euforia exagerada, mas pelo menos ter esperança que os preços reais nesta safra sejam bem superiores aos praticados no ano passado.

O período de semeadura de lentilha está chegando ao seu final, observando-se que muitos produtores estão iniciando o cultivo desta espécie, o que é um bom sinal e em pouco tempo deveremos ter maiores volumes de produção.

Após a semeadura, a lentilha exige pouco trabalho, sendo que essencialmente se deve observar a ocorrência de invasoras, especialmente de folhas largas, que são muito prejudiciais à cultura.

Aos produtores que têm áreas implantadas com lentilha, recomenda-se que ao visitarem o CTC observem os ensaios com novas linhagens para já ir tomando contato com as mesas, pois as que se revelarem melhores nos próximos anos podem ser cultivadas na região.



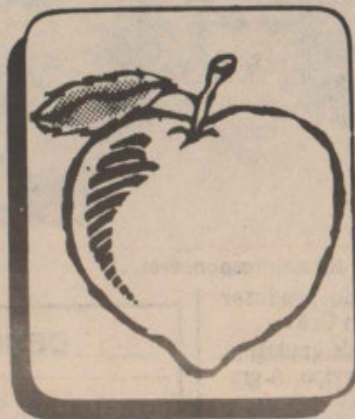
HORTALIÇAS DIVERSAS

A alternância de dias quentes e frios não é favorável para as plantas de hor-



CEBOLA

As sementeiras de cebola estão com bom desenvolvimento, apesar de se observar, em alguns locais, problemas de secamento das pontas das folhas. Este fato



FRUTIFERAS

Os tratamentos de inverno iniciados durante o mês de junho podem ser continuados neste período, principalmente a calda sulfocálcica, que tem por objetivo eliminar as formas de resistência das doenças e conseqüentemente um menor prejuízo na primavera e verão.

Os pomares que tiverem apresentado sintomas



ALHO

O período de plantio de alho está encerrado, e o desenvolvimento das plantas é satisfatório. As capinas neste período são importantes para arejar o solo e dar melhores condições de crescimento às plantas. A utilização do Boro, Zinco e Magnésio como complemento de adubação é importante para que, dessa forma, se obtenha alho de maior

## Recado

Em julho, IV Semana Especial de Fruticultura no CTC. Inscreva-se na sua Unidade.

Compre sementes de acordo com a área e o número de plantas que desejar cultivar

Alface	950 sementes/grama
Beterraba	67 sementes/grama
Cebola	310 sementes/grama
Cenoura	720 sementes/grama
Couve-flor	380 sementes/grama
Ervilha	4 sementes/grama
Rabanete	110 sementes/grama
Repolho	280 sementes/grama
Rúcula	650 sementes/grama

## QUADRO DE ÉPOCAS DE SEMEADURA/VARIETADES/ÁREA

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Repolho			12 m2 Coração de Boi e Matzukase				12 m2 Matzukase Chumbinho				12 m2 Matzukase Chumbinho	
Couve			12 m2 Manteiga				12 m2 Manteiga					
Rabanete	4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho	
Rúcula	6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada		
Cenoura			18 m2 Nantes						18 m2 Kuroda			
Alface	12 m2 Kagraner e Maravilha verão		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Kagraner e Maravilha verão		12 m2 Kagraner e Maravilha verão	
Beterraba			18 m2 Tall Top						18 m2 Tall Top			
Tomate	50 plantas Yokota								50 plantas Kada, P. Gig.			
Pepino	50 plantas Wisconsin								50 plantas Wisconsin		50 plantas Ginca	
Cebola			2.000 plantas Baia Periforme	2.000 plantas Baia Periforme								

COLHEITA DO MÊS: (para quem segue as sugestões do plantio do quadro acima): Rúcula, Cenoura, Repolho, Couve, Alface e Rabanete



COTRIEXPORT -  
CORRETORA DE  
SEGUROS LTDA.

INVESTIMENTO EM SEGURO, SEJA INCÊNDIO, VEÍCULOS, ROUBO, VIDA, ACIDENTES PESSOAIS E OUTROS, REPRESENTA TRANQUILIDADE CONTRA AS INCERTEZAS DO DIA-A-DIA.

Em Ijuí: Rua das Chácaras 1513 - fone: 332-2400 ou 332-3765 ramal 364.  
Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342 - 5º andar - fone 21-08-09





# O custo de usar as máquinas

Será que o produtor anda sabendo bem direitinho, na ponta do lápis, em quanto andam os custos de preparar a terra e plantar a semente? O Luís Juliani, tecnólogo em administração rural e responsável pelo setor de custos do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí é quem andou lidando com os números e descobrindo o quanto o produtor vai gastar ou já gastou — nessas alturas a maioria dessas operações já foram realizadas — no preparo da terra, plantio e colheita da lavoura de inverno. As informações também servem de base para o pagamento ou até a cobrança, entre agricultores, na contratação de qualquer um desses serviços. É claro, segundo o Juliani, que essas contas nem sempre são assim tão fáceis de serem acertadas, pois o produtor que aluga as máquinas e os equipamentos para realizar os serviços, quer tirar, pelo menos em parte, o investimento que realizou. Pelo outro lado, a situação também não é menos grave. O produtor que não tem máquinas e está contratando os serviços de terceiros, não está disposto a pagar uma quantia tão elevada pelos serviços prestados. Os acertos quase sempre dão o que falar, mas no final das contas, tudo sai dentro dos conformes.

A tabela ao lado, elaborada pelo Luís Juliani, tem justamente esta intenção, embora esteja saindo um pouco retardada: a de simplificar os ajustes de contas pelos serviços prestados. O produtor, seguindo as informações da tabela, poderá saber, já de antemão, o quanto precisará desembolsar de dinheiro, para pagar cada uma das operações. A tabela mostra o custo das máquinas nas principais operações agrícolas, desde aração, gradagem, subsolagem, semeadura, adubação, aplicação de herbicidas, inseticidas, fungicidas e a colheita. Foi considerado para tanto, o trabalho realizado em um hectare de lavoura, tomando por base, para efeito de cálculos, valores referentes ao mês de junho.

## O QUE FOI CONSIDERADO

Para chegar ao cálculo correto foi considerado por base os preços das máquinas novas e dos equipamentos. Os coeficientes técnicos do levantamento, como tempo gasto na realização das operações, foram baseados em trabalhos realizados no Centro de Treinamento da Cotrijuí. Na definição dos custos de operação das máquinas — trator e automotriz —, ele considerou o combustível gasto em cada uma das operações, lubrificantes, conservação e reparos, filtros e depreciação. Para os implementos, além da conservação e reparos, também foi preciso computar o uso do lubrificante.

Foram considerados no levantamento o trabalho de um trator — no caso o Valmet 88 ID — e mais alguns implementos como o arado MF 4 discos, a niveladora, a globe, um subsolador IMASA, semeadeira, pulverizador e distribuidor. O Juliani computou ainda nos cálculos para a definição dos custos os trabalhos realizados pela colheitadeira. Nos cálculos de conservação e reparos foi considerado um custo de 10 por cento sobre o valor do trator, da automotriz utilizada na colheita e de todos os implementos empregados. Para o caso da depreciação foi levado em conta como Valor Residual — que o Juliani considera como valor de sucata — o índice de 10 por cento sobre o valor total das máquinas. Não entrou no cálculo dos custos o pagamento da mão-de-obra do operador e nem a lucratividade do proprietário das máquinas. Mas o produtor precisa ficar alerta para estes valo-

res, pois segundo o técnico responsável pelo estudo, eles são variáveis de uma propriedade para outra, e vai depender, muitas vezes, de um entendimento entre os agricultores.

Pela tabela o produtor vai saber ao certo o quanto vai gastar em cada uma das operações, tanto por hora como por hectare, desde o momento em que começar a preparar a terra para fazer o plantio, até a colheita. Na preparação da terra foi considerado o uso de um arado de quatro discos, mais uma globe e uma niveladora para a gradeação e ainda um subsolador. O Luís Juliani justifica a definição dos cálculos da aração e subsolagem em separado por classificá-la como duas operações bem distintas. Segundo ele, a subsolagem é uma operação eventual, só realizada em áreas onde precisa ser rompida a camada mais compactada do solo.

## QUANTO CUSTA CADA ITEM

Apenas considerando o trabalho de aração leve, o trator utilizado para a operação vai gastar 125 minutos (2.080) Como o custo de uma hora de trabalho está previsto em Cr\$ 39.056, o gasto total do produtor com essa operação vai ficar em Cr\$ 81.237. Em toda a operação de gradagem serão gastos 95 minutos de serviço. A gradagem pesada — com a Globe — vai representar um custo final de Cr\$ 43.312 — o custo unitário por hora é de Cr\$ 45.780. Na operação com a niveladora o tempo consumido é de 38 minutos e o custo total fica em Cr\$ 33.234.

A subsolagem, de todas as operações, é a que consome mais tempo de serviço. O preparo da terra, exige uma operação mais pesada, que atinja a parte mais compactada do solo. Apenas a operação pesada consome 197 minutos, representando um custo final de Cr\$ 133.465. A subsolagem mais leve consome apenas 78 minutos, somando no final uma despesa de Cr\$ 53.216. Na aplicação de corretivos — fertilizantes e correção da acidez — o produtor vai consumir um total de 81 minutos e um custo final de Cr\$ 109.651.

Ao realizar o plantio será consumido 34 minutos, a um custo final de Cr\$ 36.628, já que o custo unitário por hora, é de Cr\$ 64.829. Para a operação de pulverização — aplicação de herbicida, fungicida e inseticida serão pagos 77 minutos. Na aplicação do herbicida e do fungicida o custo unitário por hora de serviço será igual, já que também deverá ser gasto o mesmo tempo de serviço. A despesa total das três aplicações será de Cr\$ 112.812. Essa despesa poderá diminuir na medida em que o produtor eliminar uma das pulverizações. Com a distribuição de adubo — tanto em cobertura como foliar — serão gastos 36 minutos e um custo total de Cr\$ 84.994. Na colheita de um hectare serão gastos 66 minutos e Cr\$ 254.796.

Esses custos, envolvendo o uso das máquinas dizem respeito apenas a formação das lavouras de inverno — trigo, colza, aveia. Essas operações, necessariamente, não precisarão ser realizadas com as mesmas máquinas e implementos da tabela, mas mesmo assim, os custos deverão ficar bem próximos. A elevação ou redução vai depender também de outros fatores como estado das máquinas, condições da terra e habilidade do tratorista



Luís Juliani: responsável. . .



. . . pelos cálculos do uso das máquinas no preparo da lavoura

## DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE HORA/MÁQUINA

OPERAÇÕES	Máquinas e Implementos	Rendimento Operação Hora/ha	Custo Unitário Cr\$/hora	Custo Total Cr\$/ha
1. ARAÇÃO				
1.1 — Leve	Trator Valmet 88 ID + arado MF 4 discos	2.080 (125 min)	39.056	81.237
2. GRADEAÇÃO				
2.1 — Pesada	Trator Valmet 88 ID + Globe	0.9461 (57 min.)	45.780	43.312
2.2 — Niveladora	Trator Valmet 88 ID + Niveladora	0.6404 (38 min)	51.895	33.234
3. SUBSOLAGEM				
3.1 — Pesada	Trator Valmet 88 ID + Subsolador IMASA	3.293 (197 min)	40.530	133.465
3.2 — Leve	Trator Valmet 88 ID + Subsolador IMASA	1.313 (78 min)	40.530	53.216
4. APLICAÇÃO DE CORRETIVOS				
4.1 — Fertilizantes	Trator Valmet 88 ID + Distribuidor	0.731 (43 min)	64.829	47.390
4.2 — Acidez	Trator Valmet 88 ID + Distribuidor	0.646 (38 min)	96.380	62.261
5. PLANTIO				
5.1 — Plantio e Adubação	Trator Valmet 88 ID Semeadeira	0.565 (34 min)	64.829	36.628
6. PULVERIZAÇÃO				
6.1 — Aplicação herbicida	Trator Valmet 88 ID + Pulverizador	0.6112 (18 min)	69.523	42.492
6.2 — Aplicação Fungicida	Trator Valmet 88 ID + Pulverizador	0.6112 (18 min)	69.523	42.492
6.3 — Aplicação Inseticida	Trator Valmet 88 ID + Pulverizador	0.6875 (41 min)	40.463	27.818
7. DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO				
7.1 — Cobertura	Trator Valmet 88 ID + Distribuidor	0.6112 (18 min)	69.523	42.492
7.2 — Foliar	Trator Valmet 88 ID + Pulverizador	0.6112 (18 min)	69.523	42.492
8.1 — COLHEITADEIRA	Automotriz MF 3640	1.1065 (66 min)	230.272	254.796





SUPLEMENTO

COTRIJORNAL



Foto: Jacqueline Joner



# REFORMA AGRÁRIA







## Caminho aberto

Poucos países têm tanta terra nas mãos de tão poucos como o Brasil. Este imenso território, de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, mantém uma estrutura fundiária antiga e injusta, que perde apenas, na América Latina, para o quadro agrário da Venezuela, de tantas que são suas desigualdades no campo. Há no Brasil mais de 400 milhões de hectares de latifúndios. Destes, 150 milhões de hectares não têm um palmo de chão produzindo. O latifúndio ocupa mais de 80 por cento da área cadastrada do país e vem, ano a ano, abocanhando cada vez mais espaços. Ao mesmo tempo cresce, no outro extremo, o número de pessoas sem terra, calculado hoje em mais de 10 milhões de famílias, entre minifundiários, posseiros, arrendatários e trabalhadores — muitos deles entregues a uma vida de semi-escravidão, em regiões onde ainda impera o coronelismo. Esta situação não chegou a tal ponto de graça ou por força do destino. Há, por trás da concentração da terra no Brasil, toda uma história que se inicia logo após seu descobrimento e ganha, nos últimos 20 anos, contornos bem definidos. A marginalização de milhões de famílias, provocada pela estrutura fundiária brasileira, é consequência de uma opção política e econômica. Seus danos sociais são bastante conhecidos, neste país onde as desigualdades, no campo e na cidade, têm o tamanho de sua extensão territorial. Desde o final de maio, os brasileiros se vêm envolvidos num debate que abraça tudo isso, com a decisão do governo federal de propor um Plano Nacional de Reforma Agrária. A iniciativa provocou, como era de se esperar, uma discussão apaixonada, pois passa a questionar de fato o sentido da propriedade. Afinal, será justa a apropriação de grandes áreas de terra, sem que estas possam cumprir com sua função social? A posse da terra pode ser mantida apenas como reserva de valor, como meio para especulações? O programa do governo pode até não oferecer respostas muito claras para perguntas como estas, e talvez não seja também o que os trabalhadores rurais esperavam. Mas ele abre, pelo menos, um caminho para que se discuta fundo a questão agrária e, enfim, o país, seus problemas e esperanças. Este caminho, que certamente levará também a uma maior organização e participação de milhões de marginalizados do campo e da cidade, está aberto a toda a sociedade. O Cotrijornal está ao lado dos que se dispõem a percorrê-lo, e por isso elaborou este caderno especial. É a sua contribuição para que o debate vá adiante, e é também a sua forma de solidariedade aos que não se negam a encarar-lo como decisivo para a construção da democracia.

Textos: Caco Schimitt (cobertura em Brasília), Dária Lucchese e Moisés Mendes  
Fotos: Eduardo Tavares (Brasília) e Arquivo Cotrijornal  
Edição: Dária Lucchese e Moisés Mendes  
Produção gráfica: Heitor S. Lima (coordenação)

## 4º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS



Mais de 4 mil trabalhadores participaram do Congresso em Brasília, onde o Plano foi lançado e logo provocou reações

### O DEBATE

# O velho Estatuto está de volta

O presidente Sarney tira da gaveta a lei de 1964, e leva seu Plano de Reforma Agrária aos trabalhadores reunidos em Brasília

Está em debate em todo território nacional, desde o final de maio, o tom da reforma agrária brasileira. O seu conteúdo, a sua velocidade, como serão feitas as desapropriações, em que áreas e para quantos beneficiados. O presidente José Sarney, ao abrir o 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, dia 25 de maio em Brasília, deu a partida. Um dia depois, o ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, levou o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República aos políticos, no Congresso Nacional, e em seguida foi pessoalmente explicar sua linha aos quatro mil agricultores reunidos no seu encontro em Brasília. E, para completar, o presidente do INCRA, José Gomes da Silva, detalhou para os trabalhadores os passos iniciais do projeto.

A partir daí modificou-se o tom do debate. Agora, existe uma proposta para um plano de reforma agrária do atual Governo, de um lado. E, de outro, existe, quase de maneira acabada, uma idéia de reforma agrária dos trabalhadores rurais. Entre as duas, há muitos pontos em comum. São pontos tão próximos que arrancaram calorosos aplausos dos líderes sindicais, ao mesmo tempo que provocaram a reação contrária dos representantes dos grandes latifúndios.

Uma reação publicamente forte contrária ao plano da Nova República, especialmente porque o ministro Nelson Ribeiro garantiu que "a reforma agrária virá pela desapropriação do latifúndio". Vozes contrárias que se levantaram ainda mais quando a televisão mostrou lances do 4º Congresso, cenas com os trabalhadores rurais

avançando em direção à mesa, erguendo as pastas amarelas e gritando em coro: "Reforma agrária já. Reforma agrária já". Ao que o ministro Ribeiro respondeu: "Então os senhores terão a reforma agrária já!"

#### OS PONTOS POLÊMICOS

O congresso dos rurais ainda não havia terminado, quando muitas declarações desconstruídas vieram à tona. Boatos intencionados alarmando os proprietários em geral, sem distinção de tamanho de propriedade, jurando que todos perderão as terras. Boatos de que os fazendeiros do sul do Pará e de Minas Gerais estariam importando armas para evitar as desapropriações. Enfim, que a esquerda estaria inclusive preparando inúmeras invasões de terras. E novamente o tom do debate sobre a reforma agrária ganhou nuances apaixonadas como em décadas passadas.

Mas ficou bem claro, segundo os trabalhadores rurais, que esse enfoque na discussão não lhes interessa, "e sim a quem espemeia". "Agora são os grandes latifúndios que metem a cara para fora reclamando, e não o sem-terra reivindicando". Portanto, alguma coisa mudou a partir do final de maio. Antes, o pequeno reclamava da falta da reforma. Agora, o grande protesta porque ela ameaça sair do papel e do mundo das promessas.

As pressões dos que vão perder parte de seu patrimônio se não deram resultado serviram para confundir. No 4º Congresso, o ministro Ribeiro foi taxativo ao dizer: "O objetivo central da reforma agrária é fazer com que a terra deixe de ser instrumento de especulação no mercado. Terra é para produzir, não uma caderneta de poupança ou título no mercado aberto para especulação inescrupulosa, enquanto milhões de brasileiros andam por aí vagando sem terra".

Depois das pressões, ele veio a público explicar que "não existe um plano acabado, ainda é só proposta para ser debatida", que as áreas a serem desapropriadas "ainda não foram escolhidas", e que os latifúndios que estão produzindo não serão desapropriados, "sob pena de desagregarmos o nosso sistema produtivo".

#### MUDANDO O TOM

Não chegou a ser um recuo de Ribeiro. Está mais para a mudança de tom, mas deixou bem claro que a reforma agrária será definida por quem mais pressionar. Se os dois por cento de latifundiários ou os 7,1 milhões de trabalhadores rurais que deverão ser assentados em 15 anos, conforme a proposta original da Nova República.

No centro de toda questão, três pontos polêmicos centralizarão, seguramente, o debate nacional: o Estatuto da Terra, a relação das áreas prioritárias de reforma e a expressão "justa indenização". Quanto ao primeiro, o ex-presidente Tancredo Neves, ao discursar no Grito do Campo, a 2 de outubro do ano passado, disse que seria o instrumento a ser aplicado. Em relação a ele as próprias lideranças do campo divergem, mas concordaram em deixá-lo como ponto de partida, com algumas alterações, temendo que uma posição contrária acabe por colocar em risco a execução do projeto. Ruim com ele, pior sem o Estatuto.

Sobre as áreas prioritárias, os grandes latifundiários temem que a condição de existência de conflito na região, uma das exigências para ser preferencial, acabe motivando invasões por todos os lados. Isso asseguraria a pressa da reforma em regiões que não entrariam na primeira fase, como o Rio Grande do Sul, por exemplo, onde os conflitos armados pela posse da terra praticamente inexistem. Ao verem companheiros recebendo terras em outros Estados, as 150 mil famílias gaúchas de sem-terra, passariam a forçar a barra. Algo que dependerá muito da organização e atuação do movimento sindical no campo.

#### AS INDENIZAÇÕES

Quanto ao terceiro ponto, o das indenizações, a proposta do Governo, que veremos adiante, contém o pedido oficial de "revisão do entendimento que se tem da justa indenização pelo Poder Judiciário, de forma que ela se constitua em sanção do Estado ao não cumprimento constitucional da função social da terra, apoiada na firme atuação e na constante presença dos procuradores do INCRA nas ações ajuizadas". Em outras palavras, o Governo pretende pagar pela terra desapropriada não em mo-



da, e sim em Títulos da Dívida Pública, que são uma espécie de promissória. E os trabalhadores querem mais, ou seja, que esse preço seja conforme os valores declarados ao INCRA, na sua maioria defasados em relação ao preço real.

Então, a polêmica e o levante dos latifundiários é no sentido de obterem a máxima indenização pelas terras. E já conseguiram do presidente do INCRA a promessa de que a reforma agrária não tocará nos latifúndios produtivos, e sim nos por dimensão improdutivos. Sobre os latifúndios por extensão, apenas a promessa oficial de que "serão afetados por pressões fiscais". Haverá também uma maior fiscalização das chamadas empresas rurais, que cresceram nos últimos anos quatro vezes em número e cinco em área, "num enquadramento completamente artificial", conforme José Gomes da Silva. E tudo porque, de acordo com o Estatuto da Terra, empresas rurais não são passíveis de desapropriação.

#### A CONQUISTA NA LUTA

As autoridades que apoiaram o encontro dos trabalhadores foram unânimes ao declarar que a reforma agrária veio sendo conquistada passo a passo pelo trabalhador rural brasileiro. Não é uma dívida governamental e sim, como disse o presidente Sarney, uma ação para acabar com a violência no campo, ampliar a produção de alimentos e estancar o êxodo rural.

E os trabalhadores igualmente têm consciência disso. O presidente do STR de Rui Barbosa, o baiano Manoel Pires, por exemplo, ouvido pelo Cotrijornal em Brasília, durante o 4º Congresso, disse que "a reforma agrária será como o trabalhador quiser, porque ele a conquistou na luta".

Deverá ser a do trabalhador, "e pra já, porque está passando da hora", brincou o bóia-fria paulista de Fernandópolis, Antônio Guedes de Faria, que recebe Cr\$ 20 mil por dia, em média, colhendo café. E vem "em boa hora", como diz o delegado de base do STR de Joiville, o catarinense Neri Catafest, "porque os nossos filhos têm que sair, pois não conseguem mais terra. Terra boa", completa, "está tudo na mão dos grãos".

Porém, muitos desses lutadores estão "calejados de prosa", como o cearense de Palmácia, Elizário Rodrigues de Fama, que nunca teve terra e, aos 65 anos, desconfiado, aguarda "um pedacinho de terra pra botar roça". Assim como o mineiro de Braunas, José Francisco dos Santos, que deseja pra logo a reforma agrária, "se Deus quiser, porque tenho 12 filhos e todos querendo terra". Por isso, muitos se mantêm na posição de expectativa, mas sem otimismo. Assim como o alagoano Esperidião Jorge da Silva, 66 anos e delegado de base de São José da Lagoa, que diz: "Sempre estou esperando que saia. Já vêm de muitos anos as promessas, e a reforma sempre ficou engavetada. Agora, o presidente Tancredo Neves morreu, mas ficou a sua idéia. Vamos ver se é mesmo pra valer".

E será mesmo, se depender do encaminhamento da questão sem paixões. E com uma posição firme do movimento sindical, na opinião do ex-presidente do STR de Tenente Portela e delegado de base no 4º Congresso, Walter José Irber. Segundo ele, "a proposta do Governo é tão avançada quanto a nossa. O governo comprou a briga com o latifúndio. É uma decisão corajosa, e cabe a nós, do movimento sindical, a sustentação política.

"A reforma agrária — conclui Irber — é uma bandeira do movimento sindical encampada pela Nova República. Temos que fazer todo o movimento sindical, que andou dormindo desde 1964, voltar às bases e fazer um trabalho de conscientização, organizando o trabalhador. Do contrário, o projeto corre risco". Que risco? O da estrutura fundiária, apesar das intenções declaradas, permanecer inalterada com 2 por cento dos proprietários controlando 60 por cento da área aproveitável, enquanto 10 milhões de trabalhadores rurais erram pelo país sem terra e paradeira. (Por Caco Schmitt, de Brasília)

## O TRABALHADOR Exemplos da resistência

*A luta pela reforma agrária no Brasil deixou um saldo enorme de baixas, ao mesmo tempo em que criou muitos símbolos: as pessoas que personificaram a própria resistência. Ao encerrar sua participação no 4º Congresso, o ministro Nelson Ribeiro recebeu uma bacia de alumínio com furos de balas de jagunços. Emocionado, ergueu-a e disse: "Quando me faltarem forças para continuar, olharei para ela e seguirei em frente".*

*Numa das cadeiras do Ginásio Presidente Médici, onde se realizou o encontro, Otilia Maria Nogueira, 42 anos e mãe de sete filhos, não resistiu e começou a chorar de emoção. Foi sua a idéia de levar a bacia, "para deixar como um marco, uma recordação desses 20 anos de ditadura que só prejudicaram o homem do campo".*

*Delegada de base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacarê, na Bahia, Otilia já foi vítima de um atentado por ser*

*posseira em 30 hectares de terras ocupadas pelo fazendeiro Luiz Martins Ferreira, próximo a Ilhéus. Com muita naturalidade, ela conta como foi: "Eu estava dentro de casa com meus filhos e tive que sair para buscar água. Era noite. Saí com a tijela numa mão e o candieiro na outra. Quando vi, no meio do mandiocal, um cigarro aceso. Fiquei alerta. Dei uns passos, um galho se mexeu e pressenti que ele ia me atirar. Me joguei pro lado e a bala passou perto, acertando na tijela. Depois, o pistoleiro foi embora. Eu fiquei até hoje".*

*Ao amanhecer, ela viu que, pelo cartucho, o tiro deve ter saído de uma espingarda tipo 12. E nem por isso se abalou. Continua a sua luta até agora, para manter-se no seu pedacinho de terra. Dona Otilia é de um desses símbolos da resistência. Participou ativamente dos debates e tem muita esperança de que agora sairá mesmo a reforma agrária. (C.S.)*



Foto: Eduardo Tavares

Dona Otilia, da Bahia, levou a Brasília a bacia furada pelas balas dos jagunços. Ela emocionou o ministro e também chorou

## O PROGRAMA Prioridade: os conflitos

### Desapropriações serão iniciadas nas áreas sob tensão

"A reforma agrária não é do Governo da Nova República, é a reforma agrária dos trabalhadores rurais. Será tratada no primeiro escalão, diretamente com o presidente da república, e não pode ser confundida com tributação. Não pode ser confundida com colonização, pois não se tirará o homem da querência do Rio Grande do Sul para mandá-lo ao sacrifício da selva. Não será discriminação de terras públicas nem trabalho de topografia. Não será feita em gabinetes fechados a sete chaves de que falamos nossos adversários, e sim aberta, transparente. Não terá forma mágica, com tecnocratas decidindo o futuro dos beneficiados e sim ajustada na reivindicação dos trabalhadores.

"Será massiva, como o trabalhador exige, e com 7,1 milhões de beneficiados. Será a maior reforma democrática do mundo ocidental. Terá uma delimitação no tempo, de 15 anos, para que seja feita na geração da família do trabalhador. Terá como base o Estatuto da Terra, cujas modificações necessárias serão feitas. Não será socialista ou capitalista, e sim brasileira. É um plano que exige coragem".

Essa síntese do pensamento do presidente do INCRA, José Gomes da Silva, revela a tonalidade da proposta de reforma agrária da Nova República. Ela agradou aos quatro mil delegados presentes ao Congresso de Trabalhadores Rurais, mas seus detalhes não chegaram a ser muito debatidos, porque poucos tiveram acesso ao documento de 71 páginas que traz as diretrizes do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. No sentido de avançar o debate, de vez que tem causado polêmica sem ser conhecido, resumimos seus pontos principais.

#### 480 MILHÕES PARA 7 MILHÕES

Na sua introdução, o documento justifica a escolha do Estatuto da Terra — criado em 30 de novembro de 1964 — para execução da reforma, ao afirmar que nele estão "os princípios e fundamentos filosóficos-jurídicos que exigem e justificam a intervenção do Estado para concretização dessa mudança".

Baseado nos dados cadastrais do INCRA, o Plano põe à mostra a dura realidade fundiária do país (veja nas páginas seguintes os números sobre a concentração da propriedade rural). Para se ter uma idéia da desigualdade, apenas 323 proprietários de latifúndio por dimensão controlam 47,5 milhões de hectares. Juntos, eles detêm 5 milhões de hectares a mais que todas as terras em poder dos 2,5 milhões de minifundistas brasileiros. E diz o documento do Mirad/INCRA: "São exatamente essas terras mantidas à margem do processo produtivo, situadas em regiões beneficiadas por investimentos públicos realizados nos últimos 50 anos, que serão objeto de ação prioritária de reforma agrária que se pretende implantar".

Pelos cálculos do Governo, existem no país 10,6 milhões de trabalhadores rurais sem

terra, enquanto o latifúndio ocupa 406 milhões de hectares. "Essa situação", diz o documento, "gerou conflitos com 180 mortos só no ano passado". Por isso, "serão os sem terras, posseiros, arrendatários, parceiros, minifundistas e assalariados rurais os beneficiários potenciais da reforma agrária".

No entanto, o Governo estima que "3,5 milhões dos beneficiários em potencial serão retidos em seus empregos pela dinâmica da agricultura empresarial brasileira". Nesse cálculo, há uma estimativa de que permanecerão empregados os atuais 2 milhões 147 mil trabalhadores permanentes, e um terço dos quatro milhões e 260 mil assalariados temporários. Para os restantes 7,1 milhões de sem terra, explícita o documento, há em estoque os 409 milhões e 500 mil hectares de latifúndios por dimensão e exploração. Mais cerca de 71,7 milhões de hectares arrecadados pela União". Temos então o quadro final: 481,2 milhões de hectares para 7,1 milhões de sem-terra.

#### CADA FAMÍLIA: Cr\$ 16 MILHÕES

Conforme o documento, a reforma "se efetivará através de programas plurianuais e de ações específicas em áreas prioritárias. Mudará o perfil da estrutura fundiária, distribuindo e redistribuindo terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio, assegurando um regime de posse e uso que atenda aos princípios de justiça social e aumento de produtividade, de modo a garantir a realização sócio-econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural".

Nesse sentido, a proposta do Governo para o próximo quadriênio, até 1989, prevê o assentamento de 1 milhão e 400 mil trabalhadores. Porém, para o cálculo unitário, tomou a demanda de recursos para 85/86, com a meta inicial nesses próximos três semestres de assentamento de 100 mil famílias. O custo unitário por unidade assentada será de Cr\$ 16 milhões e 500 mil, o que exigirá, a preços de maio, Cr\$ 1 trilhão e 650 bilhões para as 100 mil famílias.

Nos cálculos do Mirad/INCRA, esse dinheiro ficará assim dividido: Cr\$ 1 trilhão e 125 milhões em Títulos da Dívida Pública, previstos no Estatuto da Terra, e "negociados com os proprietários desapropriados em função do preço da terra acordado". Os restantes Cr\$ 525 bilhões serão em moeda corrente.

Desses Cr\$ 525 bilhões (uns 110 milhões de dólares), a metade virá do Finsocial, isto é, a quantia de Cr\$ 262 bilhões. Mais Cr\$ 131 bilhões virão do PIN-Proterra (o antigo Plano de Integração Nacional, que foi partida para estradas e colonização na Amazônia). Sendo o restante — Cr\$ 131 bilhões — de recursos alocados no orçamento da União direta e especificamente para reforma agrária".

#### OS CONFLITOS TERÃO PRIORIDADE

O documento define as regiões prioritárias para fins de reforma agrária: "áreas de concentração de latifúndios, de elevados índices de concentração de trabalhadores sem terra, parceria insuficiente e onde haja formas injustas de relações de trabalho e de produção".

As desapropriações de latifúndios por interesse social seguirão as prioridades em "áreas vizinhas às grandes barragens para assentamento

dos desalojados, áreas em torno de açúdes e reservatórios para assentamento de trabalhadores e produção irrigada de alimentos para as cidades, e projetos agropecuários, agroindustriais e de colonização inadimplentes".

Na lista das áreas prioritárias também se incluem terras "onde existir conflito pela posse da terra, incidência do complexo latifúndio/minifúndio e latifúndios próximos aos grandes centros urbanos e na iminência de serem utilizados para loteamento imobiliário especulativo". E também onde houver ocorrência de "obras públicas, tais como barragens, açúdes, ou uso inadequado de bacias irrigáveis, face a potencialidade ou função social, e onde existir infra-estrutura viária, de produção, armazenamento, comercialização e equipamentos sociais".

Ao mesmo tempo que respeita os 67 milhões de hectares (7,8% do território nacional) de áreas indígenas, por serem "patrimônio histórico, físico e cultural inviolável", o documento diz que existem 950 áreas declaradas como de conflitos agrários, envolvendo 120 mil famílias, aproximadamente meio milhão de pessoas. Por isso, estas áreas serão "o ponto de partida desta reforma agrária".

#### RESONÂNCIA NO CONGRESSO

Na questão da posse e uso da terra, desde já o governo está se comprometendo a rever as concessões de grandes extensões de terras públicas feitas nos últimos cinco anos para grupos econômicos ou colonizadoras particulares. Irá intensificar a fiscalização das colonizações particulares e proibir as oficiais, até 1987. Proibirá a destinação de incentivos fiscais aos latifúndios, cobrará os devidos ITRs, dando prioridade aos maiores latifúndios, e agirá com rigor na tributação da terra para propiciar recursos para a reforma agrária.

Também será feito levantamento do polígono das secas, no Nordeste, abrangendo as áreas de latifúndio em torno dos açúdes públicos num raio de 10 quilômetros, visando assentamentos. Mobilizará "as vontades e consciência dos servidores públicos para os objetivos da reforma, criando um Centro de Estudos e Capacitação para a Reforma Agrária, e desativará as milícias privadas em áreas de conflito".

Já em relação à posse e uso da terra dividida, o documento afirma que "a vivência dos trabalhadores rurais será o ponto de partida para o equacionamento de seus problemas. Por isso, as alternativas de assentamento tanto podem ser por unidade familiar (individual), unidade de propriedade em comunhão, associativas ou unidades mistas.

E intenção do governo também estimular a exploração cooperativista ou comunitária da terra, da produção, comercialização e transformação agroindustrial. E, por último, reserva aos trabalhadores "o papel central", com a fiscalização da execução do projeto, indicando áreas de intervenção do poder público, o perfil do assentamento, seleção de pessoal, levantamento das desapropriações e solução para os conflitos de terra. Tudo com uma ressalva: "O Congresso Nacional será a caixa de ressonância das intenções da sociedade", pois lá é que desembocará os prós e contras, e de lá sairá a lei definitiva que mudará a estrutura fundiária brasileira. (C.S.)





## AS PROPOSTAS Sem-terra sugere um menor prazo

Foto: Eduardo Tavares



Um aperto de mão: o presidente da Contag, José Francisco da Silva, e o ministro Nelson Ribeiro

### Trabalhadores também estão preocupados com ex-agricultores que moram nas cidades

Reside no tempo de execução a grande diferença entre a proposta do Governo e a idéia de reforma agrária defendida pelos trabalhadores rurais. Os agricultores desejam o assentamento de todos os sem-terra, num prazo máximo de cinco anos. E querem também a desapropriação das empresas rurais, protegidas pelo próprio Estatuto da Terra. Fora outros detalhes divergentes, talvez não seja difícil a adesão da maioria do movimento sindical à proposta da Nova República, desde que seu conteúdo não seja muito alterado com as pressões contrárias que surgem de todos os lados.

Escalado pelas lutas de boa parte de seus 12 mil liderados, o presidente do STR de Santarém, Pará, o gaúcho de Iraí Avelino Ganzer, 37 anos, diz que, ao apresentar seu Plano no 4º Congresso, o Governo "quis fechar um pacto com o movimento sindical. Mas, nós não podemos", alerta ele, "perder de vista uma coisa: a reforma agrária não é um presente e sim uma conquista da luta e da organização dos trabalhadores. Portanto, nada de desmobilizar. Pelo contrário, agora é que o pau vai começar".

#### ESTA LUTA É POLÍTICA

Nesse sentido, os delegados voltaram às suas casas com a tarefa de discutir ao máximo com suas bases a reforma agrária, a partir das resoluções aprovadas no 4º Congresso, para cobrar depois do Governo a promessa de que os trabalhadores serão ouvidos em todas as etapas do processo. As conclusões do Congresso podem deixar o agricultor ao lado do Governo, mas mantendo independência em relação a seus órgãos.

Eles querem que a reforma "seja totalmente desvinculada do Conselho de Segurança Nacional e outros órgãos ligados à repressão". Lembram que "a reforma agrária foi sempre a principal reivindicação dos trabalhadores rurais", que é "uma luta política", que através dela deverá ser criada "uma nova estrutura da propriedade fundiária, acompanhada da mudança do atual

modelo econômico". Com um detalhe: "só o povo unido, com liberdade e organização, realizará a reforma agrária anti-latifundiária, ampla, massiva e imediata, com a participação e controle dos trabalhadores e seus órgãos de classe".

#### PRIORIDADE PRA QUEM LUTOU

Nas conclusões do 4º Congresso, os trabalhadores querem que o Mirad e o INCRA acatem suas resoluções e que prevaleça a "sua própria alternativa de reforma agrária". E pra começo de conversa "que as terras e benfeitorias dos latifúndios sejam desapropriadas por interesse social e pagas em títulos da dívida agrária, conforme o valor declarado ao INCRA e em prazos de 20 anos". Já em relação às terras griladas ou com títulos duvidosos, exigem o confisco, sem indenização.

Os trabalhadores querem ver desapropriadas "todas as áreas improdutivas, e declaradas de interesse social para desapropriação de todas as áreas tidas como latifúndio compreendidas em um raio de 40 quilômetros dos eixos rodoviários federais, estaduais, rios, faixa nacional das fronteiras, respeitadas as terras indígenas". Querem proibir a venda de propriedades a empresas brasileiras ou multinacionais, as manobras de classificar como empresas rurais os latifúndios, a expansão de canaviais em áreas que podem produzir alimentos e o desmatamento de florestas naturais para reflorestamento, produção de carvão e formação de pastagens". Exigem ainda a suspensão de projetos envolvendo construção de barragens.

#### OS CARTÓRIOS SOB SUSPEITA

Querem os trabalhadores a "imediata aplicação do Estatuto da Terra para início da reforma agrária", com a criação de um Fundo Nacional previsto no Estatuto, para dar maior rapidez nas desapropriações. Ao mesmo tempo, solicitam que seja constituída "uma Comissão Nacional de Reforma Agrária", formada por técnicos, entidades de apoio e sindicatos, para que se elabore o plano definitivo e, a nível estadual e regional, sub-comissões para cada projeto.

Os trabalhadores perderam a confiança nos cartórios/tabelionatos, "porque eles têm atuado muitas vezes irregularmente no registro de imóveis em prejuízo dos traba-

lhadores". Por isso, pedem a sua estatização, ou seja, que passem a ser controlados pelo Governo. Querem, por outro lado, que a medição e distribuição de terras, com ativa participação e fiscalização dos interessados, seja feita pelo INCRA.

#### E QUEM ESTÁ NAS CIDADES?

Para começo de reforma, os trabalhadores pedem prioridade para "os que lutaram na resistência pela terra, arrendatários, parceiros e assalariados rurais, os filhos de pequenos proprietários cujas áreas não comportam mais a mão-de-obra familiar, e os trabalhadores que foram atingidos em suas terras pelos projetos oficiais". E, resgatando o que o Plano do Governo não cita, querem que a reforma "atinga os trabalhadores que foram expulsos do meio rural e que hoje estão na cidade e querem voltar para o campo".

Desejam a fixação de dois milhões de famílias, em áreas produtivas nos próprios Estados, de preferência no mesmo município. E das terras possíveis não escapam nem as da Igreja, juntamente com as áreas das empresas rurais. Para isso, pedem a revogação do artigo do Estatuto da Terra que proíbe a desapropriação de terras de empresas rurais.

Os trabalhadores aprovaram que a terra deve ser distribuída gratuitamente, e que a sua ocupação poderá ser individual (familiar) ou coletiva. E nas áreas do tipo monocultura da cana, onde não se deseja a divisão, a propriedade "será de todos, através de uma organização democrática de produção". E quanto aos novos proprietários, ficam proibidos de vender as terras, "salvo permuta por áreas agrícolas e nos casos em que o trabalhador comprovar a não adaptação à terra".

Em linhas gerais, essa é a proposta dos trabalhadores. Da participação de todos os interessados no debate resultará o plano definitivo a ser aprovado. Aí sim serão definidos pontos como o prazo, por exemplo, algo que segundo o presidente do STR de Três de Maio, Antônio Wunch, "dependerá da nossa organização para ser acelerado". Dessa organização é que resultará o tom final da primeira reforma agrária da Nova República, abrindo-se o caminho para uma estrutura fundiária mais justa para todos. (C.S.)

## Estes são os compromissos assumidos pelo Plano

O Plano Nacional de Reforma Agrária tem mais de 100 páginas, com um histórico da situação da terra no Brasil e as propostas do governo. Alguns itens estão bem claros, e não deixam dúvidas. Outros não são muito esclarecedores. Abaixo, uma síntese dos principais pontos deste Plano.

● O PNRA promete assentar 7 milhões de trabalhadores rurais, num período de até 15 anos. Nos primeiros quatro anos, deverão ser assentadas 1 milhão e 400 mil famílias. O Plano deixa de fora mais de 2 milhões de assalariados rurais permanentes, e um terço dos 4 milhões de assalariados temporários. Estes, segundo o programa, continuarão trabalhando como empregados.

● Serão desapropriadas, para assentamento de sem-terra, áreas que estejam, de preferência, localizadas em zonas de conflitos. Com isso, serão beneficiados posseiros, arrendatários, assalariados e outros trabalhadores que já residem nessas regiões, localizadas em sua maioria no Centro, Norte e Nordeste do país. Tem-se que, com esta prioridade, outros sem-terra, especialmente do Sul, fiquem num segundo plano e sejam esquecidos. Não serão desapropriadas terras produtivas, mesmo que em latifúndios. Mas não se sabe a extensão de terras que poderão ser desapropriadas, pois é claro que o governo não pretende atingir todos os mais de 400 milhões de hectares de latifúndio.

● O Plano promete que não serão iniciados, até 1987, novos projetos de colonização por parte do governo. E que os que surgirem, a partir daí, serão implantados com base em propostas dos próprios agricultores. Ao mesmo tempo, o governo promete fiscalizar mais de perto os projetos particulares de colonização.

● A tributação será um dos instrumentos para forçar uma melhor utilização da terra. O governo vai cobrar impostos atrasados, sonogados principalmente por grandes proprietários. Mas o projeto não fala em aumento de tributos (no caso do Imposto Territorial Rural) para o latifúndio improdutivo. Ressalta apenas que será mais rigoroso na cobrança, com pesadas multas para os devedores em atraso.

● Será dado incentivo a todas as formas de associativismo, com assistência técnica e educacional nas áreas ocupadas. Os assentados receberão crédito especial, sem muita burocracia e a juros compatíveis com as atividades que irão desenvolver. Haverá também apoio da pesquisa e experimentação agropecuária. O governo estimulará a produção para subsistência das famílias. Na área da educação, serão desenvolvidos programas que "resgatem o saber popular".

● Os incentivos fiscais do governo (isenção de impostos) serão destinados com prioridade às pequenas propriedades. O governo reconhece que estes incentivos, nos últimos anos, favoreceram grandes grupos e especuladores. Os imóveis classificados como latifúndios não receberão incentivos.

● O programa prevê ainda a regularização das terras indígenas. Irá exigir também que se reestude todas as concessões de terras feitas a grupos econômicos ou colonizadoras particulares, nos últimos cinco anos. Será reexaminada a legislação que permite loteamentos para "chácaras de recreio" em áreas que podem produzir alimentos. E serão tomadas providências para o desarmamento das "pólicas particulares", que geralmente mantêm a posse de grandes áreas a grileiros, em zonas de conflitos.



# AS REAÇÕES

## Idéias e armas

Aplausos, invasões, críticas. E também muita gente armada.

Há muito tempo o país não assistia a um debate com idéias tão apaixonadas como o que envolve o Plano Nacional de Reforma Agrária. A discussão não chega a surpreender, mas ganhou contornos que não eram esperados, com posições radicalizadas. Não se esperava, por exemplo, que a proposta oficial, apresentada apenas como sugestão e aberta a emendas, fosse receber a velha acusação de que programas como estes são idealizados por "comunistas" infiltrados no governo. As reações mais violentas podem até ser minoria, no conjunto das opiniões manifestadas, mas ganharam com facilidade os maiores espaços em jornais e revistas. Essas reações foram estimuladas por boa parte da imprensa brasileira, que vê no Plano uma ameaça à propriedade e até mesmo à democracia.

As posições radicais foram incentivadas também como resposta a alguns incidentes isolados, como invasão de terras em algumas regiões. Proprietários do Centro e Norte do país passaram então a juntar armas e reforçar suas polícias particulares. Segundo eles, o Plano é um convite às invasões, porque estabelece que as áreas sob tensão irão merecer prioridade para desapropriação. O próprio presidente José Sarney teve de explicar várias vezes que são consideradas áreas em conflito as que estão há um bom tempo em disputa, e que as invasões recentes são assunto para decisão na Justiça.

### "COMUNIZAÇÃO"

A Sociedade Rural Brasileira, que congrega grandes proprietários, organizou a reação ao Plano, com uma reunião em Brasília, onde condenou a iniciativa do governo. Para a entidade, o programa tem muitas falhas técnicas e "um conteúdo ideológico coletivizante", pois estimula a exploração cooperativista ou comunitária da terra. A Sociedade Rural entende que assim o governo incentiva, na verdade, "a comunização ou coletivização da agricultura". E teme que isso provoque o desaparecimento da propriedade particular.

Com os fazendeiros armados, em Goiás, no Pará, no Mato Grosso e em outros Estados, e com as ameaças de novas invasões, o governo passou a fazer apelos à moderação, e prorrogou por mais 30 dias, até o final de julho, o prazo para sugestões ao programa, que antes era de apenas um mês. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, a situação ficou tensa com o retorno de famílias de brasileiros que estavam no Paraguai. No final de junho, já estavam acampadas em Mundo Novo cerca de 800 pessoas, que retornaram ao Brasil após o lançamento do programa.

### NOVOS FOCOS

"Isso aqui vai virar um barril de pólvora", disse o presidente da Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul - Famasul, Otair Ávila. Segundo ele, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) estaria estimulando o retorno das famílias, "conforme informações divulgadas pela imprensa do Estado". Otair acha que a situação "pode levar a um conflito armado, pois os proprietários estão se preparando para impedir as invasões". O presidente da Famasul atribui o quadro de tensão "à manipulação exercida por pessoas interessadas em promover as invasões, e criar assim novos focos de conflito".

"Eu sou favorável à reforma agrária, mas o governo precisa esclarecer o que en-

tende por terra produtiva e terra improdutivo", afirma Otair. Para ele, o governo deve também retirar do programa a prioridade de desapropriação às áreas de conflito, e pagar pelas terras desapropriadas com títulos da dívida agrária, mas corrigindo mensalmente o valor - até a indenização - com base nas ORTN. "Mas nós precisamos primeiro - disse o presidente da Famasul - é de um programa agrícola, que não se limite a tratar da distribuição de terras, pois nada resolve tirar de quem está produzindo, para beneficiar quem não terá condições para produzir".

### OS POLÍTICOS

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul, Pedro Ramalho, também está preocupado com o retorno dos brasileiros que viviam no Paraguai. São famílias com maioria de gaúchos e paranaenses, que tentaram ocupar terras da fronteira nos últimos anos, e até pagaram pelas áreas, em muitos casos. "O produtor paga pela terra, mas aí muda a autoridade da província e eles cobram de novo por algo que já foi pago", conta Ramalho.

"Aqui no Mato Grosso - diz ele - até parece brincadeira. Os fazendeiros estão se reunindo e anunciando pelos jornais que



Suleiman Hias

Otair Ávila

Carlos Karlinski

Pedro Ramalho

estão se armando. O que se diz aqui é que a reforma não sai nem na lei, nem na marra e nem na bala". O presidente da Federação também acredita que o quadro pode ficar dramático no Estado, pois os pequenos agricultores e os sem-terra estão se mobilizando. Esta mobilização prevê a realização de reuniões e passeatas, e pretende contar com o apoio de outros setores.

"Se não houver organização - afirma Ramalho - a reforma não sai". Ele lembra que "até os nossos deputados e senadores são grandes proprietários de terra", referindo-se a um levantamento realizado pelo Jornal do Brasil. Este trabalho do jornal revela que 63 deputados federais e 12 senadores, do PDS, do Partido da Frente Liberal e do PMDB são donos de um total de 5 milhões de hectares em vários Estados. Um dos senadores, Alveir Leal, do PDS do Acre, é dono de 2 milhões de hectares, ou seja, 13 por cento da área de seu Estado.

### DISTORÇÕES

Em Ijuí, o coordenador da regional da Fetag (Federação dos Trabalhadores na

Agricultura do Rio Grande do Sul), Carlos Karlinski, acha que as reações contra o programa não irão impedir sua implantação. "A execução deste plano - diz ele - vai depender, no entanto, da organização dos interessados diretos na questão. E a sociedade toda deve participar desta discussão". Karlinski não esperava reações tão fortes contra o programa do governo, e lembra que "há interpretações equivocadas, pois a reforma não irá mexer nas terras produtivas".

Segundo ele, há também "algumas tentativas de distorção da idéia, por parte dos que pretendem fazer voltar a alegação de que reforma agrária é coisa de comunistas. Ainda está forte na cabeça do pequeno agricultor que a reforma irá tirar a terra de quem produz, e muitos ainda perguntam: não há nada de comunismo nisso aí?" Mas este - afirma Karlinski - é o momento para se fazer uma reforma "menos radical, pois ela terá de sair agora, ou sairá mais adiante". Ele diz ainda que "será preciso definir bem os critérios de produtividade, já que há muitas terras, no Rio Grande do Sul, por exemplo, que poderiam estar produzindo bem mais do que produzem atualmente".

### MUITAS FALHAS

Para o presidente do Sindicato Rural de Dom Pedrito, Suleiman Hias, que também é diretor administrativo da Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul) e conselheiro da Cotrijuf, "o programa do governo é falho, unilateral e mentiroso". É falho, segundo ele, porque contém muitos erros técnicos. É mentiroso porque "tenta jogar a sociedade contra o grande produtor, ao dizer que este não paga impostos". É unilateral porque "ouve a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a Igreja, o Sindicato dos Metalúrgicos de Bernardo do Bampo e a Fetag, mas não ouviu o segmento da empresa rural".

Suleiman Hias observa que "a avaliação do que é latifúndio foi feita por quem não trabalha na terra", e aponta várias falhas no projeto, entre as quais o desconhecimento de que o país tem, em cada região, uma realidade distinta. "Temos uma economia rural estruturada, e não será apenas com a volta da enxada e do arado de boi que iremos ampliar a oferta de alimentos", afirma ele, lembrando que as mudanças na estrutura fundiária não podem trazer prejuízos aos que "se dedicam a uma agricultura moderna e empresarial".

### LEGIÃO RURAL

"Desestruturar a agricultura empresarial é querer voltar no tempo", completa Suleiman Hias. Ele lembra, como exemplo de que nem todas as terras podem ser fracionadas, o caso das áreas da Campanha gaúcha: "É impossível querer criar ovelha em minifúndio, quando a terra é de basalto, pois este tipo de solo não permite nem mesmo o uso intensivo do arado, que o transformaria num deserto". Suleiman também não gostou da conversa que os produtores tiveram, na Farsul, dia 19 de junho, com o ministro Nelson Ribeiro. "Foi uma enrolação total".

Ele ressalta que a reforma tem um custo, e adverte: "Sairá mais barato para a sociedade pagar apartamentos no Hotel Plaza São Rafael, do que dar terra para quem não poderá produzir". Segundo o dirigente sindical, "o governo administra, e não cria recursos", e por isso deve saber aplicar as verbas disponíveis. Se não for assim - assegura - o país pode se transformar "numa legião brasileira de assistência rural".

Gaúchos e paranaenses estão retornando do Paraguai e acampando em Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul. Mais de 1 milhão de brasileiros vivem hoje em território paraguaio, onde os últimos a passar a fronteira não mais encontram terras.



Abaixo, algumas das manifestações favoráveis à reforma agrária, veiculadas pela imprensa, a partir de maio:

- "A reforma agrária deveria atingir todos os latifúndios, mesmo os produtivos. O Brasil deve ter um módulo rural máximo, acima do qual ninguém poderia ter terras". (Dom Ivo Lorscheiter, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

● "Temos certeza de que os preconceitos contra a reforma agrária irão cedendo, na medida que todos se conscientizarem de que seu objetivo supremo é mobilizar o maior volume de terras para produzir". (Editorial do jornal Gazeta Mercantil, de São Paulo)

● "Tem-se imaginado, no Brasil, que basta financiar grandes propriedades rurais, para se fazer uma estrutura agrária moderna. A pequena e a média propriedade são mais eficazes para criar empregos, porque podem melhor utilizar os investimentos no campo". (Celso Furtado, economista e ministro do Planejamento no governo João Goulart)

● "O Brasil é um dos países de maior concentração da área rural. Aqui, a posse da terra, mesmo improdutivo ou especulativa, está livre da ação tributária. Assim, a terra deixou de ser função de produção, para ser reserva de valor". (Ney Araújo, agrônomo e presidente da Agroceres)

● "Políticos, homens públicos, empresários e agricultores precisam considerar que a reforma agrária não é só repartir e distribuir terras. A razão da reforma deverá ser a liberdade e o bem-estar da nação brasileira". (Roger Ian Wright, superintendente da Adubos Trevo)

● "Ninguém pode ser contra a reforma agrária". (Aureliano Chaves, ministro das Minas e Energia e vice-presidente da República no governo Figueiredo)



Não foram poucas as opiniões manifestadas contra a reforma agrária. Abaixo, os resumos de algumas delas:

- "No sertão do Nordeste, é só se falar no assunto e já se cria um clima de conflito, principalmente entre os minifundiários. A reforma está associada ao comunismo". (Deputado Tarcisio Burity, do PDS, da Paraíba)

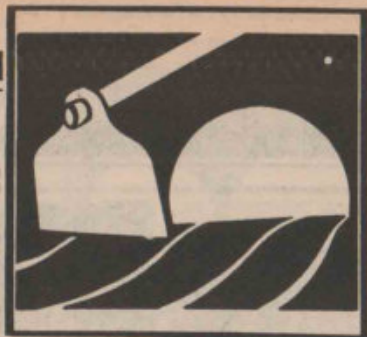
● "Todas as reformas agrárias empreendidas no quadro da economia moderna se inviabilizaram como medidas econômicas destinadas a melhorar a situação dos agricultores sem terra" (Benedicto Ferri de Barros, em artigo no jornal O Estado de São Paulo)

● "Ninguém nos convencerá de que um latifúndio, mantido até então inexplorado por uma série de razões, irá se transformar num passe de mágica em fator de produção acessível e aparelhado, para oferecer ao agricultor sem terra e sua família a possibilidade concreta de vida digna". (José Carlos de Freitas, agrônomo e diretor da Associação dos Empresários da Amazônia)

● "Esta reforma tem conotação ideológica, pois pretende a simples distribuição de terras, sem respeito à Constituição ou ao direito de propriedade. Ela é baseada na teoria marxista-leninista da luta de classes" (Antonio Salvo, presidente da Federação da Agricultura de Minas)

● "Imagino o que uma pessoa sem tradição possa fazer numa fazenda. Plantar alguma coisa para seu sustento, criar algumas galinhas e daí para baixo, com aquela velha característica do caboclo: mulher maltrapilha, desidratada, doada de filhos, e aquele desânimo todo. Será isso que os agitadores querem?" (Olacyr de Moraes, dono da Fazenda Itamarati, no Mato Grosso do Sul, e maior plantador de soja do Brasil)





# A CONCENTRAÇÃO Dados que assustam

Só na Amazônia, 146 empresas detêm a posse de mais de 36 milhões de hectares de terra

“É deplorável constatar que um por cento das propriedades rurais representa 45 por cento da área rural integral no Brasil”. Esta constatação foi lembrada assim, com alarme, pelo próprio presidente da República, durante o 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em Brasília. Parece absurdo, mas é verdade. A concentração da terra é tanta que apenas 323 proprietários rurais possuem 47 milhões de hectares no país. E o pior é que esta concentração vem crescendo ano a ano, especialmente nas últimas duas décadas.

Dados do Anuário Estatístico do Brasil, referentes a 1980, mostram que realmente 1 por cento dos proprietários são donos de 45,8 por cento da área cadastrada (veja gráficos abaixo). No outro lado, estão os pequenos proprietários, em evidente contraste. Estes minifundiários, com até 10 hectares, são donos de 50,4 por cento das propriedades rurais brasileiras, mas suas terras ocupam apenas 2,4 por cento do total.

## POSSEIROS

O mesmo Anuário da FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) revela que 17,4 por cento das pessoas que trabalham na terra no Brasil são posseiros, e que 11,6 por cento são arrendatários. A concentração da propriedade eleva, anualmente, o número de produtores sem terra, que se obrigam a sobreviver em áreas alheias. O Plano Nacional de Reforma Agrária enfatiza esta tendência, citando números assustadores.

Em 1978, estes trabalhadores totalizavam 6 milhões e 746 mil pessoas, e ano passado eram 10 milhões 640 mil, entre minifundiários, posseiros, arrendatários e trabalhadores assalariados ou não (veja a tabela nesta página). Ao mesmo tempo em que a terra vai se concentrando nas mãos de poucos, cresce na mesma proporção o contingente de agricultores que se transformam em posseiros ou arrendatários.

## LATIFÚNDIOS

Até 1967, as propriedades com mais de mil hectares ocupavam 46,9 por cento da área total cadastrada no país. Em 1984, estas mesmas propriedades passavam a ocupar 58,3 por cento. Já os imóveis com menos de 100 hectares têm sua participação encolhida no total. Em 1967, o minifúndio ocupava 18,7 por cento da área total, e em 1984 passou a representar apenas 14 por cento. A Divisão de Cadastro e Tributação do INCRA mostra em detalhes a evolução desta concentração (veja a tabela “O Avanço das Participações das Empresas Rurais” na página 7).

## COMPARAÇÃO

Esses números confirmam, por exemplo, que há de fato apenas 300 proprietários controlando mais de 47 milhões de hectares no Brasil. Eles são donos de latifúndios por dimensão, com poucas áreas aproveitadas. Vale fazer uma comparação do total dessas propriedades de latifúndios e suas áreas, com o total de minifúndios e sua extensão total. Os minifúndios (com menos de 100 hectares) somam 2 milhões e 510 mil propriedades, em 1984, ocupando uma área de 42 milhões e 800 mil hectares.

Fica fácil constatar que os milhões de minifundiários do país têm área total infe-

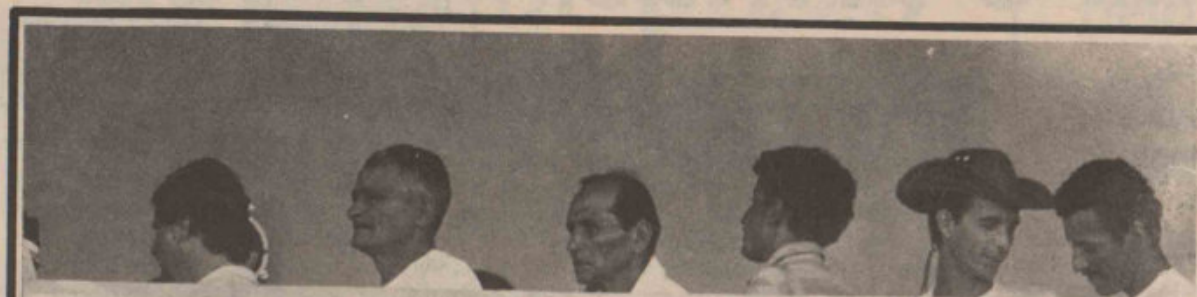


Foto: Eduardo Tavares

## TRABALHADORES RURAIS BARRAR VIOLENCIA FETAEG E SINDICATO

O Brasil tinha, em 1978, 6 milhões e 700 mil famílias sem terra ou com pouca terra. Hoje, elas são mais de 10 milhões, conforme o próprio INCRA

rior à ocupada por apenas 300 proprietários. Um documento que a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) entregou ao ministro Nelson Ribeiro, em maio último, informa que só na Amazônia as 146 maiores empresas controlam sozinhas 36 milhões e 500 mil hec-

tares de terra. Uma dessas empresas — a Manasa — possui uma propriedade de 4 milhões e 300 mil hectares, ou seja, com área equivalente à do Estado do Rio de Janeiro.

## RENDA

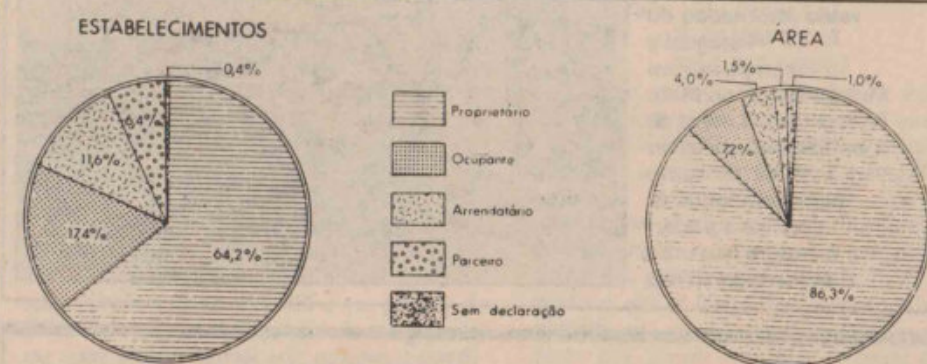
A concentração da terra implica, automaticamente, na concentração da renda

no meio rural. O economista Geraldo Müller, professor de pós-graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cita números que mostram esta concentração. Em 1970, os agricultores incluídos entre os 70 por cento mais pobres do país detinham 27 por cento da renda agrícola. Em 1980, a renda destes produtores caiu para 17 por cento.

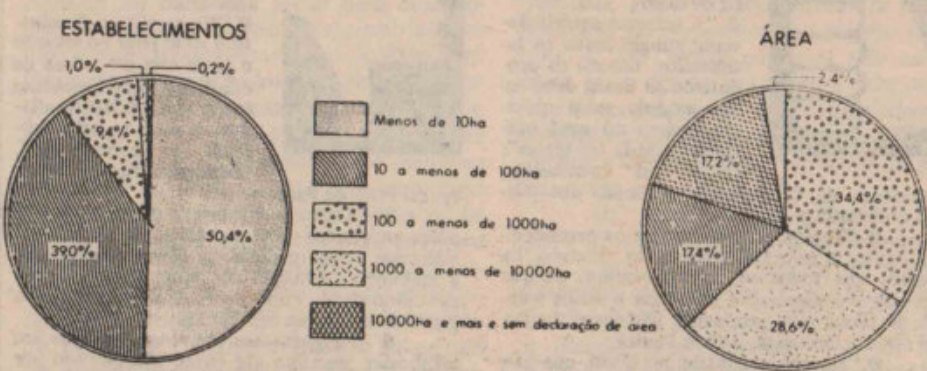
Müller revela que os 10 por cento mais ricos, por sua vez, detinham, em 1970, 34 por cento da renda agrícola, e em 1980 passaram a ficar com mais de 50 por cento. O economista chega à conclusão de que assim o meio rural copia das cidades o seu modelo de acumulação, especialmente a partir de 1970. Ele ressalta também que é possível afirmar, com base nesses dados, que o desenvolvimento econômico da década passada beneficiou apenas 20 por cento da população rural brasileira.

O pior disso tudo é que a concentração da terra, que leva à concentração da renda, faz com que muitas áreas se mantenham totalmente improdutivas. O Plano Nacional de Reforma Agrária observa que os 409 milhões de hectares dos latifúndios do país, que podem fazer parte da reforma, têm cada vez mais parcelas não aproveitadas. Em 1972, estes latifúndios não exploravam de forma produtiva 25 por cento do total dos 409 milhões de hectares. Em 1984, a área improdutiva saltou para 41 por cento.

## CONDIÇÃO DO PRODUTOR



## GRUPOS DE ÁREA



Nos dois gráficos ao alto aparecem dados sobre a condição do produtor, referentes a 1980. No gráfico da esquerda, estão as divisões por número de propriedades, em percentuais, conforme a condição do produtor, onde se vê que os proprietários detêm 64,2 por cento dos estabelecimentos.

No gráfico da direita, estão as áreas ocupadas pelos estabelecimentos, com os proprietários ocupando 86,3 por cento da área total cadastrada no país. Os outros dois gráficos se referem aos

grupos de áreas, divididos conforme a extensão das terras. O da esquerda se refere ao número de estabelecimentos, mostrando que os minifúndios de até 10 hectares representam 50,4 por cento do total das propriedades. O gráfico da direita revela que estas mesmas propriedades de minifúndio ocupam apenas 2,4 por cento da área total. Os dados são do Anuário Estatístico do Brasil, e se referem a 1980. Os percentuais foram calculados sobre uma área total cadastrada de 369 milhões 567 mil e 872 hectares.

## TRABALHADORES SEM TERRA OU COM POUCA TERRA NO BRASIL (em mil)

Tipo	1978	1984
Proprietários	1.469	1.872
Posseiros	505	644
Parceiros	273	433
Arrendatários	122	180
Assalariados permanentes	1.104	2.147
Assalariados temporários	2.560	4.260
Outros não assalariados	713	1.104
<b>TOTAL</b>	<b>6.746</b>	<b>10.640</b>

\* Fonte: INCRA. Os dados de 1984 são estimativas.



# OS PAULISTAS O aumento da especulação

Os paulistas são donos da maior extensão de terras do Brasil, pois têm a posse de áreas não só em seu Estado, mas também no Mato Grosso, em Goiás, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Mato Grosso do Sul e pelo país afora. Pode parecer, para quem não sabe, que os paulistas tenham sido colonizadores, nos últimos anos, e que por isso são proprietários de 19,16 por cento das terras cadastradas no Brasil, totalizando 85 milhões de hectares. Mas não é bem assim. Estes paulistas grandes proprietários são, muitas vezes, empresários e executivos, que nunca pegaram numa enxada. E residem, é claro, em São Paulo, de onde certamente alguns nunca saíram para visitar os latifúndios que possuem.

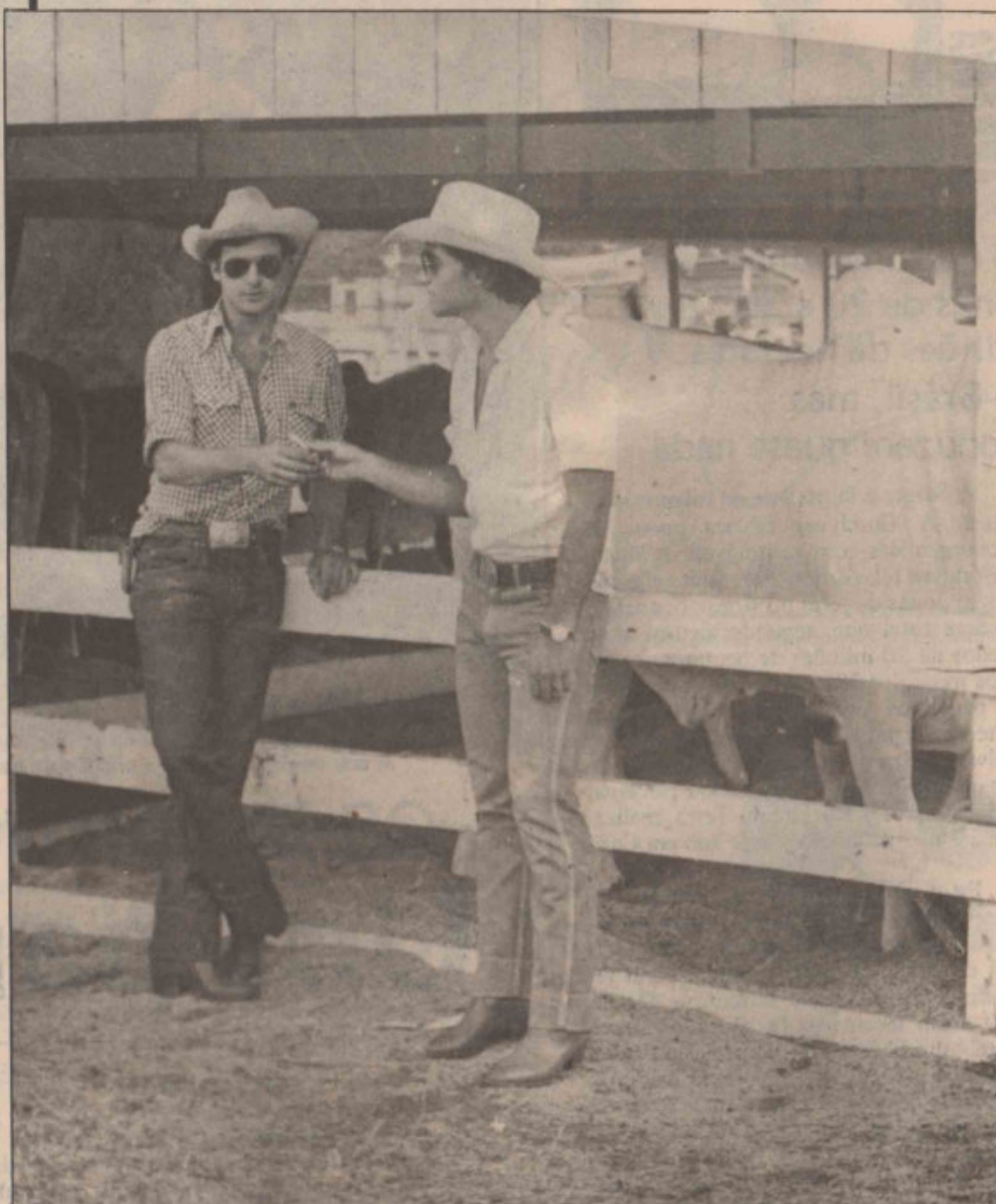
O INCRA descobriu que os paulistas são os maiores donos de terra no Brasil, quando levantou dados sobre as áreas cadastradas e o Estado em que residem seus respectivos proprietários. Foi assim que se constatou que o Estado de São Paulo possui 5 por cento da área cadastrada do país, mas que os paulistas são donos de 19,16 por cento do total das terras brasileiras. Os outros 14,16 por cento estão em outros Estados, onde muitos empresários decidiram investir na compra de terras, durante a década de 70, utilizando, em muitos casos, como "reserva de valor", ou seja, pensando apenas em especular,

e não em produzir.

## MATO GROSSO

O levantamento, divulgado este ano, tem outros números interessantes (veja a tabela abaixo), pois mostra como a terra é usada como mercadoria. No Mato Grosso, por exemplo, estão 13,73 por cento do total das terras cadastradas do país, com 60 milhões e 854 mil hectares. Mas os matogrossenses são, na verdade, donos de apenas 4,05 por cento desta área (17 milhões e 936 mil hectares). Isso quer dizer que 42 milhões e 918 hectares deste Estado são de propriedade de pessoas que residem fora do Mato Grosso.

Outros Estados, principalmente os do Centro e do Norte do país, estão em situação parecida, pois não foram poucos os empresários de regiões mais desenvolvidas que decidiram investir na compra de terras. Nem todos esses investidores são executivos engravados, pois há entre eles muitos proprietários que já possuem terras nos Estados em que residem, e que produzem nas novas áreas. Mas os paulistas são os maiores especuladores, fora e dentro de seu Estado. São Paulo possui, segundo o INCRA, 35 latifúndios usados como especulação, com extensões que variam entre 20 e 30 mil hectares. Em média, 80 por cento das áreas dessas terras não produzem nada, e vão entrar na Reforma Agrária.



Os maiores especuladores de terra no Brasil residem em São Paulo

Distribuição da área cadastrada segundo a Unidade da Federação de localização do imóvel e o endereço do declarante

Estado ou Território	Área cadastrada segundo a localização do imóvel		Área cadastrada segundo o endereço do declarante	
	Área (Em mil ha)	% sobre total	Área (Em mil ha)	% sobre total
Rondônia	7.496,4	1,70	6.398,6	1,45
Acre	12.165,3	2,75	11.258,8	2,54
Amazonas	27.929,2	6,31	12.820,8	2,90
Roraima	1.996,2	0,45	1.948,7	0,44
Pará	30.593,2	6,91	23.348,6	5,27
Amapá	2.476,9	0,56	825,4	0,19
Maranhão	20.302,1	4,58	17.857,2	4,03
Piauí	13.164,9	2,97	12.434,4	2,81
Ceará	11.736,2	2,65	13.057,9	2,95
R. G. Norte	4.179,8	0,95	4.158,0	0,94
Paraíba	4.789,6	1,08	4.689,4	1,06
Pernambuco	6.255,4	1,42	8.268,8	1,87
Alagoas	1.988,8	0,45	1.952,8	0,44
Sergipe	1.684,1	0,38	1.802,4	0,41
Bahia	39.660,2	8,95	34.395,1	7,76
M. Gerais	45.231,9	10,21	46.824,4	10,57
E. Santo	3.688,2	0,84	3.919,9	0,89
Rio de Janeiro	3.075,4	0,70	8.069,6	1,82
S. Paulo	22.152,4	5,00	84.901,9	19,16
Paraná	17.328,7	3,91	28.282,4	6,38
S. Catarina	7.955,6	1,80	3.122,9	0,71
R. G. Sul	22.974,1	5,19	31.467,3	7,10
Mato Grosso	60.854,1	13,73	17.936,1	4,05
M. Grosso Sul	30.691,5	6,93	23.466,0	5,30
Goiás	42.752,3	9,65	35.937,8	8,11
D. Federal	118,7	0,03	3.601,0	0,82
SEM INFORMAÇÃO DE ENDEREÇO			494,6	0,12
<b>Total</b>	<b>443.241,4</b>	<b>100</b>	<b>443.241,4</b>	<b>100</b>

Fonte: INCRA - Estatísticas Cadastrais

Os números acima mostram a concentração da terra nas mãos dos paulistas. Na coluna da esquerda, aparecem as quantidades de terra de cada Estado, e os percentuais da área de cada um deles no total. A Bahia, por exemplo, possui 39 milhões e 600 mil hectares, que representam 8,95 por cento do total. Na coluna da direita estão as áreas cadastradas por Estado, de acordo com a residência do proprietá-

rio, considerando-se os tamanhos em hectares e percentuais. Os proprietários que residem na Bahia possuem 34 milhões e 395 mil hectares, que representam 7,76 por cento do total. Se a Bahia tem 8,95 por cento das terras do país, e 7,76 por cento estão em poder de residentes no Estado, é sinal que gente de outras regiões possui pedaços das terras da Bahia, como ocorre em outras unidades da Federação.

## E não pagam impostos

O latifúndio improdutivo não está apenas impedindo o crescimento da oferta de alimentos e atrasando a solução para velhos problemas econômicos e sociais. As imensas áreas de terra não exploradas representam também prejuízos diretos para os cofres públicos e, é claro, para todo o país, pois invariavelmente não pagam impostos. Um levantamento do governo - lembrado no discurso do presidente Sarney em Brasília, durante o Congresso da Contag - revela que muitos proprietários de terras devem hoje mais de 20 bilhões de cruzeiros em Imposto Territorial atrasado.

Esta cifra equivale quase a metade dos 41 bilhões de cruzeiros que o governo poderia arrecadar de ITR este ano, caso todos os 4 milhões de proprietários pagassem o tributo. Mas o INCRA descobriu que ape-

nas um terço deste total paga impostos em dia, e estes são geralmente os pequenos proprietários. Os dois mil maiores contribuintes de ITR, que são grandes proprietários, poderiam assegurar 80 por cento da receita tributária, se realmente pagassem impostos.

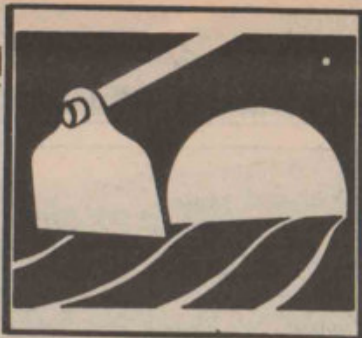
Mas o Plano Nacional de Reforma Agrária vai cobrar contribuições em atraso. Serão selecionados inicialmente os 2 mil maiores devedores de ITR, taxa de serviços cadastrais e contribuições sindicais, que pagarão, no começo, os tributos de 84 e 83. O presidente do INCRA, José Gomes da Silva, admite que a cobrança de impostos, nos últimos anos, correu frouxa, e isso beneficiou maus pagadores. O Plano prevê ainda a definição de altas multas para quem, a partir de agora, não pagar tributos em dia.

### O AVANÇO DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS RURAIS Nº de imóveis e área total - por categoria - Brasil

Categoria dos Imóveis	Nº Imóveis Rurais (em mil)			% sobre o total			Área (ha) (em milhões)			% sobre o total			Área média (ha)		
	1972	1978	1984	1972	1978	1984	1972	1978	1984	1972	1978	1984	1972	1978	1984
Minifúndio	2.437	2.016	2.517	71,96	67,49	61,44	46,3	39,3	42,8	12,50	9,46	7,54	19	19	17
Empresa Rural	163	99	415	4,81	3,31	10,13	36,0	20,7	115,0	9,72	4,98	20,27	221	209	277
Latifúndio por exploração	787	872	1.164	23,23	29,19	28,42	270,0	318,1	282,0	72,82	76,56	63,82	343	366	311
Latifúndio por dimensão	0,2	0,3	0,3	0,01	0,01	0,01	18,0	37,3	47,5	4,96	8,98	8,37	90.000	124.333	158.333
<b>Total</b>	<b>3.387,2</b>	<b>2.987,3</b>	<b>4.096,3</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>370,3</b>	<b>415,4</b>	<b>567,3</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>108.000</b>	<b>139.000</b>	<b>132.000</b>

A tabela acima, da Divisão de Cadastro e Tributação do INCRA, contém dados de 1984, e mostra desde 1972 a evolução da concentração da terra no Brasil. O latifúndio por dimensão, por exemplo, ocupava uma área total de 18 milhões de hectares, em 1972, e passou a ocupar 47 milhões e meio de hectares em 1984. É interessante notar o crescimento da empresa rural, no número de propriedade e também na área ocupada. A explicação para isso pode estar na manipulação de informações, como explica uma matéria que está na página 15 deste caderno. Os critérios para classificação dos imóveis são os seguintes: minifúndio é a área onde uma família não pode se manter. Empresa rural é área com até 600 módulos (os módulos são variáveis por regiões). Latifúndio por exploração é a área improdutiva, e latifúndio por dimensão a propriedade que está acima dos 600 módulos e não se enquadra como empresa rural, por ter níveis de produtividade abaixo de suas potencialidades. Bem à direita, na tabela, estão os tamanhos médios das propriedades.





As multinacionais são donas de 20 a 30 milhões de hectares no Brasil, mas produzem quase nada

A Singer é fabricante de máquinas de costura. A Goodyear fabrica pneus. A Volkswagen lida com automóveis. A Mitsubishi fabrica televisores. Pois todas elas são também donas de terra no Brasil, ocupando uma área total que, segundo alguns, anda ao redor de 20 milhões de hectares, e para outros passa dos 30 milhões. Se dependesse dos pequenos produtores e agricultores sem-terra do país, estas empresas teriam de devolver as áreas ocupadas, conforme proposta aprovada no 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais sem Terra, realizado de 29 a 31 de janeiro deste ano em Curitiba.

Esses grupos americanos, alemães, japoneses, ingleses e de tantas outras nacionalidades começaram a comprar terras no Brasil no início do século, mas tiveram facilidades principalmente durante a década de 70. Com incentivos fiscais do governo, crédito subsidiado e outros privilégios, eles passaram a ocupar extensas áreas da Amazônia e do Centro do país, para investir na agropecuária, na exploração da madeira e em projetos de mineração. A terra era barata, o imposto praticamente não existia, e a mão-de-obra poderia ser explorada à vontade, às custas de marginalizados que mi-



A estratégia: no início, a criação de gado; depois, a mineração

## OS ESTRANGEIROS Um paraíso

graram do Nordeste na esperança de reiniciar a vida no Norte.

### PROJETO JARI

Um desses projetos mais controversos foi o Jari, do milionário Daniel Ludwig, implantado no final dos anos 60, no Pará, com mais de 4 milhões de hectares,

para produção de papel celulose e arroz. Este projeto foi nacionalizado, no fim dos anos 70, depois de se transformar num verdadeiro império no meio da floresta, com trabalho semi-escravo denunciado várias vezes. O Jari importava equipamentos, mesmo que existissem similares no Brasil, rece-

## OS ÍNDIOS

# A "reforma" nas reservas

Na década de 60, os políticos acham uma "solução": tomar terras dos índios

O Plano Nacional de Reforma Agrária não deixou de fora os indígenas, há muito tempo encurralados em reservas que a cada ano ficam menores. Os índios, que um dia foram donos dos mais de 800 milhões de hectares do Brasil, teriam hoje o direito de posse sobre 67 milhões de hectares. Mas se sabe que esse direito não é respeitado. Na verdade, as terras indígenas não só foram invadidas ilegalmente pelos brancos, em várias épocas, como também foram desapropriadas por interferência direta do governo, como ocorreu no Rio Grande do Sul.

A "reforma agrária" na terra dos índios foi uma saída encontrada, muitas vezes, pelos que não se encorajavam a fazer a reforma nas terras dos brancos. Valia assim a tática de "empurrar o problema com a barriga", solucionando problemas de colonos sem terra com as áreas indígenas. A professora Lígia Simonian, da Unijui, que está fazendo doutorado em antropologia nos Estados Unidos, estudou este assunto. Lígia realizou levantamentos, em 1980, e descobriu que quase a metade das reservas indígenas gaúchas havia sido tomada pelos brancos, sempre com o apoio do governo.

### DESDE 1911

Essas reservas foram demarcadas a partir de 1911, para que fosse assegurada sua posse aos índios kaingang e guaranis. Existiam no Estado, nesta época, 11 reservas com demarcação, num total de 92.089 hectares. O levantamento publicado em 1980 mostrava que cinco destas 11 reservas foram totalmente extintas, e que 51.480 hectares haviam ficado de fato em poder dos índios. Kaingangs e guaranis haviam perdido 40.609 hectares.

As reservas foram sendo extintas ou reduzidas sob vários argumentos. O governo decidia transformar parte das áreas em reserva florestal ou, em outros casos, simplesmente desapropriava as terras para o assentamento de agricultores. Há casos como o da reserva de Guabiroba, em São Valentim, que perdeu 416 hectares, em 1962, entregues a agricultores por determinação do governo estadual. Os índios ficaram com 280 hectares, e a pior terra da reserva.

Muitas outras reservas, invadidas por sem-terra, foram sendo encolhidas, sempre por iniciativa do Estado. Alguns políticos davam apoio a este tipo de "reforma agrária", como o deputado Antônio Bresolin. Em 1960, ele apresentou um projeto na Assembleia Legislativa, propondo que a reserva de Cacique Doble, em Lagoa Vermelha, com 5.400 hectares, fosse reduzida para 1.250 hectares, para assentamento de agricultores. O projeto não foi aprovado.

### OS POLÍTICOS

O mesmo Bresolin apresentaria depois outra proposta, para que a reserva da

Guarita, em Tenente Portela, com 23.183 hectares, cedesse 10.000 hectares a agricultores. Mais uma vez o deputado viu um projeto de "reforma" ser rejeitado pela Assembleia. Mas em 1962 o governo continuaria, por conta própria, desapropriando parte das reservas, como ocorreu com a de Inhacorá, que possuía 5.859 hectares e perdeu 3.049 hectares.

Muitos políticos eleitos pelas regiões onde se localizam as reservas se empenhavam na defesa da "reforma agrária" nas terras dos índios, como Alberto Hoffmann, José Augusto Amaral de Souza e o próprio Bresolin. Do outro lado, contrários a esta prática, estavam deputados como Jairo Brum, Porcínio Pinto e Paulo Brossard. O argumento desses políticos, para as desapropriações, era quase sempre o mesmo: os índios não exploravam suas terras. Valia, neste caso, questionar-se o direito à propriedade, desde que as terras fossem, é claro, de kaingangs e guaranis.

### COMPROMISSOS

No Plano Nacional de Reforma Agrária, o governo federal se compromete a "controlar e impedir as invasões de territórios indígenas". Será acelerado o processo de demarcação das terras pertencentes aos índios, ao mesmo tempo em que haverá mediação nos casos de conflitos pela posse de áreas. Outras medidas complementares serão adotadas, como a punição de invasores e o cancelamento de registros de posse de terras indígenas, feitos em nome de pessoas estranhas as tribos.

bia incentivos fiscais e contraía empréstimos com o aval do governo.

Também o Frigorífico Swift-Armour, a Mercedes Benz, o grupo Atlas e Shell e muitas outras multinacionais possuem terras no Brasil, com áreas que raramente são inferiores a 30 mil hectares. Levantamentos feitos em 1980 indicavam que cinco por cento do Estado de Goiás eram de propriedade de estrangeiros. Só na Amazônia estes grupos seriam donos de mais de 10 milhões de hectares. E nem sempre a agropecuária esteve nos planos dessas empresas, que descobriram no Brasil o novo Eldorado.

### MAIS PODER

As multinacionais decidiram investir em terras para, sob o pretexto de criar gado ou formar lavouras, também explorar reservas de bauxita, ferro, manganês, ouro, níquel, zinco, cobre, fosfato, caulim. Foi assim que a Amazônia passou a ser invadida por grupos de mineração, como a Alcoa, a Inco, Brascan, Show Denko, Bunge y Born, Mitsui e tantos outros. A idéia básica desta ocupação era a de que os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, precisavam garantir espaços na Amazônia e aumentar seu poderio em nações como o Brasil.

Hoje, as 146 maiores empresas da Amazônia ocupam 36,5 milhões de hectares, com áreas que variam de 30 mil a 4 milhões de hectares cada uma. O INCRA descobriu que no Estado do Amazonas há 11 milhões de hectares, que deveriam ser usados em projetos agropecuários, sem uma cabeça de gado e um palmo de lavoura. Muitas dessas áreas estão certamente em mãos de grupos estrangeiros, que pretenderam — durante os anos 70 — internacionalizar a Amazônia, para que todo este território fosse cada vez menos do Brasil.

## O dono mora na Itália

A Fazenda Santa Rita, localizada em Campinas do Sul, quase foi invadida pelos acampados da Encruzilhada Natalino, que ficaram mais de um ano à beira da estrada, entre 1981 a 1982. E agora, em maio, uma comissão de gaúchos que esteve em Brasília pediu ao ministro Nelson Ribeiro a desapropriação da fazenda, que tem 2 mil hectares. O proprietário da terra, Roberto Bucci, só ficou sabendo da tentativa de invasão e da ameaça de desapropriação pelo telefone, pois reside na Itália.

Bucci é um industrial italiano, que adquiriu a terra em 1955. Hoje, a fazenda é administrada pelo capataz Adoniran-Alberto Bal Bosco, que no início de maio não se mostrou surpreso com a proposta de inclusão das terras no plano de Reforma Agrária. "Quando tentaram invadir a fazenda — disse ele —, fizeram isso porque o dono é estrangeiro. Mas também agora isso não vai dar em nada". Adoniran garante que não há em toda a área "nem mesmo cinco hectares que não sejam aproveitados".

Segundo ele, a fazenda tem 1.050 hectares com pastagens e 950 hectares com lavouras, e produziu este ano uma safra de 30 mil sacas de soja. "Esta é a fazenda modelo da região", garante o capataz, que assegura também: "Toda a renda é reaplicada aqui mesmo. Nada vai para o exterior". Para lidar nesses 2 mil hectares, há entre 12 e 15 famílias de trabalhadores rurais assalariados.

### POSSEIROS

Adoniran afirma ainda que "uns 5 ou 6 colonos sem-terra, aqui de perto, estão hoje dentro da área, em parcelas de lavouras que nós cedemos a eles". São pessoas que possuem máquinas e implementos — segundo ele — mas não têm como pagar os bancos, e exploram esses pedaços há uns dois anos, sem contrato como arrendatários. Ganham sementes e adubo e pagam a exploração das áreas com parte da produção.

O capataz avisou Roberto Bucci de que a fazenda havia sido incluída entre as áreas que os agricultores desejavam desapropriar, mas o italiano não teria ficado preocupado. "É preciso antes desapropriar as terras dos caras que possuem milhares de hectares no Mato Grosso, e não uma fazenda que tem toda sua área aproveitada". Ele acha que a terra é visada pelos sindicatos da região porque pertence a um italiano.



# AS MIGRAÇÕES

## Colonizando para conter pressões

Com os deslocamentos, as colonizações cumpriram a função de servir como uma "válvula de escape"

Um balanço apresentado no final do governo Figueiredo assegurava que, de 1969 a 1984, haviam sido concedidos mais de 1 milhão de títulos de propriedade a agricultores brasileiros. Com este número na mão, o governo se sentiu no direito de anunciar que havia, a seu modo, realizado uma reforma agrária no Brasil. Qualquer agricultor sabe que a simples titulação está longe de ser uma forma de redistribuição da posse da terra. Na verdade, o governo apenas regularizou a situação de famílias que há muito tempo ocupavam áreas, em sua maioria no Nordeste, sem mexer na estrutura fundiária.

Até mesmo este número, de 1 milhão de títulos, é contestado por especialistas no assunto. São muitos os que afirmam que o governo distribuiu no máximo 400 mil, mesmo que o INCRA insistia em dizer que foram concedidos neste período, de 1969 a 1984, exatamente 1 milhão 39 mil e 483 títulos. A verdade é que o governo federal pode ter regularizado posses, mas nunca realizou uma reforma agrária. O máximo que ele fez, além dessas regularizações, foi a implantação de projetos de colonização, a maioria deles criticados por não oferecerem as mínimas condições para permanência das famílias nos lotes cedidos.

### 95 PROJETOS

Os projetos de colonização proliferaram no Brasil a partir do final dos anos 60, por iniciativa do governo federal, com o apoio dos governos estaduais e de empresas particulares, entre as quais muitas cooperativas. De 1965 a 1983, conforme dados do INCRA, foram implantados, só pelo governo federal, 95 projetos de colonização, abrangendo uma área total de 16 milhões e 382 mil hectares. O período de colonizações

mais intenso foi o de 1979 a 1983, com 62 projetos, que totalizaram 5 milhões e 845 mil hectares.

As colonizações promoveram o deslocamento de milhares de famílias, que saíram do Sul e Nordeste em direção ao Centro e Norte do país. O Estado de Rondônia é o recordista, com 13 colonizações, seguido do Mato Grosso, com 12. Esses projetos repetiram muitos dos erros da ocupação do Brasil, iniciada com as sesmarias, e em muitos lotes proliferaram os favorecimentos, a corrupção. Mas o que eles tinham mesmo em comum era o fato de que na maioria das vezes não conseguiam cumprir com as promessas de que as terras eram férteis e de que haveria infra-estrutura, com apoio na comercialização das safras, habitação, escolas e saúde.

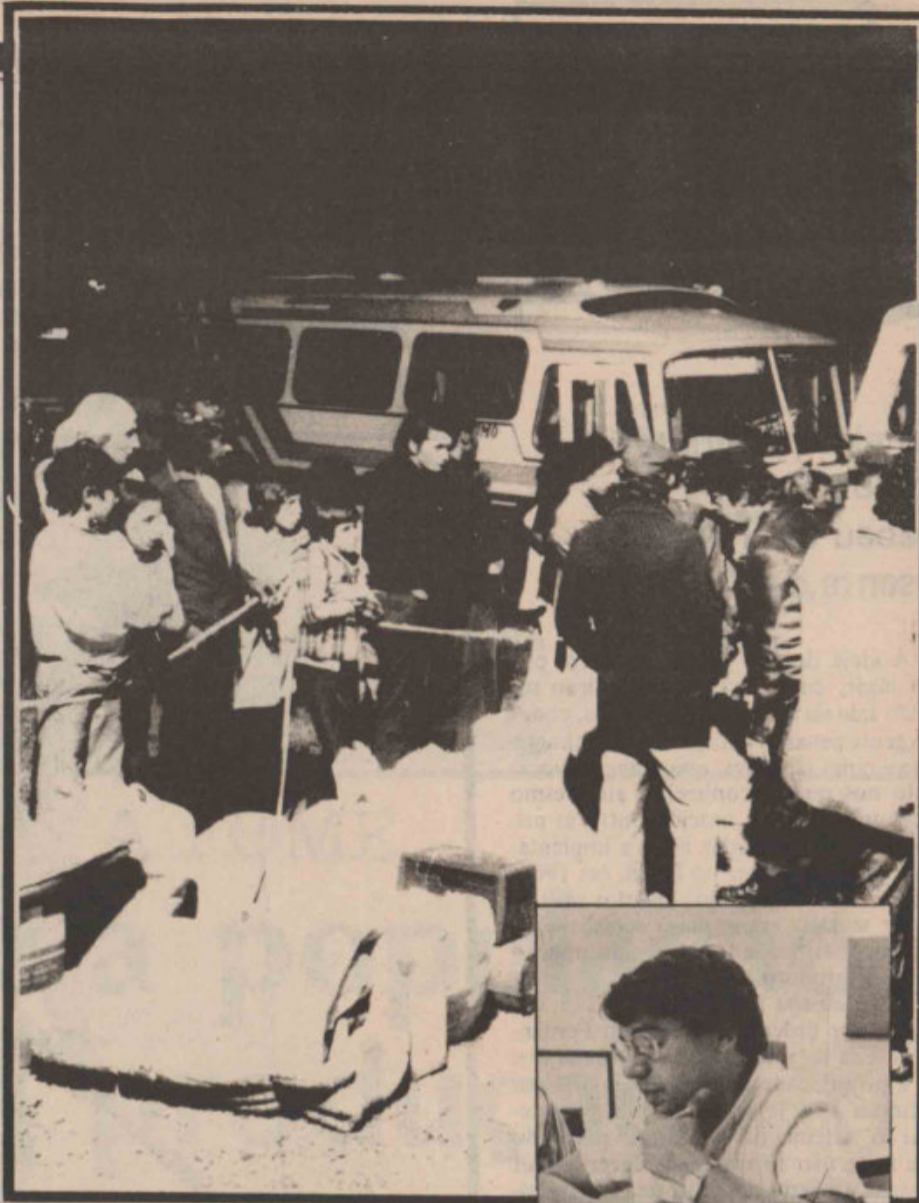
### UMA VÁLVULA

O professor José Vicente Tavares, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, está convencido de que as colonizações cumpriram muito bem o seu papel de esvaziar as lutas pela terra. Elas funcionaram como "válvula de escape", assim como todos os planos de ocupação da fronteira agrícola, para que se adiasse a Reforma Agrária. E realizaram uma espécie de triagem, filtrando um reduzido número de agricultores que conseguiram sobreviver nas novas áreas. Essa seleção social levou milhares de famílias à marginalização.

José Vicente vem estudando o assunto há vários anos, e descobriu que, apesar de todo o alarde feito em torno dos projetos, as colonizações proporcionaram o acesso à terra a apenas 180 mil colonos, nos últimos 50 anos. Ele também associa a nova investida de colonizadoras particulares, nos últimos anos, ao crescimento da luta pela terra no Rio Grande do Sul e em outros Estados. Estas empresas chegaram ao ponto de anunciar seus planos pela televisão, transformando a terra em colorida mercadoria, ao lado dos shampoos, cigarros, eletrodomésticos e automóveis.

### O PACTO

Outro professor e estudioso da ocupação de novas áreas, o agrônomo e mestre em Economia Rural José Francisco Grazia-



Na década de 70, a moda das caravanas de colonizadores em direção ao Centro do país

no da Silva, da Universidade de Campinas, igualmente estudou as migrações. Ele também destaca uma clara relação entre esses movimentos e a manutenção da estrutura fundiária. Foi assim, com colonizações ou outras formas de atração de agricultores para o Centro e o Norte, que o governo conseguiu lidar com tensões sociais no campo e manter inalterada a estrutura fundiária brasileira, nos últimos 20 anos.

"A fronteira agrícola — afirma José Francisco — tem funcionado como avalista do pacto de poder, do acordo entre a burguesia industrial e os latifundiários. A burguesia não era incomodada por problemas sociais, o capitalismo não era colocado em xeque, e os latifúndios podiam continuar expulsando gente". Com a transferência de colonos, o governo se vê livre de um problema, mesmo que acabe criando outro. O agricultor aprende assim a perambular, co-



José Vicente Tavares

mo fizeram os gaúchos que ocuparam o sudoeste do Paraná, depois o Sul do Mato Grosso e posteriormente áreas do Norte, como Rondônia.

"A ocupação do Sul do Mato Grosso — diz o professor — foi a contra-reforma no Rio Grande do Sul. A ocupação de Goiás, a contra-reforma em São Paulo e no Paraná. E a ocupação da Amazônia seria a contra-reforma no Nordeste". Mas já no final da década de 70 se falava que a fronteira agrícola começa a se esgotar, pois as áreas que poderiam ser ocupadas, especialmente para a produção, vão ficando saturadas. Os fluxos migratórios são então dirigidos às cidades, e se configura claramente o impasse que tornou a Reforma Agrária inadiável (veja na página 14).

## O POSSEIRO

### Marcírio quer três hectares

Minis proprietários, posseiros, arrendatários e trabalhadores assalariados ou bóias-frias. Serão eles os beneficiados, em tese, pela reforma agrária da Nova República. Mas do total de mais de 10 milhões de famílias sem terra ou com pouca terra, terão prioridade as que estiverem em áreas de conflito ou sob tensão, ou ainda em zonas de grande concentração populacional. E como ficarão os agricultores que não são minifundiários, não são posseiros e tampouco arrendatários ou bóias-frias, e que não estão em zonas de conflito ou de grande concentração populacional?

É este o caso do seu Marcírio Alves de Lima, sua mulher, dona Rosa, e seus cinco filhos. Seu Marcírio não é nem mesmo um posseiro comum, pois não tomou posse de área devoluta ou qualquer outro pedaço de chão, com ou sem dono, que possa ser desapropriado. Ele é simplesmente agricultor, com acampamento permanente num corredor entre duas estradas, uma de ferro e outra de chão, no distrito de Alto da União, em Ijuí. Mas ele também não é um acampado que esteja brigando por terra.

### AGREGADO

A situação do seu Marcírio não consta do plano da reforma como prioritária. Ele e a família moram numa área onde não poderiam morar, pois ocupam uma faixa de segurança no costado

dos trilhos. Áreas como esta são incluídas pelo governo nas desapropriações, quando da construção de estradas. Mas quem seria capaz de dar atenção às leis, para examinar o caso desta família? Ali, num costado de 30 metros por 150, Marcírio instalou sua casa e, plantando de tudo um pouco e liderando com porcos, galinhas, cavalos e uma vaca de leite, conseguiu criar os nove filhos, quatro deles hoje casados.

Marcírio vem de família de quatro irmãos, todos sem terra, e lembra que o pai saiu de Tupanciretã para trabalhar de agregado em Alto da União. O próprio Marcírio se transformou depois em agregado, e ficou 16 anos numa área, no mesmo distrito. A terra foi vendida e a família teve de se mudar para a beira da estrada de ferro, onde está há uns 15 anos. Ele não tem é claro, título de propriedade, como esperava que tivesse, e não sabe ao certo nem mesmo a idade: "Devo estar com 50 e poucos, quase uns 60, mais ou menos ao redor de 59".

Marcírio e os cinco filhos que ainda estão em casa plantam num cercado de uns 30 metros por 100, onde há espaço, no verão e no inverno, para mandioca, feijão, cana, batata doce, amendoim, moranga, aveia, milho, para consumo da família e dos animais (oito porcos, galinhas, uma vaca, dois terceiros e dois cavalos). A terra é bem adubada com esterco e serragem, e todos os filhos, que nunca tentaram trabalhar na cidade, li-



A família sobrevive em menos de meio hectare de terra

dam neste pequeno pedaço. Marcírio ocupa ainda outros retalhos de terra nos costados dos trilhos, mais longe da casa, para plantar inclusive soja.

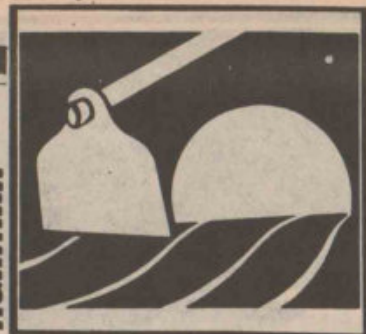
### ESPERANDO

Dinheiro mesmo ele só consegue plantando soja em sociedade em pequenos pedaços de lavoura cedidos pela vizinhança. Os quatro filhos que casaram continuam na redondeza, trabalhando em granjas de Alto da União. "Quem é da colônia — conta ele — fica uns dias na cidade e volta. Só uma guria, a Vera, aprendeu a ler, mas muito pouco". Foi no dia 17 de junho que Marcírio ouviu pela primeira vez um genro falar no projeto de reforma agrária do governo, e até se entusiasmou com o convite de ir ao Sindicato

de Trabalhadores Rurais para saber detalhes. Mas não foi.

"A gente fica esperando pelos outros", conta ele, que nunca participou dos movimentos dos sem-terra. As pretensões de Marcírio são modestas, pois acha que não precisa de muita terra para melhorar a vida. "Com uns três hectares acho que está bom". Ele aceitaria pensar na possibilidade de se mudar para o Mato Grosso, se o governo oferecesse terra por lá, mas dona Rosa quer ficar em Ijuí mesmo. "Seria melhor — diz Marcírio — se a gente ficasse aqui por perto". Mas o que interessa mesmo para ele é não deixar a lavoura: "Ir pra cidade eu não vou. Nem pra comer doce eu não quero".





## A OCUPAÇÃO Das sesmarias ao latifúndio

**Primeiro proprietário rural do Brasil recebeu uma ilha de presente da Coroa**

A idéia de que a terra deve, em primeiro lugar, cumprir com sua função social, não saiu da cabeça de socialistas, como muita gente pensa. E também a reforma agrária não é coisa tão nova, que possa provocar espanto nos que desconheciam até mesmo o Estatuto da Terra, nascido entre as primeiras medidas adotadas após a implantação do governo militar no Brasil, em 1964. Essa idéia é muito antiga, e vários séculos antes de se falar em regimes socialistas já existia uma lei tratando da desapropriação de terras improdutivas.

A lei passou a vigorar em 1.375, em Portugal, por ordem do Rei Dom Fernando, e deveria ter sido também a primeira lei sobre a propriedade da terra no Brasil. Mas não chegou a ser levada em conta. Ela estabelecia o sistema de sesmarias, prevendo que as áreas não aproveitadas deveriam ser repassadas a outros agricultores. Em Portugal, mesmo contra a vontade de latifundiários da época, esta determinação foi cumprida, para que o país, de pequenas dimensões, pudesse ampliar sua produção.

Essas informações foram lembradas por muitos dos palestrantes do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária, realizado em agosto do ano passado na Bahia. Odair Zanatta, diretor do Departamento de Recursos Fundiários do INCRA, foi um dos que comentaram o fato de que, logo depois de ter sido descoberto, o Brasil passou a ter a legislação portuguesa como modelo. Mas nem tudo funcionou como estava previsto, mesmo porque aqui a situação era totalmente inversa à de Portugal, com imensas áreas a serem ocupadas.



O pequeno agricultor foi excluído da partilha desde o início

### PRIMEIRO SÓCIO

Os índios brasileiros teriam, em 1.504, o primeiro sócio estrangeiro com quem dividir a propriedade das terras: o mercador português Fernando de Noronha, que ganhou uma ilha, como doação da Co-

roa portuguesa, e conseguiu pelo menos imortalizar seu nome nesta área — hoje território de Fernando de Noronha. O sistema das sesmarias não evoluiu, e a Coroa continuou fazendo doações, até 1.534, quando acontece a implantação das capitânias hereditárias.

“Entre 1.534 e 1.536 o Brasil foi dividido em 14 capitânias hereditárias — lembra Zanatta — que tinham de 20 a 100 léguas de costa e limites paralelos entre si, até a linha imaginária estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494 entre Portugal e Espanha”. Sob a coordenação de um capitão-mor, as terras passaram a ser povoadas, na forma de sesmarias. Qualquer pessoa poderia se candidatar a receber os lotes, “desde que fossem cristãos”. Cada família destinava o dízimo da produção (10 por cento) à Coroa portuguesa.

### PRIVILEGIADOS

Apesar das muitas inovações introduzidas, para que o sistema de sesmarias desse certo, foi a partir daí que começaram a surgir os latifúndios no Brasil, com a formação da aristocracia rural, dos grandes proprietários. Prevalencia então a corrupção, o favorecimento, e foi sendo deixada de lado a determinação de que “não deveria se dar a uma pessoa o trato de terras superior ao que ela pudesse aproveitar”. Já por volta de 1790 a situação era considerada incontrolável, e não se obedecia tampouco a ordem, expressa em “lei”, de que as terras improdutivas deveriam ser devolvidas à Coroa.

Antes da independência do Brasil, em 1822, o príncipe regente, Dom Pedro I, havia abolido a distribuição das sesmarias, mas foi a partir daquele ano que o quadro se agravou. O país não mais dependia das leis de Portugal, e as terras brasileiras passaram a ser ocupadas de qualquer forma. Essa ocupação desordenada durou até 1.850, quando o governo imperial promulgou a primeira lei sobre terras no país, a de número 601, assinada a 18 de setembro de 1.850.

Esta lei tentou regularizar situações criadas não só pelos desvios no sistema de sesmarias, como também pela ocupação que ocorreu a partir de 1.822. É a partir daí que vão se definindo os limites de cada propriedade, por exigência do governo, e que se consolida legalmente o latifúndio. Surgem as normas complementares tratando das colonizações, o Brasil recebe imigrantes. A aristocracia rural, que contou com a corrupção e o favorecimento para se apossar de imensas áreas, explorar escravos e tantas vezes chegar ao poder, após a instauração da República passou a reinar soberana num país que nada fez para evitar o drama que enfrenta hoje, com mais de dez milhões de famílias sem terra.

## Terra de Jango está na lista

A estrutura fundiária do Rio Grande do Sul não chega a ser tão desigual, como as de Estados do Centro, Nordeste e Norte do país. Mas mesmo assim, a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado) calcula que, nos últimos 10 anos, saíram do campo, em média, em torno de 100 mil pessoas anualmente. Esse contingente migrou em direção às cidades ou seguiu para áreas da fronteira agrícola do Centro e Norte. Muitas dessas famílias terminaram voltando às suas regiões de origem, depois de atraídas por projetos de colonização fracassados.

De acordo com o INCRA, o Rio Grande do Sul possui mais de 9 milhões de hectares que podem ser classificados como latifúndios por exploração (dados de 1984). Esta extensão ocupa 36 por cento de toda a área cadastrada das propriedades rurais do Estado. Os latifúndios assim classificados são os que não apresentam eficiência econômica, ou seja, são parcelas improdutivas, que poderiam estar produzindo.

do. Os minifúndios gaúchos, que representam 62 por cento do total das propriedades, ocupam apenas 14 por cento do total da área cadastrada.

### DESAPROPRIAÇÕES

No final de maio, o INCRA divulgou o primeiro lote de áreas que serão desapropriadas, para assentamento de 713 famílias no Estado. São 18 propriedades, com um total de 7.225 hectares. Em 8 destas áreas, a situação já está mais ou menos regularizada: Posse Azambuja, em São Luiz Gonzaga, com 1.594 hectares e 57 famílias. Fazenda Pinheirinho, em Santa Bárbara do Sul, com mil hectares e 51 famílias. Colônia Della Giustina, em Roque Gonzales, com 1.306 hectares e 45 famílias. Rincão dos Maia, em Cangussu, com 1.700 hectares e 350 famílias. Reserva Florestal, em Iraí, com 350 hectares e 130 famílias. Cerro do Itaqui, em São Nicolau, com 362 hectares e 18 famílias. Posse dos Pires, com 913 hectares e 39 famílias. E Reserva Florestal do Espigão, com 23 famílias em área ainda não delimitada.

As áreas a serem desapropriadas são estas: Fazenda Tabuleiro, em São Luiz Gonzaga, da sucessão de João Goulart, com 250 hectares e 46 famílias. Posse Redentora, em Candelária, com 6.100 hectares e 706 famílias. Posse dos Prado, em Sobradinho, com 1.700 hectares e 113 famílias. Posse dos Pôncio, em Seberí, com 2.869 hectares e 33 famílias. Usina Dona Francisca, em Agudo, com 1.431 hectares e 396 famílias. Mata dos Castelhanos, em Camaquã, com 1.300 hectares e 230 famílias. Pinhalzinho, em Soledade, com 1.800 hectares e 135 famílias. Usina Hidrelétrica do rio Uruguai, em Severiano Almeida, com número ainda não declarado de famílias. Herança Schilling, em Candelária, com 300 hectares e 18 famílias. E Fazenda Rincão, em Bossoroca, com 358 hectares e 27 famílias.

## O ÊXODO Cidades abrigam os expulsos

As estatísticas oficiais revelam, com dados assustadores, o processo de fuga das populações rurais brasileiras para as cidades. Isso se dá de forma mais acelerada nos últimos 10 anos, quando se calcula que, em média, 1 milhão de pessoas deixaram o campo, anualmente, em busca de ocupação nas áreas urbanas. Essa migração fez com que, de acordo com o censo de 1980, apenas 32,42 por cento dos 119 milhões de brasileiros continuassem residindo no meio rural. Hoje, há estimativas indicando que os moradores do campo representam menos ainda, ao redor de 30 por cento.

A atual situação está em contraste com a que existia em 1940, quando 28 milhões e 356 mil pessoas viviam na zona rural, representando 67,13 por cento da população total do país, de 42 milhões e 236 mil habitantes (veja a tabela ao lado). A população rural foi superior à urbana até os anos 60, e o quadro se reverteu, como mostra a tabela, a partir do que foi registrado no censo de 1970.

### FUGA EM MASSA

Os dados da FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram ainda que essa “desruralização”, que acontece com a fuga de famílias para as cidades, não é compensada, como seria de se esperar, pelos grandes contingentes de

migrantes que ocuparam áreas de expansão da fronteira agrícola. Em resumo, os agricultores que passaram a ocupar áreas de colonização, no Centro e Norte do país, estiveram sempre em número inferior aos dos que saíram do meio rural nessas regiões.

Por isso, a taxa de crescimento da população no meio rural, entre 1970 e 1980, é negativa, ou seja, inexistente. Essa redução no número de habitantes no campo pode fazer — segundo previsões — com que no ano 2.000 a população rural brasileira se reduza a pouco mais de 20 por cento do total. É claro que esta previsão leva em conta a atual situação, com todos os problemas que provocam as migrações, e que poderão ser pelo menos em parte contornados com a Reforma Agrária.

### AS POPULAÇÕES DA CIDADE E DO CAMPO NO BRASIL

ANO	URBANA	RURAL
1940	13.880.182	28.356.133
1950	18.782.891	33.161.506
1960	31.303.034	38.767.423
1970	52.084.984	41.054.053
1980	80.479.448	38.619.544

\* Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — 1982



## O minifúndio garante a maior parte da produção de alimentos no Brasil, o sexto país em desnutrição

Os dados da FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referentes a 1980, mostram que as propriedades rurais com até 100 hectares representam 89,4 por cento do total dos estabelecimentos rurais do Brasil, mas ocupam apenas 19,8 por cento da área cadastrada em todo o país. Mesmo assim, com tão pouca terra, são estes pequenos proprietários que garantem a produção de 80 por cento do feijão, 90 por cento da mandioca, 75 por cento da batata, 70 por cento do milho, 76 por cento dos ovos, 50 por cento do leite, 46 por cento da soja e 37 por cento do arroz.

Foi a pequena propriedade que sempre sustentou a produção de alimentos para consumo da própria população brasileira, mas isso fica mais evidente a partir do momento em que a política oficial passou a enfatizar a prioridade às exportações. Números da FIBGE revelam, como sempre, conclusões preocupantes sobre esta produção de alimentos básicos, pois as safras de arroz, feijão, mandioca, milho e batata não acompanham nem de longo o aumento das necessidades internas, ou seja, o crescimento populacional brasileiro.

### DESDE 1967

O economista Fernando Homem de Mello pegou estes dados e fez uma evolução das safras de produtos básicos e produtos para exportações, e concluiu que desde o final da década de 60 esses alimentos têm oferta cada vez menor no país. O feijão e a mandioca, por exemplo, tiveram taxas negativas de crescimento, desde 1967. O arroz, o milho e a batata apresentaram aumentos na produção, mas de forma quase insignificante. Do outro lado, os produtos para exportação, em especial a soja e a laranja, registraram piques expressivos de aumento nas safras (veja a tabela ao lado).

Esses números sobre a evolução das safras de alimentos conduzem a constatações mais alarmantes, se confrontados com o aumento populacional, nos últimos anos. Estatísticas da FIBGE deixam bem clara a distância entre a oferta de alimentos e o crescimento da população, considerando-se apenas dados a partir de 1980. Se as estatísticas levassem em conta também os dados referentes à década de 70, esta distância seria, é claro, bem maior. Os números mostram que em 1980 o Brasil produzia, por exemplo, 82 quilos de arroz para cada habitante. Em 1983, a oferta de arroz é de apenas 62 quilos por pessoa, caindo em 24,39 por cento.

### EMPOBRECIMENTO

Também o feijão, a mandioca e o milho tiveram safras que não acompanharam as necessidades de consumo da população (veja a tabela), entre 1980 e 1983. E por que isso tudo aconteceu? Porque a prioridade foi dada aos produtos, como a soja e a laranja, entre outros, que rendem divisas ao país. Nos últimos anos, este privilégio beneficiou também a cana-de-açúcar, considerada prioritária, não para a produção de açúcar, mas para garantir a oferta de álcool que substituiria a gasolina. As melhores terras de São Paulo estão hoje tomadas pelos canaviais.

Além disso, de nada resolveria aumentar-se a oferta de alimentos, se o produtor não pudesse contar — como realmente não vem contando — com uma justa remuneração. O mercado interno, a população brasileira, não dispõe de poder aquisitivo capaz de absorver um aumento na produção de milho, feijão, arroz, mandioca e outros produtos, e ao mesmo tempo assegurar bons preços a quem produz. Em síntese, o brasileiro come cada vez menos, porque os governos das últimas duas décadas achavam importante transformar as sa-



Somos o quarto maior exportador mundial de alimentos. Mas também estamos entre os primeiros em população faminta. O Nordeste tem mais de 10 milhões de flagelados crônicos

# A FOME Cresce a população. E cai a produção

fras em dólares, para pagamento da dívida externa.

### OS NANICOS

O achatamento dos salários do trabalhador, que atingiu também a classe média,

é uma forma de fazer com que a população consuma menos. Segundo o economista Edgard Luiz Alves, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos), de São Paulo, 72 a 75

por cento da população brasileira são "potencialmente desnutridos", ou seja, não comem quase nada ou comem muito mal.

O mesmo Alves lembra que esta população faminta, que perde anualmente milhões de crianças mortas pela subnutrição, está inclusive reduzindo sua estatura. É a geração de nanicos, que pode ser vista não só no Nordeste, mas também em outras regiões do país. O próprio Exército — segundo o economista — se defronta a cada ano, no momento de selecionar recrutas, com jovens cada vez mais baixos e desnutridos. Na base disso tudo está a concentração da propriedade, da renda, dos benefícios sociais, estimulada como nunca no Brasil nos últimos 20 anos.

Por tudo isto, o Brasil não pode se vangloriar muito pelo fato de ser o quarto maior exportador mundial de alimentos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, França e Países Baixos. Este também é o país que, apesar de tanto exportar alimentos, está em sexto lugar em população gravemente desnutrida, perdendo somente para nações atrasadas e miseráveis, como a Índia, Indonésia, Bangladesh, Paquistão e Filipinas.

### O NORDESTE

Mais de 30 milhões de brasileiros, de uma população total de quase 130 milhões, são considerados desnutridos, e residem em todas as regiões do país, onde a fome aumenta ano a ano. Mas o Nordeste concentra o maior número de marginalizados, com pelo menos 10 milhões de pessoas que vivem no chamado Polígono das Secas e perambulam sem terra, sem emprego e sem comida, como permanentes flagelados.

Nesta região do Polígono, onde residem 70 por cento da população nordestina, é que proliferaram desde a década de 70 as frentes de emergência, durante os períodos de seca. Milhares de trabalhadores, recebendo migalhas em dinheiro, ajudam assim a construir açudes e a adiar uma solução para o Nordeste, que tem toda a sua miséria estreitamente ligada à questão da posse da terra. Foi assim, com programas de "emergência", que o governo gastou bilhões de cruzeiros nestas frentes, privilegiando sempre os latifundiários, que desviavam recursos de crédito subsidiado, exploram trabalhadores, corrompem e matam.

Taxas de crescimento da produção agrícola brasileira. (em %)				
Produto	1960/69	1967/76	1970/79	
Mercado Interno	Arroz	3,20	- 2,47	1,46
	Feijão	5,37	- 1,93	- 1,90
	Mandioca	6,05	- 1,86	- 2,09
	Milho	4,74	- 3,55	1,75
	Batata	4,34	1,34	3,73
	Cebola	3,87	4,77	9,27
	Soja	16,31	35,03	22,47
Mercado Externo	Laranja	6,01	12,73	12,57
	Cana-de-açúcar	3,63	5,10	6,30
	Fumo	5,30	-	6,16
	Cacau	2,55	-	3,73
	Café	7,10	- 6,34	- 1,54
	Amendoim	5,89	- 6,80	- 12,06
Algodão	1,51	- 1,99	- 4,41	
Trigo	6,43	13,94	6,89	

Fonte: Cálculos de Fernando Homem de Melo com dados da FIBGE.

### PRODUÇÃO NACIONAL DE ALIMENTOS BÁSICOS (em 1.000 toneladas)

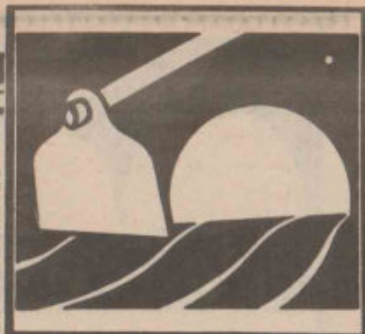
Produtos	1980	1983	Varição %
Arroz	9.776	7.750	- 20,72
Feijão	1.968	1.587	- 19,36
Mandioca	23.466	21.746	- 7,33
Milho	20.372	18.744	- 7,99

### PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS POR HABITANTE

Produtos	1980: 118.003 mil habitantes		1983: 120.173 mil habitantes		Varição %
	Produção 1.000 ton	Produção média kg/hab	Produção 1.000 ton	Produção média kg/ha	
Arroz	9.776	82	7.750	62	- 24,39
Feijão	1.968	17	1.587	13	- 23,53
Mandioca	23.466	197	21.746	174	- 11,68
Milho	20.372	171	18.744	150	- 12,28

Fonte: FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)





# A AMÉRICA LATINA Muitos recuos, poucos avanços

Os programas de reforma agrária implantados sem sucesso, em muitos países da América Latina, surgem com freqüência no meio de manifestações contrárias ao plano que o governo pretende agora executar no Brasil. O argumento é mais ou menos este: a reforma não deu certo para os outros, e não dará certo aqui. Um levantamento realizado pelo economista Ricardo Rondinel, da Universidade de Ijuí, mostra que realmente as tentativas de mudança na estrutura fundiária de muitos países quase sempre resultaram em fracasso. Mas não é por aí que irá se concluir, por antecipação, que o mesmo acontecerá no Brasil.

Rondinel analisou reformas ou políticas agrárias, que nem sempre implicam em alterações no quadro fundiário, do Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, Peru, México, Nicarágua e República Dominicana. A maioria destes países tem coisas em comum. São nações pobres ou em desenvolvimento, das américas do Sul e Central, que passaram a merecer a atenção dos Estados Unidos, especialmente durante a década de 60. Os americanos, dispostos a alargar as fronteiras do capitalismo, ditam receitas de "desenvolvimento" a estes países, com o apoio de seus governos militares.

## "ALIANÇA"

Este plano é previsto, por exemplo, na "Aliança para o Progresso", que prega a modernização da agricultura, e inclui a reforma agrária entre as medidas que iriam permitir uma ampliação do mercado para o capital estrangeiro na América Latina. O "desenvolvimento" pregado pelos Estados Unidos leva em conta, é claro, os aspectos econômicos, e relega a um segundo plano — ou nem mesmo considera — as questões sociais. Os EUA queriam, afinal, viabilizar pelo capitalismo as nações pobres, com reformas que esvaziassem movimentos socialistas, aumentassem a produção no campo e criassem um mercado cativo para o capital e a tecnologia americana.

Não é por coincidência que isso ocorre no início dos anos 50, pois a reforma agrária e outros resultados da revolução cubana de 1959 poderiam provocar o crescimento dos movimentos populares na América Latina. "As reformas agrárias — afirma Rondinel — foram medidas que tentavam acalmar os movimentos insurgentes e a guerrilha rural, e pretendiam modernizar os grandes latifúndios exportadores, para aumentar a produção e a produtividade". São poucos os exemplos de reformas que mexeram de fato nos latifúndios

desses países, onde persiste a concentração da terra.

## OS GOLPES

Os programas implantados, mesmo que pudessem provocar algumas mudanças no campo, eram interrompidos por golpes militares e por contrarreformas. Além disso, os governos apenas distribuía terras, geralmente recorrendo às áreas menos produtivas, sem assegurar o mínimo de apoio necessário, com infra-estrutura, crédito e assistência aos agricultores. O fracasso desses programas oferece pelo menos, segundo Rondinel, uma advertência agora aos brasileiros: "O futuro da reforma agrária depende da organização e do nível de conscientização do agricultor".

O levantamento feito pelo economista, que é peruano e reside desde 1980 no Brasil, foi publicado num boletim editado pela Criaec — Central Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas, da Unijuí. Ele se baseia em informações de organizações agrárias independentes da América Latina, apresentadas no Encontro de Trabalho do Centro de Estudos para o Desenvolvimento da América Latina (Cedal), realizado em 1983, na França. Abaixo, uma síntese da situação de cada país.



Rondinel: quase nada mudou no continente

## COSTA RICA

Este país não possui Exército desde 1948. É uma das chamadas "repúblicas bananeiras", por ser grande exportador de bananas. Está tomado de multinacionais, como todos os outros, e também como os demais dedica suas piores terras aos produtos para o mercado interno. Em 1961, o governo criou a Lei do Instituto de Terras e Colonização (ITCO), depois transformado em Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA). É uma espécie de INCRA, que atua como mediador entre proprietários e posseiros. O minifúndio ocupa apenas 2 por cento da área agricultável da Costa Rica.

O IDA compra terras de fazendeiros e as revende a agricultores, mas interfere apenas em regiões onde há conflitos. Este instituto atua muito mais como "bombeiro", segundo Rondinel, do que como órgão capaz de realizar uma reforma agrária. Há na Costa Rica a Federação Nacional Campesina, que tenta estabelecer alianças entre agricultores e operários da cidade, entendendo que esta é a única saída para solução da questão agrária.

## GUATEMALA

Quase 70 por cento da população da Guatemala é constituída de índios descen-

des dos Maias, e 20 dialetos são falados no país. A maior parte (60 por cento) reside no campo, e mais da metade se encontra em situação de extrema miséria. A exploração da terra por grandes grupos não só é estimulada pelos militares, mas também serve a eles. Muitos oficiais são proprietários rurais na Guatemala, onde o Exército dispõe de um banco comercial. Dois por cento dos estabelecimentos rurais controlam 72 por cento da área total do país.

A única tentativa de reforma agrária ocorreu a partir de 1951, no governo do coronel Jacobo Arbenz Guzmán, de tendência nacionalista. Ele desapropriou inclusive terras de estrangeiros, mas não suportou muito: foi derrubado em 1954, por outro coronel. Os agricultores estão organizados hoje em torno do CUC — Comitê de Unidade Camponesa, que se agrupa a outros grupos revolucionários. Desde 1964 os guatemaltecos vivem em estado permanente de guerra civil.

## EQUADOR

O Equador teve duas reformas agrárias, durante os governos do almirante Ramón Castro Jaiáen e do general Guillermo Rodríguez Lava. A primeira foi iniciada em 1964, e a segunda em 1973. As reformas fizeram com que houvesse um crescimento

do número de médias propriedades, mas a concentração da terra persistiu. Dois por cento das propriedades rurais concentram 48 por cento das terras, onde são plantados café, cacau e banana para exportação. O minifúndio, com apenas 7 por cento da área total, ocupa as piores terras do país.

O presidente Lava foi derrubado em 1976, mas em 1979 acontece a redemocratização do país, sob forte mobilização popular. Há uma integração entre operários e agricultores através da Frente Única de Trabalhadores, e a luta pela reforma agrária continua. No Equador, assim como acontece hoje no Brasil, os agricultores sem-terra querem que se limite a propriedade, com áreas mínimas e máximas. Também no Equador as terras indígenas são utilizadas para reduzir as pressões no campo.

## CHILE

A reforma agrária no Chile foi iniciada no governo do presidente Eduardo Frei Montalva (1964-1969), do partido Democrata Cristão, de centro, e seguia as recomendações da "Aliança para o Progresso". Em 1970, a reforma é implementada pelo novo presidente, Salvador Allende, eleito por uma coligação de partidos de esquerda, para o primeiro governo socialista da América do Sul. Mas em setembro de 1973,

Allende é deposto e morto por um golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet, até hoje no poder.

As reformas de Montalva e Allende atingiram 10 milhões de hectares, que correspondiam a 40 por cento da área agricultável do país. Após o golpe, os militares passaram a devolver as terras aos seus antigos donos: 30 por cento foram entregues aos ex-proprietários; 33 por cento foram divididos em pequenas parcelas e distribuídos a agricultores; e 37 por cento foram destinados a fazendas modernas para culturas de exportação. Apesar disso, a média propriedade ocupa a maior parte da área do Chile, onde o latifúndio deixou de ser predominante. Mas o processo de concentração da terra volta a ocorrer. Os agricultores do Chile estão organizados na CNC — Comissão Nacional Camponesa, e continuam lutando contra uma das últimas e mais feroces ditaduras da América Latina.

## PERU

A guerrilha rural, que agitou o país em 1965, fez com que o governo do presidente Fernando Belaunde Terry, um civil eleito pelo voto, anunciasse uma reforma agrária no Peru. Mas a reforma não mexeu na estrutura fundiária, enquanto a organização popular continuava a crescer. Em



1968, Terry foi derrubado por um golpe militar, que tentava impedir o avanço da guerrilha. Os militares nacionalizaram o petróleo e se comprometeram a construir uma sociedade que não fosse nem capitalista nem comunista". O presidente, general Juan Velasco Alvarado, falava em revolução "humanista, socialista e cristã".

Em 1969, foi implantada a reforma agrária, que desapropriou grandes fazendas, transformadas depois em cooperativas de produção. Em 10 anos de reforma, 30 por cento das terras foram desapropriadas (10 milhões de hectares), e 350 mil famílias beneficiadas. Mas não houve apoio de infraestrutura, crédito e assistência, e a reforma fracassou. Em 1980, Belaunde Terry voltou ao poder, e passou a devolver as terras aos seus antigos donos. A luta dos agricultores é conduzida pela Confederação Campesina do Peru. O governo tenta combater hoje o terrorismo do grupo Sendero Luminoso, de esquerda, que apavora não só quem está no poder, mas também os camponeses, com ações alucinadas e inexplicáveis que incluem o massacre de aldeias.

## MÉXICO

A luta pela terra no México tem história. Vem desde a revolução liderada por Emiliano Zapata e Francisco Villa, na época da ditadura de Porfírio Díaz (1876 a 1909). Em 1934, o presidente Lázaro Cardenas implanta a reforma agrária, que abrange apenas as terras quase imprecisas. Esta reforma permanente não alterou em nada a estrutura fundiária. No México, há uma ditadura civil de partido único, o PRI - Partido Revolucionário Institucional. O governo controla a economia, os sindicatos e outras formas de organização popular.



Os agricultores sempre receberam as piores terras e não tiveram apoio

Há hoje no México em torno de 3 milhões de agricultores sem terra, enquanto 1,1 por cento das propriedades concentram 60 por cento da área total. Os agricultores estão organizados na Central Independente de Operários Agrícolas e Camponeses - CIOAC, que formou comitês agrários para lutar pela terra. A legislação no México permite que os latifundiários recorram ao governo, para pedir a anulação de desapropriações. A exemplo do Brasil, este país se enterrou numa dívida externa impagável e pediu moratória em 1982.

## NICARÁGUA

Desde 1936 a Nicarágua era governada pela ditadura da família Somoza, derru-

bada por uma revolução popular em 1979. Os Somoza eram donos de 20 por cento das terras agricultáveis do país e das 26 maiores empresas industriais. A revolução sandinista entregou à população as terras dos latifúndios, e hoje 23 por cento da área total - que é a parte expropriada - são explorados de forma coletiva. Mesmo assim, são mantidas na Nicarágua as propriedades particulares (individual), que ocupam pequenas áreas e são produtivas.

Com a reforma agrária e outros programas sociais, a Nicarágua conseguiu aumentar a produção, reduzir o analfabetismo e o desemprego e melhorar o nível de vida da população, especialmente no que se refere à saúde. Mas o sucesso da revolução nicaraguense ameaça interesses americanos e pode servir de "mau exemplo", conforme a visão dos Estados Unidos. É por isso

que, como ocorreu após a revolução cubana, os americanos tentam vender a idéia de que a Nicarágua está sob ditadura, mesmo que seu presidente, Daniel Ortega, tenha sido eleito pelo voto. Os EUA repassam recursos aos guerrilheiros anti-sandinistas, e o presidente Ronald Reagan já anunciou que vai acabar com este "mau exemplo".

## R. DOMINICANA

Também este país é governado numa sucessão de golpes. Em 1961, caiu a ditadura trujillista, e o presidente civil Ivan Bosch chegou ao poder, implantando reformas, entre as quais a agrária, mas ficou apenas sete meses no governo. Como acontecia na Nicarágua, também na República Dominicana havia o "império de Leónidas Trujillo", o ditador, que controlava 50 por cento das terras agricultáveis e as grandes empresas e possuía seu próprio banco. O ditador era o dono do país, desde 1930.

A reforma agrária dos militares que tomaram o poder distribuiu 7,5 por cento das terras agricultáveis, mas beneficiou apenas 12 por cento dos agricultores sem-terra. A concentração da propriedade rural continua, com 1 por cento dos estabelecimentos controlando 45 por cento da área total. As fazendas do país utilizam como mão-de-obra muitos trabalhadores do vizinho Haiti, que são vendidos em dólares aos latifundiários da cana-de-açúcar. Desde 1979 existe o Movimento Campesino Independente - MIC, que congrega os pequenos agricultores. Também na República Dominicana há desalojados pela construção de barragens, e na década de 70 o rebanho suíno foi eliminado porque havia sido atacado por uma "peste".

# O DESAFIO Uma fachada social

"A reforma agrária é hoje um desafio ao capitalismo, para que ele assuma no Brasil uma feição social". A frase é do assessor de Comunicação e Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cotrijui, Walter Frantz. Para ele, está longe o tempo em que qualquer proposta de mudança na estrutura fundiária era confundida com idéias socializantes. "A reforma que se propõe hoje é capitalista, e surge num momento em que não mais é possível a convivência do latifúndio com uma economia moderna".

Walter é também professor da Universidade de Ijuí, com doutorado em Sociologia Rural na Alemanha. É de família de agricultores, sempre conviveu com moradores do meio rural e conhece o comportamento de quem trabalha na terra. Por isso, está certo de que mesmo na década de 60, quando se falava em reformas de base no Brasil, nunca esteve clara a tendência de se conseguir transformações no país sob uma visão socialista. "Não havia nem mesmo - lembra ele - uma situação concreta que levasse a este tipo de discussão".

### POR CONTA

Para ele, "as reformas poderiam significar avanços, para a modernização do país, mas sempre pela via capitalista, pois seriam democratizantes, e não socializantes". No caso dos agricultores que reclamavam mudanças, por exem-



Walter: Estatuto esvaziou a luta

plo, ficava ainda mais evidente que o apelo socialista inexistia. "Eles queriam terra para plantar e participar de uma economia de mercado", afirma Walter. A intermediação feita pelos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, de que poderia estar em marcha um processo revolucionário, ou de mudanças profundas no país, contribuiu para que, mais tarde, se tentasse justificar o golpe como reação ao "comunismo".

Walter lembra que, após 1964, os grupos que assumiram o poder no Brasil chegaram a pensar na reforma agrária, para conter pressões e modernizar a agricultura. Mas logo ela foi deixada de lado, pois muitos diziam que "a reforma aconteceria por conta, sem interferências, por causa das grandes extensões de terras ainda não ocupadas". Isso não

ocorreu, mas a fronteira agrícola passou a ser ampliada, surgiram as colonizações, e as migrações foram mantidas sob controle. A modernização, com máquinas, insumos e crédito, viabilizou a empresa rural que produz para exportar. E a reforma agrária foi esquecida na gaveta.

### FACHADA SOCIAL

O Estatuto da Terra, surgido em 64, mantém - ao mesmo tempo - a expectativa de que as mudanças na estrutura fundiária ainda poderiam acontecer. "Com o Estatuto, o governo não elimina a esperança dos agricultores", conta Walter, ressaltando que esta lei serviu, na verdade, durante todo este tempo, para auxiliar no esvaziamento da luta pela terra. Hoje, a reforma é inadiável, para que, segundo ele, surja finalmente "a fachada social do capitalismo".

Walter compreende a reação dos latifundiários à reforma, pois alguém sairá perdendo, mas lembra que seus resultados, no conjunto, deverão fortalecer o modelo capitalista. "O modelo precisa provar hoje que é viável, depois de desculpar-se pela marginalização de 70 por cento da população brasileira". Com a reforma, ele acredita que será ampliado o debate em torno de toda a questão agrária, e não só da terra, para que a produção seja diversificada e a agricultura produza também para o mercado interno.

## Mudanças "na lei ou na marra"

Muitos gaúchos talvez nunca tenham ouvido falar de Francisco Julião ou de Dom Pedro Casaldáliga. Julião foi o líder das ligas camponesas do Nordeste, na década de 60. E Dom Pedro é bispo em São Felix do Araguaia, no Mato Grosso, uma das regiões onde os conflitos pela terra são mais intensos no país. Os dois serão sempre lembrados como diretamente envolvidos nas questões agrárias, em defesa dos sem-terra, assim como tantos outros nomes ligados especialmente à Comissão Pastoral da Terra, da igreja católica. Mas se os gaúchos não conhecem Julião e Dom Pedro, o Brasil todo sabe quem é Leonel Brizola.

Brizola foi o único político de projeção nacional a assumir, nos anos 60, a defesa da reforma agrária como apelo para um movimento revolucionário. Outros, como Miguel Arraes, que na mesma época (fim dos anos 50 e início dos anos 60) governava Pernambuco e hoje é deputado federal do PMDB, teriam feito a mesma pregação. Mas Arraes não tem hoje a projeção de Brizola, e nunca "agitou" tanto como o cunhado de João Goulart, que atualmente governa o Estado do Rio.

No dia 13 de março de 1964, no Rio, no último comício de Jango antes do golpe militar, Brizola pediu a reforma agrária "na lei ou na marra". Na época, ele era deputado federal pelo Rio. Antes, como governador do Rio Grande do Sul, Brizola já havia falado muito na reforma, e antigos políticos contam que ele deve ter feito mais de 100 discursos sobre o assunto. O então governador implantou também projetos para assentamento de famílias no Estado.

### O LEVANTE

Foi Brizola quem liderou a Campanha da Legalidade, que garantiu a posse de Jango após a renúncia



Brizola: o discurso é outro

de Janio Quadros, em 61. Também foi Brizola quem formou os Grupos de Orze, que serviriam de base para um partido revolucionário no Brasil. Em 1963, o então deputado federal anunciou, para a imprensa estrangeira, que havia um "clima de insurreição popular no país". Ele contava com os agricultores para que o levante ocorresse, caso houvesse golpe militar, como já se pressentia.

Mas os militares tomaram o poder em 1964, e Brizola refugiou-se depois no Uruguai. Foi no exílio que ele recebeu a notícia do fracasso da insurreição comandada pelo coronel Jefferson, seu amigo, que juntou um grupo de agricultores e tomou um rádio em Três Passos, para ler "um manifesto a nação". Jefferson queria iniciar a revolução, mas nada deu certo, e anos depois acusou Brizola de ter arquitetado o plano e saltado fora na última hora. Brizola nega até hoje participação nesta tentativa de levante.

Pois agora, no dia 12 de junho, o governador do Rio mandou um recado ao presidente José Sarney, através do líder do PDT na Câmara, deputado Bocayuva Cunha. A recomendação de Brizola foi resumida a esta frase dirigida a Sarney: "Vai mais devagar". O líder trabalhista acha que as perspectivas abertas pela Nova República não podem tropeçar nas reações que radicalizem o debate em torno da questão da terra. "A preocupação do governador - disse o deputado - é porque ele já viu este filme antes. A reforma agrária derrubou João Goulart". Segundo Bocayuva, o presidente "arregalou os olhos e acenou com a cabeça".





**Cresce a migração em direção às cidades, esgota-se a fronteira agrícola, a economia entra em recessão. É a hora da reforma**

A reforma agrária proposta pela Nova República terá como base o mesmo Estatuto da Terra, surgido em novembro de 1964, por iniciativa do marechal Castello Branco. Pode parecer estranho que este instrumento seja agora desenterrado, quase 21 anos depois, num momento em que a nação se mobiliza na tentativa de corrigir falhas cometidas pelos governos das duas últimas décadas. Afinal, como é que uma lei elaborada logo após um golpe militar pode servir hoje ao país? E por que esta lei ficou tanto tempo engavetada?

O professor Argemiro Jacó Brum, que leciona na Universidade de Ijuí — Unijuí, vê muitas coincidências entre os momentos em que o Estatuto da Terra surge, em 1964, e agora quando ele é desengavetado. E é claro que estas coincidências têm explicações. Uma delas é de que também agora, como ocorreu há 21 anos, o governo vê a questão agrária como parte da economia que está a exigir reformas. É assim que o modelo econômico será reciclado, atualizado, para que, com algumas arrumações, o capitalismo se “modernize” e não seja ameaçado.

Argemiro relembra que a luta pela terra ganhou corpo no Brasil a partir do final da década de 50, quando se consolida o início da modernização na agricultura. No Nordeste, surgem as Ligas Camponesas, comandadas por Francisco Julião, que promovem a invasão de terras e servem de pretexto para que se fale na ameaça do comunismo. No Rio Grande do Sul, forma-se o Movimento dos Agricultores Sem-Terra, o Master, e a Igreja adere à organização dos agricultores, em 1961, com a Frente Agrária Gaúcha, a Fag.

#### UMA BANDEIRA

Essa mobilização passou a evoluir, no Rio Grande do Sul, em 1959, quando Leonel Brizola assume o governo do Estado, que — segundo o professor — “põe fermento na massa”. É por aí que os Estados, com autonomia para decidir sobre questões agrárias, tentam implantar seus projetos de reforma no campo. “A Igreja, que têm suas bases no meio rural, tenta marcar presença, para não ser atropelada pelo movimento e conquistar simpatias”, conta Argemiro. Ele ressalta que os atuais sindicatos de trabalhadores rurais têm origem nessa campanha pela terra, assim como alguns sindicatos urbanos. Também no Nordeste os bispos e padres progressistas reforçam o movimento.

Entre 1962 e 1963, estimulada pela presença de João Goulart no governo, após a renúncia de Jânio Quadros, é desfraldada no país a bandeira das reformas de base. A mobilização urbana anda lado a lado com a mobilização rural. “A discussão é emocional, com muitas palavras de ordem. Fala-se em reforma agrária na lei ou na marra. A bandeira das reformas abriga operários, agricultores e parte da classe média, que exigem o fim do latifúndio rural e urbano, habitação, participação nos lucros das empresas, melhoria no ensino e outros benefícios sociais.

#### JANGO TENTOU

Em 1962, João Goulart tentou fazer, a nível federal, o que alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, com Brizola, chega-



Na década de 60, o governo percebe que pode modernizar sem reformas. E o pequeno agricultor fica de fora da modernização

## O MODELO

# Perde os anéis, mas não perde os dedos

ram a realizar isoladamente, com desapropriações de terras. Jango anunciou que iria propor ao Congresso Nacional a alteração do artigo 146 da Constituição de 1946, que previa a indenização “prévia, justa e em dinheiro” dos proprietários de terras desapropriadas. Com a eliminação do artigo, o governo ficaria livre das indenizações, que encareceriam qualquer programa de mudança na estrutura fundiária.

A idéia de Jango não evoluiu muito, pois provocou reações. Somente pouco antes de ser derrubado, em 31 de março de 1964, ele assinou um decreto determinando a desapropriação de áreas que margeassem, em até 10 quilômetros, os açúdes, as rodovias e as ferrovias federais. Muitos entendem, até hoje, que esta foi a gota d’água que fez com que os militares, apoiados pelos grandes grupos nacionais e multinacionais — e também pelos latifundiários —, chegassem ao poder.

#### IDÉIA “COMUNISTA”

“Na época em que João Goulart assinou o decreto — conta Argemiro — estava sendo aberta a BR-285. Muitos colonos foram advertidos, pelos que temiam a reforma agrária, de que perderiam suas terras”. Este tipo de ameaça, que rondava os pequenos agricultores, fazia parte do esquema montado para espalhar boatos e impedir a reforma. As advertências vinham também acompanhadas, quase sempre, de que a reforma abriria caminho para o comunismo.

“A terra — diz o professor — é uma extensão da própria pessoa que trabalha nela e vive dela. O colono assumia consigo mesmo um compromisso de que somente seria pai por completo se assegurasse um pedaço de terra a seus filhos”. O “comunismo”, que viria atrás da reforma agrária segundo os boatos, iria tirar do agricultor o sonho de garantir aos filhos essa herança. Afinal, continuar na terra era — e continua sendo para muitas famílias — a única alternativa para continuar vivendo.

#### OS MILITARES

Mas 8 meses após a queda de Jango, a

bandeira da reforma agrária se via empunhada pelos militares, enquanto as outras reivindicações eram deixadas de lado. “O governo tenta conquistar simpatias, ou pelo menos diminuir antipatias”, afirma Argemiro Brum. Ao mesmo tempo, com o Estatuto da Terra, Castello Branco pensa em modernizar a agricultura, numa época em que este era um apelo vindo dos Estados Unidos (veja matéria nas páginas 12 e 13). Os militares uniam assim o útil ao agradável, freando o movimento dos sem-terra e passando um verniz na estrutura fundiária.

O Estatuto da Terra, que poderia não ser muito avançado, previa desapropriações e mudaria o perfil da propriedade no campo, se tivesse sido levado em conta. Mas com o esvaziamento das lutas populares, o governo assumiu a paternidade pela idéia da reforma, e só criou expectativa. Houve perseguição às lideranças da cidade e do campo, e os agricultores e os operários perderam sua capacidade de organização. A promessa ficou na promessa, como algo permanente, para manter a ilusão de que a reforma viria mais cedo ou mais tarde.

Em 1967, após a morte de Castello Branco, seu substituto, Arthur da Costa e Silva, vem ao Rio Grande do Sul, em caravana. A imprensa noticia que ele irá anunciar a implantação da reforma agrária no país, iniciando pelo Rio Grande do Sul. Costa e Silva desembarca em Porto Alegre e se reúne com lideranças rurais, que falam em nome dos grandes proprietários. O general muda de idéia, não anunciando coisa alguma. O governo passa então a se convencer de que pode modernizar a agricultura sem mexer na propriedade.

#### NOVOS ALIADOS

No fim da década de 60 a modernização é impulsionada e viabilizada a empresa rural, com muito crédito subsidiado e um modelo exportador. São retomados os projetos de colonização. As migrações vão sendo absorvidas pelo Centro e Norte do país. E, para completar, acontece o chamado “milagre econômico”, do início dos

anos 70, com o fortalecimento da indústria e do comércio, que permite abrigar nas cidades partes das levas de expulsos do campo. Com este conjunto de fatores favoráveis, o governo conclui que a reforma agrária é dispensável, desde que os conflitos no campo e a marginalização se mantivessem em níveis suportáveis.

Hoje, o quadro é outro, e a aliança entre as burguesias urbana e rural passa a ser revista. A fronteira agrícola já não é tão larga, as cidades estão cheias de marginalizados, a economia atingiu a estagnação. “A forma mais barata de se gerar empregos é democratizar o acesso à terra”, diz Argemiro. É a saída para que o modelo econômico possa contar com um maior número de aliados, com os novos proprietários rurais que surgirão com a reforma, aumentando a produção agrícola, ampliando a produção industrial, melhorando o nível de emprego nas cidades. E assim que, nessa nova etapa da aliança entre as burguesias urbana e rural, o latifúndio pode perder os anéis para que o capitalismo não perca os dedos.



Argemiro: o governo quer novos aliados



## Muitos gaúchos estão em dúvida: haverá mesmo Reforma Agrária no Rio Grande?

O Rio Grande do Sul tem 9 milhões e 83 mil hectares de latifúndios por exploração, de um total de 24 milhões e 937 mil hectares cadastrados no Estado. Estes 9 milhões de hectares são mal explorados e ocupam 22,61 por cento da área total. É terra aos montes, passíveis de desapropriação, e neste bom pedaço de chão é que o INCRA se baseia para dizer que há condições para se implantar a reforma agrária em solo gaúcho. Mas será que o Rio Grande do Sul estará mesmo entre os Estados que terão sua estrutura fundiária alterada?

Até agora, tudo é muito vago, com relação à reforma no Estado, mas há motivos para a preocupação dos sem-terra. Acontece que não só os fatores técnicos, mas também os políticos, são desfavoráveis aos gaúchos. O agrônomo Claro Freitas, que atua desde 1967 na Divisão de Planejamento da delegacia do INCRA em Porto Alegre, é um otimista, pois acredita na aplicação do programa em terras gaúchas. Mas não deixa de reconhecer que isso não será muito fácil.

### PRIORIDADES

O programa proposto pelo governo prevê prioridades para desapropriação em zonas sob tensão, em áreas de conjugação de minifúndios e latifúndios, onde exista grande número de sem-terra, onde há obras públicas (como açudes) e em regiões com boa infra-estrutura (estradas, armazéns, etc). Com essas condições, é certo que a prioridade será dada ao Nordeste e a áreas do Centro e Norte do país. O Rio Grande do Sul seria favorecido, no máximo, pela sua infra-estrutura, pois tem um bom número de famílias sem terra ou com pouca terra, calculado em 150 mil, mas que não pesa tanto considerando-se o total do país, de 10 milhões de famílias.

O Estado também não tem focos permanentes de tensão e tampouco grandes obras públicas que possam beneficiar assentamentos. E, para completar, não há no Rio Grande do Sul situações "graves" criadas por regiões onde existam, ao mesmo tempo, minifúndios e latifúndios. Claro Freitas admite tudo isso, mas acha que é preciso levar em conta os 9 milhões de hectares dos latifúndios por exploração, e que existem no Estado mais de 2 milhões de hectares que nada produzem. Estas áreas estão espalhadas, mas se concentram muito mais na região da Campanha, abrangendo também o Planalto Médio, parte das Missões e a Depressão Central. São terras localizadas, em sua maioria, em zonas de campo nativo.

### CAMPO RALO

Esses campos são, geralmente, pouco recomendados para a agricultura, e aí surge o problema técnico. Nas áreas de criação de gado (bois e ovelhas), o pasto é ralo, por causa das condições do solo, e muito se fala em escala de produção. Isso quer dizer, em síntese, que a atividade só é viável em grandes áreas, que não podem ser fracionadas. O presidente da Farsul, Ari Marimon, diz que os campos suportam uma cabeça de boi por hectare, ou no máximo uma e meia. Esse detalhe técnico se alia ao aspecto político para ameaçar a Reforma Agrária. Não haveria, por parte do governo, a intenção de entrar em choque com o criador rural tradicional, principalmente em Estados onde sua influência é histórica e expressiva, como o Rio Grande do Sul. Além disso, muitas propriedades, que poderiam ser desapropriadas, até anos atrás, foram enquadradas, a partir de 1980, como empresas rurais, e não são atingidas pela reforma (veja o quadro nesta página).

### APENAS NÚMEROS

Claro Freitas não comenta os aspectos políticos envolvidos no debate em torno da reforma agrária, mas tem mais para contar. Ele está certo de que o INCRA irá



Claro: onde estarão mesmo os latifúndios improdutivos?



Grechi: a agricultura não precisa ser empresarial

# OS GAÚCHOS E quem diz que sai?

descobrir muita coisa que ainda não sabe, se cumprir com a fiscalização recomendada pelo programa. Na confrontação dos cadastros em seu poder com a realidade do campo, é provável que surjam muitas áreas passíveis de desapropriação, além das apuradas até agora em números. Afinal, o INCRA dispõe apenas de dados cadastrais, pois não sabe nem onde estão essas terras de latifúndios e improdutivas.

"O papel aceita tudo", diz o agrônomo, referindo-se aos cadastros. Ele lembra

que cada Estado terá seu plano de reforma, que só será bem feito se houver uma atualização dos dados disponíveis, para que se saiba a localização exata do latifúndio e sua real situação. Este trabalho no Estado pode ser iniciado em setembro, se o programa nacional estiver pronto em agosto. A delegacia regional do instituto tem 150 funcionários, mas deverá contratar mais gente para realizar o levantamento e a fiscalização. Até lá, haverá muitas indagações sem resposta.

### MANIPULADOS

A preocupação dos sem-terra, que não sabem ainda se poderão ser beneficiados pela reforma, já chegou à Fetag - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul. Ali, o assessor da direção, Severino Grechi, conhece como poucos os labirintos das questões fundiárias no Estado. Para ele, já não é novidade que o quadro geral da propriedade da terra no Rio Grande do Sul não pode ser avaliado com base nos dados do INCRA. Afinal, o próprio instituto reconhece que seus cadastros não espelham a realidade, por terem sido manipulados.

"É muito fácil transformar-se um latifúndio em terra produtiva", diz Grechi, que sabe do enquadramento de extensas áreas como empresas rurais, sem que apresentem condições para isso. Segundo ele muitos proprietários tornam suas terras úteis através de arrendamentos, omitindo, nos cadastros, que parte das áreas são cedidas a terceiros. Afinal, segundo dados da Fetag, 50 por cento das áreas com soja e 70 por cento das áreas com arroz são ocupadas através de arrendamentos no Estado.

### E O LADO SOCIAL?

Neste caso - segundo Grechi - os arrendamentos são exemplos de que "o que prevalece sempre é o aspecto econômico, e não o social". Ele acredita que muitas das áreas arrendadas, e que poderiam entrar nas desapropriações, seriam bem mais produtivas e cumpririam melhor sua função social se ocupadas por várias famílias. Além disso - diz ele - essa produção seria mais diversificada, com alimentos destinados ao consumo da população, como milho, feijão, mandioca e outros. Grechi não está ao lado dos que entendem que a agricultura hoje só é viável se explorada de forma empresarial.

Ele concorda com o agrônomo Claro Freitas, quando este diz que as terras passíveis de desapropriação no Rio Grande do Sul podem estar além dos 9 milhões de hectares dos latifúndios por exploração. "Mas nós só poderemos ter informações exatas e implantar a reforma, se toda a sociedade participar desta discussão", afirma Grechi. Ele lembra que há provas contra os que defendem apenas a agricultura empresarial, citando estes dados: a propriedade de até 50 hectares produz no Estado 20 por cento do arroz, 99 por cento do feijão preto, quase 100 por cento da mandioca, 96 por cento do milho, 49 por cento da soja, 39 por cento do trigo e 77 por cento do leite.

Outros dados da Fetag dão uma idéia da situação do minifúndio, que tanto produz e tanto expulsa gente para as cidades e outras regiões. De 1970 a 1980, mais de 1 milhão e 360 mil pessoas deixaram o campo no Estado. Muitas delas estão hoje inclusive em outros países, como o Paraguai, que abriga perto de 1 milhão de brasileiros em sua faixa de fronteira. Ali, os gaúchos plantam soja, desde o início da década de 70. Mas a ilusão da terra paraguaia já deixa de existir, e muitos estão retornando, agora em busca de áreas no Mato Grosso do Sul.

### A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Imóveis (em ha)	Número de propriedades	%do total	Área que ocupam	%do total
Menos de 10	162.601	30,39	821.950	3,30
10 - 25	207.183	38,72	3.333.667	13,67
25 - 50	93.589	17,49	3.097.953	12,30
50 - 100	34.191	6,39	2.341.164	9,30
100 - 500	29.772	5,56	6.256.824	25,09
500 - 1.000	4.636	0,87	3.201.463	12,84
1.000 - 10.000	3.032	0,57	5.782.227	23,19
Acima 10.000	8	0,002	102.544	0,41
<b>Categoria</b>				
Minifúndio	335.575	62,72	3.567.311	14,30
Empresas Rurais	76.995	14,39	12.214.070	48,98
Lat. exploração	120.964	22,61	9.083.847	36,43
Lat. dimensão s/classificação	1.477	0,0002	10.360	0,04
		0,28	62.204	0,25
<b>Total</b>	<b>535.012</b>	<b>100%</b>	<b>24.937.795</b>	<b>100%</b>

Fonte: Estatísticas Tributárias/INCRA, com base nas guias emitidas pela delegacia/RS. 1984

## Crescem as empresas "fantasmas"

Imagine a Receita Federal sem um setor de fiscalização, para conferir as declarações de rendimentos dos contribuintes. Imagine as zonas de fronteira sem alfândega para impedir contrabandos. E imagine o órgão que cuida das questões da terra no Brasil sem alguém para dizer se são corretas as informações contidas nos cadastros rurais. A Receita tem controles e as fronteiras têm alfândegas, mas o INCRA não dispunha, até janeiro deste ano, de uma seção de fiscalização, por mais absurdo que isto possa parecer.

Os cadastros eram preenchidos com informações em que o produtor fornecia a área das propriedades, a lotação de animais, a produção e outros dados que nunca foram conferidos. Sem comprovação, os cadastros do INCRA se transformaram em arquivos de "fantasmas", e especialmente empresas rurais que, na verdade, não existem. Quem conta isso é o economista Gilberto Bampi, da diretoria do Sindicato da categoria no Rio Grande do Sul. Segundo ele, é por isso que muitos dados desses cadastros não são confiáveis, pois foram manipulados.

A manipulação acontece, na maioria dos casos, a partir de 1980, e explica porque os grandes "fantasmas" são as empresas rurais. Naquele ano, houve uma mudança na legislação tributária (Imposto Territorial Rural), com o

objetivo de beneficiar, com menores alíquotas, as propriedades realmente produtivas. Os imóveis com bons níveis de produção passam então a ser enquadrados como empresa rural, e contam com descontos de até 90 por cento no ITR. Além disso, ficam - segundo a lei - livres da ameaça de desapropriação pelo governo.

### E A PRODUÇÃO?

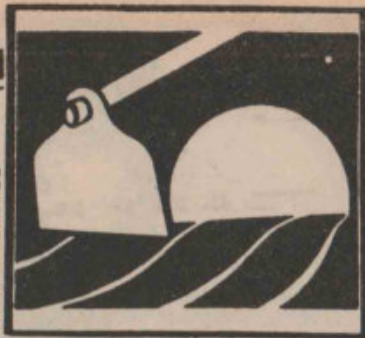
Com tantos privilégios, muitas áreas de latifúndios acabam se transformando em empresas rurais. Essas empresas ocupavam 1 milhão e 708 mil hectares no Estado, em 1978, e passaram em 1984 a ocupar 12 milhões e 214 mil hectares, num impressionante aumento de 615 por cento. O interessante é que, de acordo com a lei que define as categorias dos imóveis, as empresas rurais deveriam ser altamente produtivas. Só que, no caso do Rio Grande do Sul, apesar de tantas novas áreas assim cadastradas, a produção se manteve nos mesmos níveis nos últimos anos.

Para Gilberto Bampi, que se baseia em números oficiais do INCRA, está claro que a produção não cresceu porque muitos imóveis foram elevados à categoria de empresa rural sem terem condições para isso. Desde o segundo semestre do ano passado, antes de criar a sua seção de fiscalização, o INCRA já vinha exer-



Gilberto Bampi





## OS MIGRANTES Indo e vindo

### A família Cardoso foi e voltou duas vezes do Mato Grosso

A luta do seu Sezefredo Ferreira Cardoso, 65 anos, da sua mulher, a dona Mercedes, 58 anos, e dos 10 filhos, por um pedaço de terra, começou há uns 20 anos atrás, quando a família teve que se desfazer de meia colônia de terra dobrada, localizada no Lajeado do Tigre, em Tenente Portela, para tratar de problemas de saúde. Adoentado, seu Sezefredo deixou o comando da família nas mãos da dona Mercedes, que tão logo se desfez do pedaço de terra tratou de arrendar um lote de oito alqueires na reserva indígena do Toldo da Guarita, onde, ajudada pelos filhos, plantou de tudo um pouco por mais de 15 anos.

Da reserva indígena, a família Cardoso só saiu porque, segundo dona Mercedes, os índios começaram a brigar e a Funai pediu a terra aos arrendatários. "Mas plantei desde milho, feijão e soja na área dos índios, só que nunca nos sobrou um dinheirinho para comprar um pedaço de terra. Com o lucro a gente pagava o arrendamento da terra", conta ela. Sem terra para plantar e nem lugar para morar, dona Mercedes se inscreveu no Projeto de Colonização Intra-Cooperana, que tinha pela frente o ex-pastor de Tenente Portela, Norberto Schwants. E assim que vendeu todos os móveis, dona Mercedes e o resto da família se mudaram para o Mato Grosso do Norte, "mais propriamente para a 4a. Agrovila, a 180 quilômetros da cidade de Itaúba".

No Mato Grosso, nem tudo correu

como a família Cardoso tinha planejado. Apenas três dos filhos, "por serem maiores de idade", puderam ganhar terra. Dona Mercedes e os outros filhos menores, "porque o velho estava doente e eu não era viúva", não tiveram onde trabalhar. Juntou o pouco que ainda tinha e voltou para Tenente Portela, para morar com um filho casado. Conta que em Tenente Portela passou os três anos seguintes "dando murro em ponta de faca", até que a enxurrada de 1982, que apodreceu toda a soja na lavoura, fez com que dona Mercedes, mais uma vez, vendesse o seu fogão, cama, mesa e o resto dos móveis e se mudasse outra vez para o Mato Grosso do Norte.

— A gente sempre carregava a esperança de que alguma coisa pudesse mudar. Fui para o Mato Grosso pela segunda vez, cheia de esperanças.

Quando se preparava para receber três chacinhas, perto da 9a. Agrovila, dois dos filhos solteiros, que seriam os beneficiados com a terra, contraíram malária. Mais uma vez sem terra para trabalhar, com os filhos doentes e morando na casa de um filho casado, dona Mercedes achou que era hora de vir embora para Tenente Portela de vez.

#### TERRA ARRENDADA

Hoje ela, seu Sezefredo, dois filhos solteiros, um netinho e mais um filho casado, o Nilton, 30 anos, pai de dois filhos, moram juntos numa colônia de terra dobrada arrendada, onde plantam soja, milho, feijão, amendoim e batata-doce e ainda criam umas galinhas e uma vaca e trabalham com uma junta de bois emprestada. De cada 100 sacos de soja colhidos, eles pa-

gam 30 para o dono da terra, que é proprietário de mais duas colônias ali mesmo, em Linha Bonita. "Não sei ainda por quanto tempo vamos poder trabalhar nessa terra, diz a dona Mercedes, pois os filhos do seu Amadeu — o dono da terra — estão pensando em casar e, assim que o casamento sair, ele vai querer a terra".

Mas nem mesmo as frustrantes tentativas de comprar parcelas no Mato Grosso tiraram o ânimo da família Cardoso de um dia ter seu próprio pedaço de terra. "Para o Mato Grosso, diz a dona Mercedes, quero ver se não volto mais. Mas para ficar por aqui, ainda tenho muita força para continuar trabalhando". Já o Nilton, um dos filhos, se contentaria com pedaço de terra até no Mato Grosso.

#### QUE RUMO TOMAR?

"A gente não tem estudo, nem sabe ler, sempre trabalhou na terra, que outro rumo tomar? Tem que fazer força para continuar trabalhando na terra", diz Nilton. Ele acha que no Mato Grosso a situação não seria tão ruim para o agricultor, se não fossem as distâncias e a falta de capital para trabalhar na terra. "Essas colonizadoras que existem por aí não resolvem o problema de falta de dinheiro do produtor para ele dar andamento na terra que recebeu".

No início deste ano a família quase



Dona Mercedes, Nilton e os netos

comprou um hectare de terra, na Linha Bonita mesmo. O negócio só não saiu porque na última hora tiveram de usar o dinheiro para pagar um empréstimo no banco. "O triste de toda essa situação, lamenta dona Mercedes, é que tem tanta gente, aqui no Estado mesmo, com terra devalde, sem nada em cima. E do outro lado tem uma porção de agricultores com precisão de terra. Lá para o Mato Grosso não adianta colono pequeno arriscar. Os meus filhos, que ficaram por lá, já estão querendo voltar". Mas dona Mercedes, nos seus quase 60 anos e muita luta por um pedaço de terra, ainda não se dá por vencida. "Ainda vou plantar mudas de batata doce em terra própria".

## O EMPRESÁRIO

# Solução fora do Estado

### Luiz Antônio Chiapetta acha que a Reforma deve atingir terras de outras regiões

Foi justamente o avô, Carlos Chiapetta, um imigrante italiano, que chegou ao Brasil por volta do fim do século passado, que deu a Luiz Antônio Correia Chiapetta, 42 anos, o suporte inicial para que hoje ele possa ser considerado um próspero empresário rural no município de Chiapetta. Ao chegar a Chiapetta, depois de ter morado algum tempo em São Gabriel, onde não passava de um pequeno comerciante, Carlos Chiapetta adquiriu uma área de terra com 15 mil hectares, "que com o tempo foi sendo retalhada pelos descendentes", conta Luiz Antônio. Ele é empresário rural, proprietário da "Empresa Agrícola Chiapetta", e também é agrônomo, com cursos nos Estados Unidos, uma viagem a União Soviética e outra a Israel, onde foi conhecer de perto o sistema de exploração agrícola em fazendas coletivas.

Luiz Antônio possui hoje 2.450 hectares no município de Chiapetta e arrenda mais 980 hectares, onde colhe, por ano, em torno de 20 mil sacos de semente de trigo, 35 mil sacos de semente de soja e mais ou menos uns 3.000 sacos de semente de arroz irrigado. Com a morte do pai, recebeu de herança 1.000 hectares e depois mais 500 por ocasião da morte da mãe. "O resto da terra eu adquiri com esforço próprio", con-

ta ele, ressaltando que a primeira área, de 80 hectares, comprou em 73, no ano em que a soja alcançou a maior cotação mundial, e teve a sorte de vender toda a produção pelo melhor preço.

Nesse mesmo ano, Luiz Antônio deu início à sua empresa, aproveitando os bons ventos que sopravam. Montou toda a infraestrutura necessária para a produção de sementes, adquiriu o maquinário apropriado, construiu armazéns e moradias para os empregados. Em 81 comprou mais 500 hectares, "com recursos que vinha economizando", e em 83 mais um pedaço de pouco mais de 300 hectares. As duas áreas adquiridas em 73 e 83, segundo ele, foram compradas de produtores que não estavam indo bem de negócios e que resolveram aventurar no Mato Grosso. "Um desses produtores hoje vive no Mato Grosso, em excelente situação financeira e com uma área de terra 10 vezes superior a que ele possuía em Chiapetta".

#### MAIS RACIONAL

Esses dois produtores, que trocaram o pouco de terra que tinham em Chiapetta por áreas maiores no Mato Grosso, na opinião de Luiz Antônio, fizeram a "reforma agrária ideal". "Se meu avô, por exemplo, tivesse ficado na Itália, ele não teria passado de um humilde agricultor. E assim também aconteceu com meu pai. Eles tiveram espírito desbravador, deixaram de ser simples comerciantes, para buscar novas áreas onde puderam aumentar a produção".

Para Luiz Antônio, a reforma agrária tem que ser feita levando-se esse pessoal de pouca terra para outros Estados como o Mato Grosso, Goiás, Pará, Rondônia, Ama-

zônia. Acredita que a reforma agrária mais racional que o governo pode fazer é ocupar as grandes áreas do Centro do país, da Igreja e da própria União, as chamadas terras devolutas. Não é a favor da desapropriação de fazendas produtivas que existem no Estado, pois considera que elas foram adquiridas com méritos pelos seus proprietários ou recebidas de herança. "Quem garante que essa fazenda, só por ter uma grande extensão, não seja viável? Não acredito que a nova Constituição vá ferir tanto assim a propriedade".

Também considera uma grande injustiça o governo querer desapropriar fazendas improdutivas, sem antes dar uma chance ao seu proprietário para que a torne produtiva. Segundo Luiz Antônio, o governo mesmo poderia estabelecer uma meta de produção para essas fazendas, dentro de um prazo. E se dentro desse prazo, que na sua opinião não poderia ser inferior a cinco anos, ela não passasse a ser produtiva, então sim seria desapropriada, desde que o proprietário fosse indenizado.

#### APENAS UMA ILUSÃO

Mesmo assim, ele vê a questão da reforma agrária, "pelo menos na forma como vem sendo falada", como uma mera ilusão. "Apenas dar terra ao agricultor sem terra, vai ser mais uma ilusão, tanto para o próprio agricultor como para o governo, pois ela vai continuar improdutiva do mesmo jeito". Ele acredita que seria necessário, para que esse agricultor tivesse condições de produzir, um suporte de produção que abrangesse, desde assistência técnica e crédito agrícola, até uma boa administração.



Chiapetta: a reforma pode fracassar

Nesse ponto, Luiz Antônio é de opinião que devem ser formadas, para que essas terras se tornem produtivas, empresas rurais, com as áreas sendo administradas por pessoas capacitadas e com condições de ver o que seria mais rentável.

Segundo ele, se o governo não tomar certas precauções, a reforma agrária poderá fracassar, a exemplo do que aconteceu na Venezuela e no México, onde os novos produtores, na primeira frustração da lavoura, devolveram suas terras para os grandes proprietários, voltando para a cidade, para trabalhar como engraxates ou lavadores de carro. "O pessoal se encanta pelo conforto da cidade, e trabalhar na terra exige, além de vocação, preparo e determinação. A reforma agrária é necessária, mas sem pressão e direcionada apenas para o centro-oeste do país". Ele também acha que o governo deve dar terra para quem nela trabalha e não para favelados. "Isso já seria um favorecimento ilícito".





SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Coordenação: Maria Aparecida Pereira Mendes

## Os "Chapeuzinhos"



Juliano da Cruz  
7 anos

### Chapeuzinho Malandro

A mamãe mandou o Chapeuzinho levar doces para a vovó. Daí ele encontrou um cara no caminho e deu os doces pra ele. Quando a vovó viu que não tinha doces na cesta ela reclamou e o Chapeuzinho disse:  
— Eu dei pra um cara que eu encontrei no caminho.  
Luiz Henrique Bussmann — 6 anos — 1a. série.

### Chapeuzinho Verde Faz-de-Conta

Chapeuzinho Verde Faz-de-Conta não existia. Existia o Chapeuzinho Verde, que sonhava que não existia. Chapeuzinho Verde gostava de todas as frutas. Gostava de brincar e sempre estava triste. Não se sabe por quê.  
Jalusa Tassinari Bonfada — 8 anos — 3a. série.



Adriane Huth  
4 anos

### Chapeuzinho Mágico

O Chapeuzinho Mágico transformava tudo em tesouro. Ela vendia e ficava rica. Ela dava o dinheiro pra mãe dela, e ela comprava comida.  
Aramis Dettmer — 6 anos — 1a. série

### Chapeuzinho Azul e o Lobo Verde

O lobo foi andando e encontrou o Chapeuzinho Azul. Eles se olharam bem nos olhos. Daí eles foram brincar juntos.  
Leandro Barbian — 6 anos — 1a. série

### Chapeuzinho Verde

A Chapeuzinho Verde só comia frutas verdes e só dormia embaixo de coisas verdes. Ela ficou toda verde.  
Carlos Alexandre Schwinzekel — 8 anos — 3a. série

### Chapeuzinho Mágico

A Chapeuzinho Mágico estava na floresta e queria transformar uma florzinha em uma rosa. Depois ela queria levar para casa para colocar dentro de um pote de flor.  
Raquel Lazzarotto — 7 anos — 1a. série

### Chapeuzinho Azul

Era uma vez um Chapeuzinho Azul. Só que ele não gostava de ser Azul. Queria virar cor-de-roca, vermelho ou verde.  
Fabiane Polita — 6 anos — 1a. série

### Chapeuzinho Educador

Era uma tarde vestida de primavera e de sol. Chapeuzinho caminhava e cantava:  
— Pela estrada afora eu vou bem sozinha  
Levar estes doces para a vovozinha!  
O lobo mau estava escondido atrás de uma grossa árvore e via a menina Chapeuzinho Educador viu o lobo e temerosa, disse:  
— Seu Lobo, venha aqui. Tenho alguma coisa para lhe dizer.  
O lobo saiu devagarinho de seu esconderijo. Sentou-se todo tímido, ao lado do Chapeuzinho.  
Chapeuzinho Educador falou com voz de ternura:  
— Olhe, eu tenho muita pena de você. Todas as crianças e animais o temerão e você sempre andarão sem amigos. Uma vida sem amigos é muito triste. Você precisa ser bom para ter amigos.  
O lobo baixou a cabeça e duas lágrimas lhe caíram dos olhos.  
Chapeuzinho ofereceu uma flor ao lobo, que chorava. Abriu a cestinha e deu-lhe também alguns docinhos.  
O lobo mau ficou bom porque diante da amizade e do carinho, a bondade nasce do perdão de todos.  
Noeli Dallabrida — 19 anos — 1º ano Magistério — Tenente Portela



Renata Amaral  
4 anos

### Chapeuzinho Colorido

Quando a Chapeuzinho queria colorir um papel ela se esfregava nele e saía tinta. Ela não precisava gastar dinheiro com tinta quando ela queria pintar.  
Tomás Callai — 7 anos — 1a. série



Leandro Barbian  
6 anos

### Chapeuzinho Encantado

Um dia, em seus passeios, Ana encontrou um chapeuzinho. Ele era encantado. Ana usa o chapeuzinho e desaparece. As crianças chama a Ana de Chapeuzinho Encantado. A mamãe de Chapeuzinho Encantado queria esconder o chapeuzinho, pois a menina era peralta e quando ela ficava encantado, só aparecia quando já havia passado a zanga.  
Sidimara Pedroso Blasak — 7 anos — 1a. série — Santo Augusto.

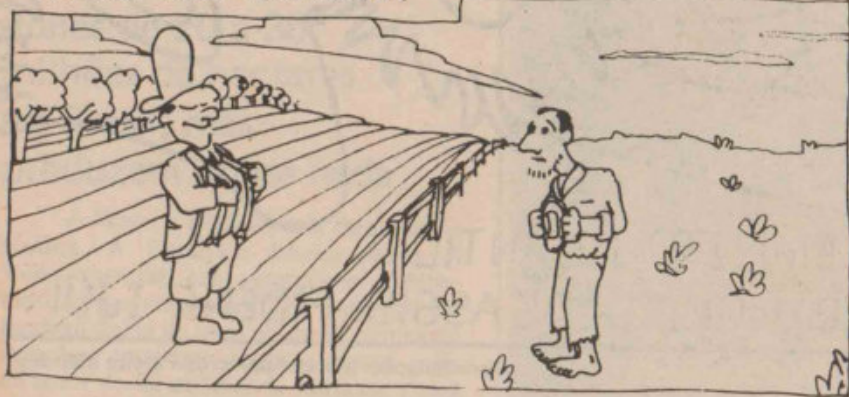


Vivian da Silva  
4 anos



# A REFORMA AGRÁRIA

O BRASIL É UM DOS PAÍSES MAIS RICOS DO MUNDO, MAS A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO NÃO SE BENEFICIA DESTA RIQUEZA. É O QUE ACONTECE COM A TERRA, QUE TEM DE SOBRA NO BRASIL. SÓ QUE POUCA GENTE TEM MUITA TERRA, ENQUANTO MUITOS NÃO TÊM NADA.



A TERRA É A MAIOR RIQUEZA DO BRASIL. ELA DEVERIA SERVIR PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, DANDO TRABALHO A MILHÕES DE FAMÍLIAS QUE NÃO TÊM DE ONDE TIRAR SEU SUSTENTO. MAS O QUE SE VÊ É QUE AS PESSOAS AINDA SÃO EXPULSAS DO CAMPO PARA AS CIDADES. ELAS TERMINAM MORANDO EM BARRACOS E SE TRANSFORMANDO EM OPERÁRIOS MAL PAGOS, DESEMPREGADOS OU MENDIGOS.



O GOVERNO NUNCA APOIOU QUEM TRABALHA NA AGRICULTURA. E AINDA INCENTIVOU QUE A TERRA FOSSE FILANDE NAS MÃOS DE UNS POUCOS. A TERRA VIROU NEGÓCIO. O BRASIL TEM ÁREAS IMENSAS QUE NÃO PRODUZEM NADA. E TEM MILHÕES DE FAMÍLIAS SEM TERRA. É POR ISSO QUE SE FORMAM OS ACAMPAMENTOS À BEIRA DAS ESTRADAS.



AGORA, O GOVERNO DIZ QUE VAI MUDAR TUDO ISSO. É A TAL DE REFORMA AGRÁRIA QUE VEM AÍ. AS TERRAS QUE NÃO ESTIVEREM PRODUZINDO SERÃO ENTREGUES A QUEM QUEIRA PRODUZIR. TEM GENTE QUE DIZ QUE ISTO É COISA DE COMUNISTAS. QUEM DIZ ISSO É CONTRA A REFORMA AGRÁRIA, E QUER METER MEDO NOS AGRICULTORES E NO POVO.



O GOVERNO PROMETE COMPRAR AS TERRAS SEM PLANTAS. AS FAMÍLIAS SEM TERRA TERÃO FINALMENTE ONDE PLANTAR. ELAS RECEBERÃO A TERRA DO GOVERNO COM A PROMESSA DE QUE IRÃO PRODUZIR. ISTO É O QUE DIZ O PROGRAMA DA REFORMA LANÇADO EM MAIO.



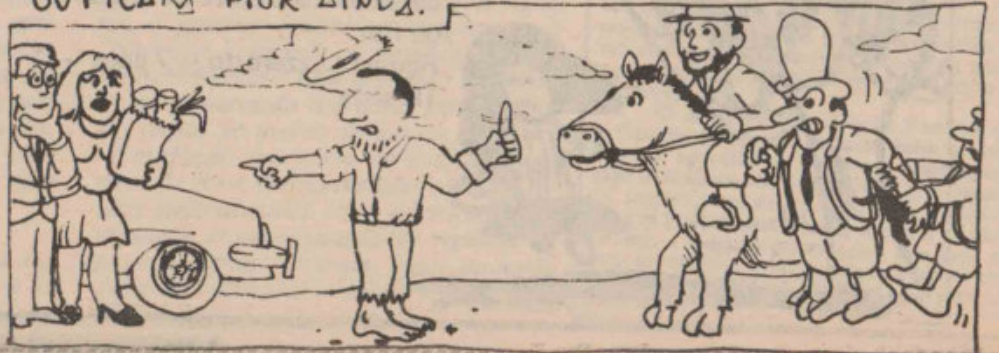
UM PROGRAMA PODE SER MUITO BONITO, MAS NEM SEMPRE DÁ CERTO NA HORA DE FAZER A COISA. OS AGRICULTORES QUE DESEJAM MESMO A REFORMA AGRÁRIA JÁ SABEM DISTO, E ESTÃO DE OLHO BEM ABERTO. ELES SABEM QUE SOMENTE COM ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO A REFORMA VAI SAIR DO PAPEL.



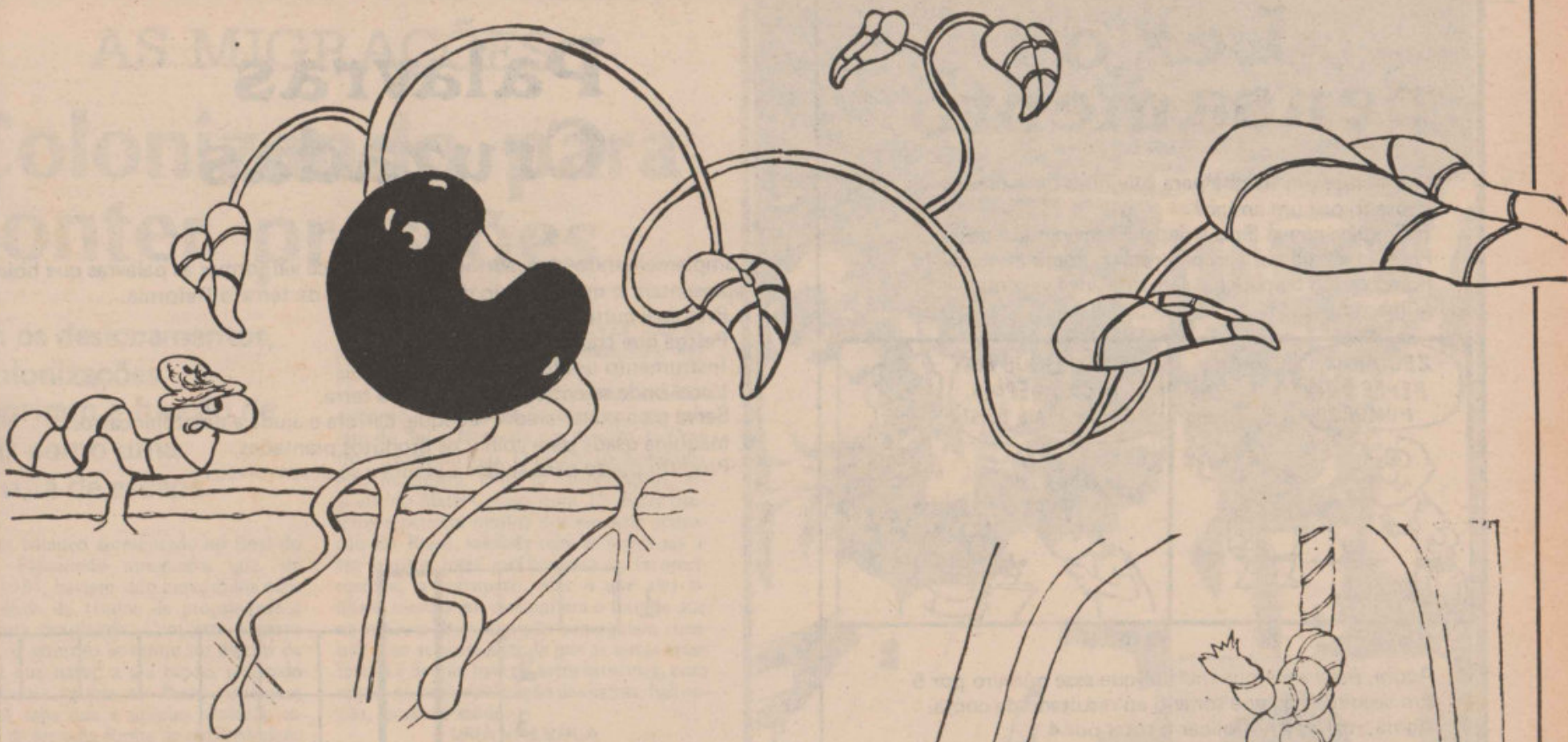
MUITOS PAÍSES FIZERAM REFORMA AGRÁRIA E TERMINARAM DESFAZENDO TUDO. ACONTECE QUE OS QUE NÃO QUEREM A REFORMA ESTÃO BEM ORGANIZADOS. TAMBÉM AQUI NO BRASIL ELES VÃO FAZER DE TUDO, UM POUCO PARA QUE A REFORMA AGRÁRIA NÃO DÊ EM NADA. VÃO DIZER ATÉ QUE O GOVERNO VAI TIRAR A TERRA DE TODO MUNDO.



NÃO É VERDADE. VÃO PERDER A TERRA APENAS AQUELES QUE POSSUEM GRANDES ÁREAS E NÃO PLANTAM. O PEQUENO AGRICULTOR SÓ VAI GANHAR COM A REFORMA, SE ESTIVER ORGANIZADO E SOUBER COBRAR DO GOVERNO. TAMBÉM OS QUE MORAM NA CIDADE DEVEM ABRIR O OLHO, POR A REFORMA INTERESSA A TODOS. SE NÃO FOR ASSIM, TUDO IRÁ CONTINUAR COMO ESTÁ OU FICARÁ PIOR AINDA.

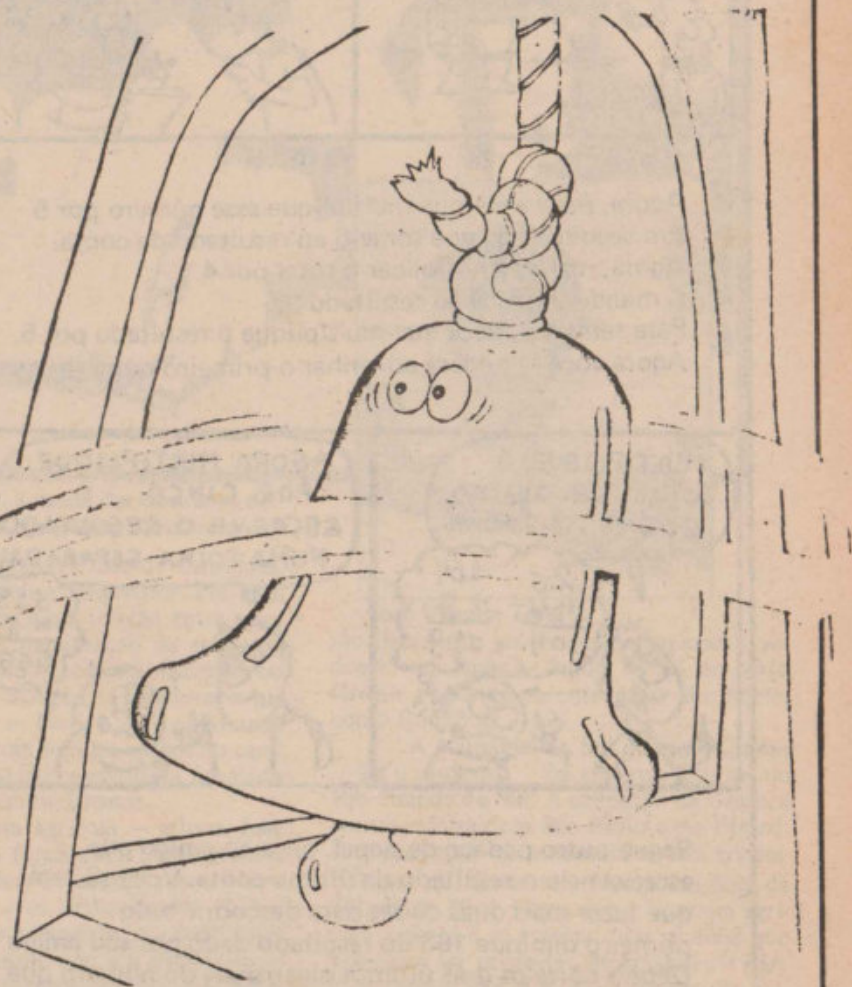






# João Feijão

Texto: Sylvia Orthof  
Ilustrações: Walter Ono



Quando um pé de feijão nasce, ele nasce todo enroscado. Foi assim que nasceu João, o pé de feijão. João nasceu, logo quis água. Só que feijão bebe água da terra, puxando a água pelas raízes. João quis beber, fez força. . . mas cadê água? A terra estava seca! — Dona Terra, eu quero beber água pra ficar forte e grande! — chorou João. Mamãe Terra queria dar água pro feijão, mas não conseguia. Estava seca, seca, seca. Aí, passou um passarinho. — Ei, Seu passarinho! Por favor, diga pra Dona Nuvem, pra ela vir depressa, pra chover e molhar o meu pé de feijão, chamado João! — falou a Terra. O passarinho foi correndo. Voou por cima de uma igreja e pediu pro sino: — Seu sino, toque bem alto: que é pra chamar a nuvem, pra ela vir depressa, pra chover e molhar um

pé de feijão, chamado João! — cantou o passarinho numa voz fininha. — Blém-belelém! — tocou o Sino e continuou a tocar: — Belelém, blém, blé, Dona Nuvem de chuva, que vai e que, acorda o Trovão pra vir tempestade e molhar o João, que é um pequeno pé de feijão! — Bum, bum, bum! — berrou o Trovão. E veio dançando, empurrando a Nuvem que, ouvindo, o barulho, levava um susto, chovia no chão! E foi assim que a chuva molhou a terra. A terra molhou a raiz. A raiz era por onde João puxava a água e crescia. Crescia, engordava e sorria. João se tornou um senhor pé de feijão! E depois? Depois João deixou cair um grão na terra. . . A terra estava seca e Papai João gritou: — Dona Nuvem, venha depressa

molhar este chão pra nascer meu filho, que vai sair do grão e vai sair do grão e vai ser um novo pé de feijão! — E como será o nome dele? — perguntou a Dona Nuvem, pingando de emoção. — Ele vai se chamar João Filho do Pé de Feijão!





# Ler o pensamento

Quer saber um truque para adivinhar um número pensado por um amigo?  
É simples: pegue lápis e papel e faça o seguinte:  
Peça ao amigo para escolher um número e escrevê-lo num pedaço de papel — sem que você veja que número é.



Agora, peça a ele que multiplique esse número por 5. Em seguida diga que some 6 ao resultado da conta. Agora, mande multiplicar o total por 4. E mande somar 9 ao resultado. Para terminar, peça que multiplique o resultado por 5. Agora você já poderá adivinhar o primeiro número.



Pegue outro pedaço de papel, peça ao amigo que escreva nele o resultado da última conta. Você só terá que fazer mais duas coisas para descobrir tudo: primeiro diminua 165 do resultado dado por seu amigo. Depois corte os dois últimos algarismos do número que você conseguir: sobrar exatamente o primeiro número escolhido. Comprove!



# Caça-palavras

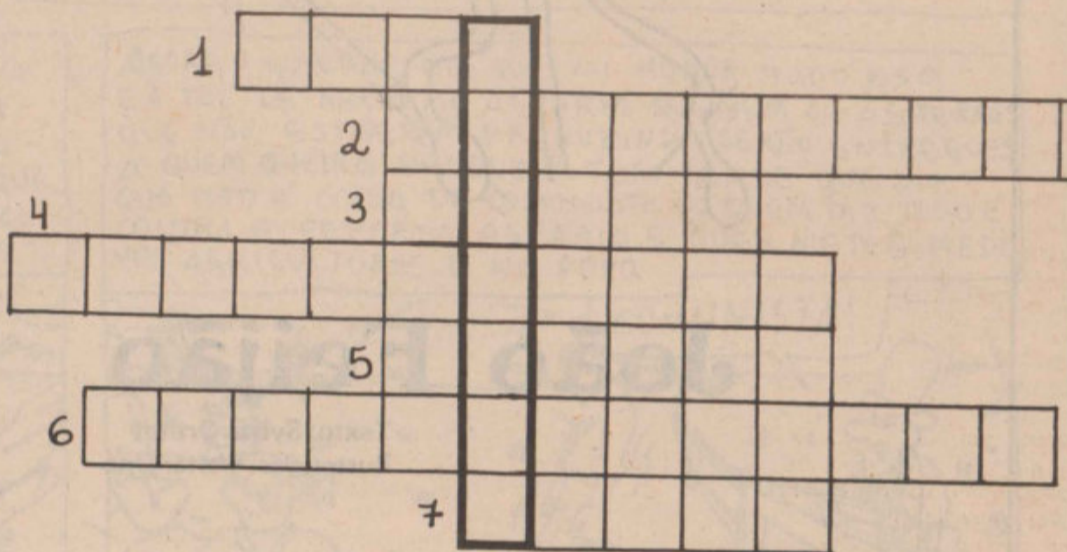
No quadro, estão 14 produtos de horta caseira. Você deve procurá-los no sentido vertical e horizontal.

- batatinha — alho
- salsa — cenoura
- rúcula — radíche
- beterraba — alface
- tomate — repolho
- rabanete — pepino
- pimenta — couve

# Palavras Cruzadas

Complementando os quadrinhos abaixo você vai formar as palavras que hoje representam o maior anseio do trabalhador da terra: a Reforma...

1. Principal cultura da região de Ijuí.
2. Pessoa que trabalha na terra.
3. Instrumento usado para virar a terra.
4. Local onde se entrega o produto da terra.
5. Serve para puxar arado, reboque, carreta e ajuda a desatolar carros.
6. Máquina usada para colher os produtos plantados.
7. Produto usado para ajudar a planta a se desenvolver.



P	I	M	E	N	T	A	H	S	R	P	T	Q	V
A	R	E	P	O	L	H	O	V	A	Z	O	T	U
T	M	B	C	L	J	B	A	E	D	S	M	B	L
L	R	P	A	V	H	I	P	D	I	Z	A	S	L
B	A	T	A	T	I	N	H	A	C	A	T	U	R
S	B	M	R	O	P	V	S	T	H	V	E	B	Ú
U	A	P	T	A	H	L	U	B	E	X	I	S	C
O	N	L	S	L	B	C	E	N	O	U	R	A	U
B	E	S	B	F	Z	T	U	A	O	L	H	O	L
V	T	Q	U	A	B	S	A	L	S	A	T	X	A
L	E	V	L	C	O	U	V	E	H	M	O	P	T
T	O	A	H	E	S	B	V	T	A	L	H	O	Q
P	E	P	I	N	O	H	P	X	S	T	V	X	L
B	I	U	N	T	B	E	T	E	R	R	A	B	A